



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E  
TERRITÓRIO**

**LÍDIO FERNANDO YALE VIEIRA BARROS**

**“CORPO FEITO NO OLHO PARA O OLHAR”:  
CONTORNOS DA TRANS-FORMAÇÃO DE GÊNERO NAS EXPERIÊNCIAS  
DAS TRANS-TRAVESTIS NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO**

ARAGUAÍNA-TO  
2018

LÍDIO FERNANDO YALE VIEIRA BARROS

**“CORPO FEITO NO OLHO PARA O OLHAR”:**  
CONTORNOS DA TRANS-FORMAÇÃO DE GÊNERO NAS EXPERIÊNCIAS  
DAS TRANS-TRAVESTIS NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território- (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Dornival Venâncio Ramos Jr.

ARAGUAÍNA-TO  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B277c Barros, Lídio Fernando Yale Vieira.

Corpo feito no olho para o olhar: Contornos da trans- formação de gênero nas experiências das trans- travestis no contexto de prostituição de Araguaína- TO. / Lídio Fernando Yale Vieira Barros. – Araguaína, TO, 2018. 148 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: Demival Venâncio Ramos Júnior

1. Corpo. 2. Gênero. 3. Cultura. 4. Territorialidade. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LÍDIO FERNANDO YALE VIEIRA BARROS


**“CORPO FEITO NO OLHO PARA O OLHAR”:  
CONTORNOS DA TRANS-FORMAÇÃO DE GÊNERO NAS EXPERIÊNCIAS  
DAS TRANS-TRAVESTIS NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território- (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.


Orientador: Prof. Dr. Demival Venâncio Ramos Jr.


Data de Aprovação 24/09/2018

Banca examinadora:

  
Prof. Dr. Demival Venâncio Ramos Jr., Orientador, UFT

  
Prof.ª Dr.ª Bruna Irineu Andrade, Examinador, UFMT

  
Prof. Dr. Márcio José Ornat, UEPG

  
Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério, UFT

Ao meu amigo, Thadeu Nascimento (*in memoriam*), homem trans assassinado em março de 2017, na cidade de Salvador-BA.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer de todo meu coração às integrantes desta pesquisa, às “meninas”, como gosto de chamá-las, por terem tido paciência no diálogo, por me ensinarem coisas que jamais iria aprender em outro lugar e, acima de tudo, por terem me ensinado a ser mais simples, a viver intensamente o presente e, o mais importante, a ser mais humano. Obrigado, flores, por todos os momentos que tivemos juntos e pelo respeito e amizade que construímos. Gratidão!

Agradeço ao Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Jr., pela orientação profícua, pela paciência em ensinar sobre coisas que eu não tive contato antes do mestrado, e por ter me escolhido como orientando acreditando no projeto da dissertação, no meu potencial e compromisso. Gratidão, querido professor!

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Ms. Sariza Caetano, pela colaboração indispensável no desenvolvimento da pesquisa etnográfica que deu vida a este trabalho. As indicações de leitura e as conversas que tivemos foram imprescindíveis. Muito obrigado, professora.

Ao Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros, pelo curso de História Oral que ofertou à nossa turma, esclarecendo todas as nossas dúvidas em aulas dinâmicas e divertidas. Professor, meu muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Márcio Ornat, pela atenção e carinho, pelas indicações de leitura quando, gentilmente, cedeu-me uma pasta com vários livros relevantes para minha formação acadêmica e para a escrita deste trabalho. Professor Márcio, gratidão!

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bruna Irineu Andrade, por ter me indicado leituras maravilhosas que me ajudaram na compreensão e contextualização das vivências travestis estudadas.

À minha namorada e companheira, Brunna Monteiro Veloso, que me ajudou no campo, carregando equipamentos, levando as “meninas” da pesquisa para algum compromisso, me aconselhando quando a ansiedade tomava conta de mim e me ajudando a voltar ao prumo. Seu papel foi muito importante, meu bem. Muito obrigado!

Agradeço à minha mãe, Francisca Vieira Rosa, por sempre ter me apoiado nos estudos e acreditado no meu potencial. Obrigado, mãe. Eu te amo.

Agradeço aos meus colegas do PPGCult, em especial Grazi Germano, Maria Leal e Izarete, pelo apoio e troca de conhecimentos. Muito obrigado!

E, por fim, agradeço ao coordenador do nosso curso, Prof. Dr. Plábio Martins Desidério, e aos demais professores e servidores do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e

Território (PPGCult), da Universidade Federal do Tocantins, por todas as aulas e eventos fantásticos que participei enquanto aluno.

Obrigado à UFT como um todo! Tenho orgulho de ter feito aqui a graduação, pós-graduação e, agora, o mestrado. Que venha o doutorado! Com fé em minha mãe Iansã Egunitá, meus pais Omolu, Ogum e Oxalá, Saravá!

Eu acredito que nem a ciência, nem a igreja tenham explicação! Eu nunca procurei uma explicação para o fato de ser uma travesti, porque me sinto um ser humano como outro qualquer... Eu busquei me reconhecer, eu queria muito me ver e hoje, quando olho no espelho, me vejo perfeita, linda e com muito brilho (...).

Margarida



## RESUMO

Esta dissertação se propõe a compreender os significados dos corpos nas experiências das trans-travestis da cidade de Araguaína-TO que trabalham com prostituição às margens da BR- 153, tendo como fonte suas narrativas sobre os processos da “trans-formação” de gênero. O método de pesquisa utilizado foi a etnografia colaborativa. O trabalho de campo foi realizado de agosto a outubro de 2017, em conjunto com a produção de entrevistas sobre as histórias de vida de três integrantes. Esta pesquisa tem como escopo teórico os estudos de gênero, sexualidade e cultura que endossam a resolução da problemática proposta que são os significados dos corpos trans-travestis no contexto de prostituição de Araguaína-TO. O objetivo geral do trabalho foi investigar as vivências do corpo nas narrativas da trans-formação de gênero das sujeitas trans-travestis no contexto de prostituição de Araguaína-TO. Os objetivos específicos foram descrever e compreender as relações entre território e corpo no contexto de prostituição; conhecer as histórias de vida das trans-travestis nas sociabilidades da casa e da escola; e compreender as experiências do corpo em suas vivências na fase da diáspora e da prostituição como profissão e meio de acesso às tecnologias do “fazer-se” travesti. A formação da identidade trans-travesti advém dos processos de identificação com o gênero oposto ao imposto na cultura desde a tenra infância. A “trans-formação” das integrantes da pesquisa é um processo que ocorre no contexto da prostituição e resulta na melhoria do estado subjetivo trazendo auto-reconhecimento, felicidade, etc., potencializando os ganhos financeiros provenientes deste mercado, tornando o corpo um “lugar”.

**Palavras-Chave:** Trans- travestis. Etnografia. Gênero. Corpo. Lugar.

## ABSTRACT

This thesis aims to understand what the bodies of transgender women who work as prostitutes at the side of BR-153 highway mean by using their gender “trans-formation” narrative. Using an ethnographic collaborative methodology, we conducted the fieldwork from August to October of 2017 alongside with interviews about the life stories of three participants. The research uses three theoretical perspectives to endorse the proposed problematic: gender, sexuality and culture. This research’s main goal was to investigate the body experience in the gender trans-formation narratives of transgender women in prostitution context in Araguaína (TO) The specific goals were: describing and understanding the connection between territory and body in prostitution context; getting to know the life story of these transgender women in social situations such as home and school; understanding their body experience during their diaspora phase and by using prostitution as a profession as well as a means of accessing transitioning technologies. The transgender woman identity formation come from the processes of identification with the opposite sex since early childhood. The research participants’ trans-formation is a process that happens in the prostitution context and it implies an improvement not only in the general state, bringing self-recognition, happiness, etc., but also in their income converting the body into a “place”.

**Keywords:** Transgender women. Ethnography. Gender. Body. Place.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<b>Figura 1</b> – Análise do território trans-travesti – poder pluridimensional .....	80
<b>Foto 1</b> - “Camarim” .....	15
<b>Foto 2</b> - Posto Paulista 1970.....	55
<b>Foto 3</b> - Posto Paulista atualmente. ....	15
<b>Foto 4</b> - “Corpo feito” da trans- travesti Pétala Negra .....	104
<b>Mapa 1</b> - Posição geográfica de Araguaína-TO.....	60
<b>Mapa 2</b> - Territorialidade estudada.....	15
<b>Mapa 3</b> - Trajetórias das trans- travestis .....	15
<b>Mapa 4</b> - Trajetórias das trans- travestis .....	15

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Espectro sociológico das trans- travestis .....	31
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ADE	Composto vitamínico de uso veterinário
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ATRATO	Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins
BR-153	Rodovia Transbrasiliana
CA	Centro Acadêmico
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e drogas
CD	Compact Disc
DA	Diretório Acadêmico
DSM V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DVD	Digital Vídeo Disc
ENATH	Encontro Nacional de Homens Trans e Transmasculinos
ENCCEJA	Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FUNAMC	Fundação de Atividade Municipal Comunitária
GGB	Grupo Gay da Bahia
GO	Goiás
HDT	Hospital de Doenças Tropicais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
JK	Juscelino Kubitschek
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
MG	Minas Gerais
NUAMAC	Núcleo Aplicado de Minorias e Ações Coletivas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não- Governamental
PA	Pará
PROSEX	Programa de Estudos em Sexualidade

SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
TIG	Transtorno de Identidade de Gênero
TO	Tocantins
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFT	Universidade Federal do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO – PESQUISA ETNOGRÁFICA.....	25
1.1 Metodologia.....	28
1.2 Técnicas utilizadas no campo.....	41
CAPÍTULO 2: “A RUA É UM MISTÉRIO - TERRITORIALIDADE E LUGAR NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO TRANS- TRAVESTI DE ARAGUAÍNA-TO .....	45
2.1 Perfil da prostituição na cidade de Araguaína- TO.....	51
2.2 A territorialidade da prostituição trans- travesti de Araguaína-TO.....	59
2.3 “Roda-roda”: o espaço paradoxal e a relação travesti-cliente – a (re)significação do uso do território.....	72
2.4 “Os palhaço passa e agride nós com palavras”: entre “bichas”, “nóias”, traficantes, mariconas, religiosos e estudantes.....	77
CAPÍTULO 3: A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NAS TERRITORIALIDADES DA CASA E DA ESCOLA.....	85
3.1 “Digo por mim”! –Apresentando as trans-travestis.....	85
3.2 Violência intra- familiar: “Apanhei porque fui brincar com os patos na casa da vizinha! Brincar com isso não era coisa de homem”.....	86
3.3 Com a palavra, Margarida, Flor de Monique e Dama da Noite .....	87
3.4 “A escola foi legal até eu me vestir de menina” - adolescência na espacialidade cidade e escola .....	93
CAPÍTULO 4: “É UM LUXO SER TRAVESTI” – CORPO, GÊNERO E DIÁSPORA NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO .....	100
4.1 A diáspora e a prostituição como possibilidades de resistir e existir .....	107
4.2 “Vivi minha vida de menino e hoje vivo minha vida de mulher” – Narrativas da trans-travesti Margarida, a “toda feita” do Castelo das Bonecas.....	115
4.3 “As mulheres têm que se sentir lisonjeadas... Porque nós nos inspiramos nelas”.....	125
4.4 “Para ser uma travesti no Brasil precisa ter muita coragem!” – Os significados da transformação de seus corpos.....	130
PALAVRAS FINAIS .....	135

REFERÊNCIAS .....	140
-------------------	-----



## INTRODUÇÃO

Começo esta dissertação posicionando os leitores acerca dos motivos que me levaram a trabalhar com a temática do corpo, gênero e sexualidade. Esboço aqui uma parte da minha história que coaduna com várias experiências vivenciadas pelas integrantes desta pesquisa.

A escolha da temática para desenvolvimento desta dissertação de mestrado ocorreu pela minha vivência enquanto militante social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI), o primeiro transmasculino a realizar os procedimentos da hormonioterapia em Araguaína-TO com acompanhamento médico.

A hormonioterapia é a nomenclatura dos procedimentos médicos que consistem em “adaptar” o sistema endócrino da pessoa ao padrão hormonal do gênero pretendido. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), esse procedimento é realizado em ambulatórios especializados com equipe multidisciplinar e são normatizados pela Portaria GM nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), que estabeleceu diretrizes técnicas e éticas para o Processo Transsexualizador no SUS. (ARILHA et al., 2010, p. 41).

Ademais, fui o primeiro transgênero araguainense a entrar na justiça, via Defensoria Pública do Tocantins, para obter a retificação de prenome e gênero<sup>1</sup> nos documentos civis, e em desfavor de plano de saúde para a realização da minha cirurgia de Mastectomia<sup>2</sup>.

Na produção desta pesquisa estou posicionado como pesquisador implicado. Haraway (1995) chama de “perspectiva parcial” todo o conhecimento produzido fora das cátedras acadêmicas hegemônicas a partir de experiências empíricas edificadas pelos próprios sujeitos. Estes saberes são localizados porque foram produzidos entre nós, a partir de nós, para o universo acadêmico, engendrando nossas experiências enquanto sujeitos trans- travestis com os conhecimentos científicos adequados a uma fidedigna interpretação na área de cultura e território.

---

<sup>1</sup>Entrei com o processo no dia 10 de abril de 2015 via Defensoria Pública em Araguaína-TO. O processo foi julgado em primeira instância pelo Ministério Público Estadual como “improcedente” ancorado na “naturalística” de que não possuo cirurgia de transgenitalização. Houve recurso no Tribunal de Justiça do Tocantins que manteve o parecer do Ministério Público. Meu processo encontrava-se no Supremo Tribunal Federal desde 14 de maio de 2016 aguardando julgamento. Após decisão do STF, em 01 de março de 2018, sobre a retificação de prenome e gênero pela via administrativa junto aos cartórios, pedi o arquivamento do meu processo para retificar administrativamente pelo Cartório de Registro Civil de Araguaína.

<sup>2</sup>Mastectomia é a cirurgia de retirada do tecido gorduroso e das glândulas mamárias, popularmente chamada pelos homens trans e transmasculinos de “retirada dos intrusos”. Consiste em (re)modelar o peitoral atribuindo-lhe um aspecto masculino. O trans deve possuir indicação médica por meio de laudos, principalmente psicológico, para a realização da cirurgia (ARILHA et al., 2010, p. 69-71). Passei por esta cirurgia em 24 de novembro de 2017, através de decisão judicial (obrigação de fazer) obtida na primeira instância em desfavor do plano de saúde dos servidores públicos do Estado do Tocantins, o Plansaúde.



Na composição do trabalho entrevistei sete trans- travestis, das quais convivi na pesquisa etnográfica apenas com cinco e dentre elas as que aceitaram relatar suas histórias de vida foram três. Então, duas trans-travestis que aqui são chamadas de Orquídea e Rosa não eram integrantes do Castelo das Bonecas. Suas entrevistas foram colhidas para subsidiar o entendimento acerca da fundação e da historicidade do ponto de prostituição trans- travesti como territorialidade ocupada, já que elas se intitularam como umas das fundadoras. Eventualmente a mãe de Margarida dialogava comigo e acabei gravando uma entrevista com ela nas dependências do Castelo das Bonecas.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, eu estava compondo a vice-presidência da Associação das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Tocantins (ATRATO), que foi criada em março de 2016, no intuito de representar as demandas políticas das pessoas trans e travestis, pois, no Tocantins o cenário de políticas públicas para nossa população ainda é insuficiente.

Há poucas iniciativas de inclusão à população travesti, transexual e transgênero no estado do Tocantins, a maioria no sentido de assegurar o uso do nome social<sup>3</sup> em órgãos públicos, como a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 32 de 26 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre o requerimento do nome social na matrícula e nos demais documentos do/a aluno/a nas Unidades Estaduais de Ensino; o Decreto nº 059/2018 da Prefeitura Municipal de Araguaína que regularizou o uso do nome social em toda a administração pública municipal (esta protagonizada por mim através da ATRATO em parceria com o Núcleo Articulado de Minorias – NUAMAC – da Defensoria Pública do Tocantins).

Em contrapartida, o Estado não possui a efetiva implantação da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que reza sobre a instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito do SUS. Atualmente, ainda não há atendimento especializado do Processo Transexualizador no Tocantins, sendo realizado via tratamento fora de domicílio (TFD) quando o paciente é enviado para outro estado que realize os procedimentos. A referência do Tocantins é Goiânia-GO, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás<sup>4</sup>. A não ser a mim mesmo, não tenho notícias de quantos/as trans- travestis tocaninenses têm sido atendidos nesse sistema.

---

<sup>3</sup> Nome social é o nome escolhido por pessoas trans para designar sua identidade de gênero. Geralmente, o nome social destoa do nome civil, aquele atribuído ao sujeito no nascimento e inscrito nos documentos oficiais.

<sup>4</sup> Entrei em contato via WhatsApp® com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluz Silveira Terra, coordenadora o Projeto TX na Universidade Federal do Goiás, que informou terem sido realizadas três cirurgias de transgenitalização em mulheres transexuais tocaninenses, das quais apenas uma retorna periodicamente, e as outras duas nunca retornaram ao programa. A coordenadora afirmou não saber o número de pacientes transexuais tocaninenses que, atualmente, estão sendo atendidos no sistema.

Segundo noticiado no site da Prefeitura de Palmas- TO<sup>5</sup>, em agosto de 2017, a prefeitura e a ATRATO estariam discutindo a criação do Ambulatório Municipal de Saúde Integral para travestis, transexuais e transgêneros, que se encontra em fase de estudos para implantação. Também houve intervenções em 2017, junto a Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, para implantação de serviço ambulatorial na estrutura do Hospital Universitário de Doenças Tropicais (HDT), até o momento sem sucesso sob alegação de inviabilidade de realização de concurso público.

Segundo a ATRATO, a principal reivindicação da população travesti, transexual e transgênero do Tocantins é a inclusão no mercado de trabalho formal. A associação que ainda não possui um mapeamento oficial dessa população no estado, realizou, em Palmas, conjuntamente com o NUAMAC da Defensoria Pública do Tocantins, uma intervenção em fevereiro de 2018 junto às travestis em contexto de prostituição de Palmas.

Os dados disponíveis no sítio da Defensoria Pública do Tocantins<sup>6</sup> demonstram a exclusão desses sujeitos do mercado de trabalho formal. A amostra levantada pela ATRATO mostrou que Palmas possui cerca de 30 travestis e transexuais; 90% escolheram a prostituição por falta de oportunidade de trabalho; apenas 59,4% dos/das trans estudaram até o 3º ano do ensino médio; 96,4% já sofreram ataques físicos; 45% saíram de casa entre os 13 e os 17 anos; além disso, 3 casos de transfobia e homofobia, em Palmas, foram registrados no ano de 2017.

Vale ressaltar que esses dados são uma amostra colhida em Palmas- TO e que não refletem a totalidade dos números, pois não há, até o momento, um mapeamento socioeconômico efetivo dessa população no Tocantins.

Estou nomeando aqui de trans-formação, o conjunto de ações que objetivam externar a identidade de gênero através do uso de hormônios, cirurgias e silicone industrial líquido. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra transformação significa ato ou efeito de transformar (-se); *f*is qualquer alteração no estado de um sistema. Porém, aqui desmembrei a palavra, na qual o prefixo “trans” significa o trânsito ou a trajetória que percorremos para a efetivação de nossas identidades de gênero, e o sufixo “formação” significa o conjunto de modificações corporais e sociais que realizamos para externar essa identidade.

Comecei o meu processo de trans-formação de gênero com uso de hormônios em 19 de fevereiro de 2014. Pesquisei muito antes de começar, foram 18 meses de estudo. O meu processo de identificação aconteceu aos poucos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/saude/noticia/1504834/palmas-projeta-criacao-do-ambulatorio-de-saude-integral-para-travestis-e-transexuais>> Acesso em: 21 mai. 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.defensoria.to.def.br/nac/noticia/25802>> Acesso em: 21 mai. 2018.



Eu vivi uma infância complicada, trabalhava com minha mãe no Mercado Municipal de Araguaína-TO por nosso sustento, vendendo roupas e artefatos importados e estudava pela manhã. Lembro-me da minha vivência escolar, de ter sido estigmatizado pelos colegas e até por professores. Não esqueço do 1º ano do Ensino Médio, quando uma professora (que hoje é minha colega de trabalho) indagou-me na presença de vários colegas de classe, se meu namorado gostava de mim daquela forma masculinizada.

Me senti muito mal, mas, de pronto respondi a ela: não tenho namorado! Lembro que saí da sala em direção ao banheiro chorando. Fiquei uma semana sem ir à escola, dissimulando dores de cabeça para minha mãe porque não queria ver aquelas pessoas que riram de mim. Lembro-me do quão era constrangedor ir ao banheiro feminino na escola. As meninas escreviam meu nome com pincel permanente seguido da palavra SAPATÃO, assim mesmo, em caixa alta. Essa situação, me desencorajou de ir ao banheiro durante toda a 8ª série.

Todavia, eu queria estudar, eu precisava disso, porque era a única forma de superar as condições precárias de vida que tínhamos. Até hoje não sei explicar como tive forças e não saí da escola, porque, para nós, é um ambiente opressor.

Eu sofri várias situações de bullying de natureza homofóbica e gordofóbica na escola, principalmente na fase da pré-adolescência. Me chamavam de bolo fofo, rolha de poço, etc. Escreviam meu nome no banheiro seguido de termos pejorativos como sapatona, macho e fêmea, etc.

De certa forma, consigo entender as outras crianças que faziam isso comigo, porque eu carregava uma masculinidade evidente e isso incomodava, pois crescemos em uma sociedade em que, a todo instante, escutávamos o interdito: “isso é coisa de menino, não pode/isso é coisa de menina, não pode!”. Para conseguir sobreviver à opressão, eu estudava. O jeito era me destacar para conseguir a simpatia e uma pseudo proteção dos professores. Como eu desejava ser médico, estudava muito, esse era meu sonho de infância, mas, tudo mudou aos 16 anos.

Desde muito cedo, eu me relacionei com meninos e meninas. No meu contexto infantil, volta e meia brincávamos com algo que possuía uma conotação sexual, seja na casinha, no beco ou detrás da casa. Tudo era descoberta, nós não tínhamos as amarras do rótulo. Lembro-me de inúmeras experiências que considero essenciais para o processo de reconhecimento de minha identidade de gênero.

De acordo com Lacan (1977) o processo de desenvolvimento do sentimento de identidade ocorre na infância na chamada “fase do espelho”. Essa fase surge depois da fase imaginária, que é anterior à entrada na linguagem e na ordem simbólica, quando a criança ainda não tem consciência de si própria como separada e distinta da mãe. Então, a identidade de

gênero se refere à forma pela qual o sujeito se vê e se posiciona no sistema de gênero que pode corresponder ou não ao que lhe foi atribuído no nascimento.

Eu fui crescendo, e só conseguia me expressar no mundo através da masculinidade, mas eu não podia, porque eu não era um menino. Minhas memórias de infância são permeadas de sentimentos de inadequação e sofrimento. Lembro-me de como eu lidava com os brinquedos, com meu corpo e minha imagem.

Meus tios deixavam seus kits de barba no banheiro e eu, escondido, simulava tirá-la, pensando: quando eu crescer será que vou ter? Até a escolha do meu nome atual, que ainda é um nome social, tem a ver com a infância. Minha mãe teve meu irmão quando eu tinha 4 anos, e estava muito empolgada com seu nascimento, saiu dizendo pela casa que ele se chamaria Fernando Henrique, pois tinha afeição pelo Presidente da República. Eu disse a ela: “Não! Coloque Carlos que é do papai e Henrique do presidente, Fernando não, Fernando era para ser eu!”.

Minha mãe lembrou disso quando perguntada que nome ela gostaria que eu tivesse se nascido cisgênero. Ela respondeu que seria Fernando, então, não tive dúvidas sobre qual nome escolher. Meu pai faleceu quando eu tinha 7 anos, mas, ele já era separado de minha mãe, então, não convivemos por muito tempo, só que um detalhe ficou marcado em mim: foi ele que escolheu meu nome ao nascer homenageando sua avó (minha bisavó) que se chamava Lídia. Então, por essa memória que guardo do meu pai, decidi me chamar Lídio Fernando. Agora sim, me sinto totalmente representado pelo gênero com qual me identifico e pelos dois nomes que meus pais não puderam me chamar.

Na fase adolescente, se acentuaram as situações que o discurso médico chama de disforia de gênero. Minhas primas e colegas de aula deixaram de brincar com os “pés no chão” e passaram a se arrumar de acordo com o que se exigia de uma mocinha. Não havia mais as brincadeiras. Nossas noites se resumiam a sentar-se à porta de casa para conversar. Ainda brincávamos, mas, agora de coisas como “Cai no poço” que tinha uma narrativa mais ou menos assim: “Caiu no poço, quem te tira? Meu bem! Beijo na bochecha ou na boca?”. Tudo tinha uma malícia diferente e a cobrança social por um comportamento e expressões de gênero<sup>7</sup> femininas aumentaram para mim.

A disforia de gênero é caracterizada por sentimentos negativos em relação ao sexo anatômico e suas características secundárias, geralmente causando angústia extrema, depressão

---

<sup>7</sup> A expressão de gênero é composta de vestimentas, adornos, comportamentos, etc. que o sujeito utiliza para externar sua identidade de gênero. Saliento que estas expressões são posicionadas com base nas masculinidades, nas feminilidades ou ainda em ambos os espectros.

e/ou ansiedade. No discurso médico a disforia de gênero está classificada no Manual de Classificação de Doenças Mentais (DSM-V) com o código CID F- 64.0. Aqui não cabe a discussão sobre a patologização dessa identidade, mas vale ressaltar que vários países não consideram mais a transexualidade uma doença, como por exemplo, a Argentina. No Brasil, a questão divide opiniões na militância trans principalmente pelo receio de que a oferta do Processo Transexualizador via SUS seja impactada (ARILHA et al., 2010, p. 81).

Na adolescência, por volta de 11/12 anos começaram a surgir as mudanças corporais. Os seios cresceram e eu ganhei o primeiro sutiã, a menstruação veio e logo ganhei calcinha estreita para acoplar o absorvente, mas eu não entendia e não aceitava isso, eu só queria poder andar sem camisa como sempre fazia quando criança.

Foi aí que comecei a sentir o peso da minha diferença. Sem dúvida, a adolescência foi a fase mais complexa da minha vida, tanto que tive bulimia e tentei suicídio duas vezes. Eu não sabia dar nome ao que ocorria comigo. Via-me estranho, muito desconcertado, desconectado de mim mesmo. Nada ficava bem em mim: nem vestido, nem calça, nem saia, nem blusa, absolutamente nada! Porque a roupa estranha era minha própria pele.

Aos 14 anos, comecei a adaptar meu corpo através de vestimentas e corte de cabelo da tribo do Rock n'rol, porque, no começo dos anos 2000, existiam muitas bandas e eventos em Araguaína-TO. Com eles eu me sentia aceito, mas ainda não tinha noção do que eu era. Aos 16 anos me envolvi com uma mulher e minha família descobriu o que eles desconfiavam: que eu era uma “sapatona”, uma lésbica. Existiam muitas expectativas familiares para comigo, por eu ser a primeira “neta” de minha avó e por meu pai ter sido assassinado. Assim, eu e meu irmão fomos criados em conjunto pela minha avó paterna e minha mãe.

Pelo fato de eu ser estudioso e querer me tornar médico, eu tinha apoio integral da minha família, era a possibilidade de ascensão social. Minha avó falava: “você vai ser médica, todos vão te ajudar, para você nos ajudar depois!”. Porém, não consegui mentir para eles e tive que assumir minha paixão adolescente por uma mulher pobre, mais velha, negra e garçonete do bar de esquina do meu colégio. Isso gerou muitos conflitos, brigas, agressões físicas, psicológicas e a destruição das expectativas geradas sobre mim.

Então, eu fiz o que a maioria de nós LGBTI's fazemos diante de uma situação dessas: saí de casa. Felizmente, fui acolhido na residência de uma mulher lésbica que hoje é minha Ialorixá. Ela me proporcionou emprego em sua loja de CD's e DVD's no Mercado Municipal. Foi uma fase de descobrimento e auto aceitação muito importante. Até que um dia, meu tio, que é um sujeito influente na família, por ter nível superior e ter sido militante social por anos,



abordou minha mãe argumentando: “busque sua filha, vamos acolher e aceitar! Olhe para ela, desde criança foi assim!”. Mal sabia eles e eu que isso só seria a primeira parte da história.

Logo após retornar à casa de minha mãe, eu segui o sonho de entrar na universidade, não mais para cursar Medicina, pois tive que trabalhar. Fiz outros vestibulares, porém, por falta de dinheiro e apoio familiar, fui cursar licenciatura em Geografia. Escolhi este curso pela questão ambiental, porque minha segunda opção à Medicina era a Engenharia Ambiental, e eu confesso que jamais tinha pensado em me tornar professor.

Logo nos primeiros meses de curso as coisas mudaram: eu conheci a militância estudantil, me encantei pela Geografia e me envolvi bastante com os trabalhos desenvolvidos. Fui dirigente do Centro Acadêmico de Geografia (CA) e do Diretório Acadêmico (DA) da Universidade Federal do Tocantins, campus Cimba, além de ter ajudado a organizar inúmeras manifestações estudantis, congressos e eventos como a Parada do orgulho LGBT de Araguaína. Das quatro edições realizadas, em três eu estava como coordenador geral.

A militância fez com que eu estudasse o que eu vivia internamente. A luta por visibilidade e pelos nossos direitos enquanto sujeitos LGBTI's fizeram-me direcionar os estudos acadêmicos para esses conhecimentos. Era uma forma de sobrevivência, pois eu precisava ter argumentação para me defender e lutar pelos outros. Concluí o curso de Geografia na Universidade Federal do Tocantins em 2010 e já saí aprovado no último concurso de docentes da Rede Estadual de Ensino do Tocantins que ocorreu em 2009. Em 2011 fui chamado para ministrar aulas no Estado.

Entre os 16 e os 23 anos, posso dizer que vivi uma fase lésbica. Muitas vezes por exigência do mercado de trabalho, dos olhares dos colegas da faculdade e de minhas ex-companheiras. Eu tentava realçar aspectos de uma feminilidade que eu não pude bancar. Me sentia estranho vestido como mulher, por muitas vezes me sentia travestido.

Eu ainda não tinha noção que existia a possibilidade de trans-formação do feminino para o masculino, até conhecer o João Nery. Lembro-me de ter ficado atônito e ter pensado na afirmação de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se”. Percebi com Nery que também não se nasce homem, torna-se.

Em 2013, realizamos na UFT, campus Cimba, a I Semana da Diversidade, na qual João veio palestrar. Lembro-me de como o auditório estava lotado e que as pessoas ficaram muito curiosas para ver o “homem que nasceu mulher”. Aquela palestra foi impactante para mim, eu me vi em muitos relatos de Nery. Emocionei-me bastante e decidi comprar o seu livro intitulado *Viagem Solitária*, o qual ele gentilmente autografou com as seguintes palavras: “Para minha amiga Lídia, que minha história lhe dê mais força para continuar nessa luta”. Um ano e meio

depois, encontrei o João em um evento nacional de homens trans, o I Encontro Nacional de Homens Trans e Transmasculinos (ENATH) e lhe disse: “Gratidão por tornar dizível o que eu sempre senti dentro de mim!”.

Neste evento realizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) eu me tornei coordenador geral do núcleo de Tocantins com a tarefa de promover a interlocução com outros trans e com o Estado, em busca da implementação de políticas públicas.

Quando comecei a hormonioterapia, fiz alguns exames que foram indicados por um amigo numa rede social, e comprei o hormônio Durateston® através da internet. Utilizei uma ampola e postei nas redes sociais para mostrar a todos/as que estava se esculpindo sobre meu corpo uma nova imagem do meu eu. É assim que acontece com a maioria dos sujeitos trans que eu conheço, a indicação dos medicamentos ocorre pela “boca a boca”, principalmente na internet, porque a dificuldade de acesso ao acompanhamento médico da transexualidade no SUS é considerável em todo o país.

Sobre a indicação leiga de medicamentos que ocorre na população trans-travestis (ARILHA et al., 2010, p. 147) escreve:

(...) os homens que chegam ao Programa [do SUS] por vezes já iniciaram a hormonioterapia, até porque muitos de nós fazemos parte de redes facilitadas pelo uso da Internet, o que auxilia a troca de informações inclusive sobre o tráfico de testosterona. Então, parece ter uma troca de conhecimento no uso da testosterona e isso, às vezes, gera conflitos com os profissionais do Programa, porque provoca efeitos colaterais e na própria prescrição do tratamento. Muitos chegam ao Programa já com sequelas de mastectomia mal realizada, inclusive no sistema público, sendo necessárias cirurgias corretivas que tornam as coisas mais complicadas.

Somente seis meses depois de começar a trans-formação é que eu consegui acompanhamento médico via plano de saúde, com muita dificuldade. A maioria dos profissionais de saúde relatam desconhecimento das especificidades do tratamento hormonal e cirúrgico e se recusam a acompanhar. Até que consegui uma endocrinologista que aceitou me acompanhar. Ela havia feito residência médica na Universidade Federal de Goiás (UFG) que possui o projeto TX (Processo Transexualizador) na estrutura do Hospital das Clínicas de Goiânia. Mesmo assim, só obtive acompanhamento médico porque consegui um laudo psicológico através de um psicólogo particular, após seis meses de terapia semanal, procedimento que, se fosse realizado no SUS, demoraria, em média, de 1 a 2 anos.

Seguindo a linha de raciocínio das trans-travestis desta pesquisa, nós transgêneros (mulheres transexuais, travestis e homens trans), não seríamos nem homens nem mulheres. Nós somos sujeitos que, embora tenhamos os caracteres do gênero que construímos, mantemos em nossos corpos e vivências, os atributos do gênero que nos foi imposto na nascença. Portanto, equiparar-nos aos homens e mulheres cisgênero apenas pelo fato de termos realizado a trans-

formação de gênero é um paradoxo, porque possuímos especificidades psicossociais, culturais e biológicas que não nos conecta totalmente à outra polaridade de gênero.

Hoje me posiciono dentro das categorias identitárias apenas como transmasculino e não mais como homem trans, porque não me sinto contemplado integralmente na polaridade entre o ser homem e o ser mulher.

Eu sou trans e sou masculino! Eu tentei ser mulher por muitos momentos, mas não consegui me identificar com os signos, códigos, expressões e papéis femininos atribuídos cultural e compulsoriamente ao meu corpo, meu gênero e minha sexualidade. Não por uma negação dissimulada da feminilidade de raiz misógina, mas, principalmente, por eu ter tentado aceitar, por ter sido nomeado como menina. Assim sendo imposto a mim a boneca em detrimento do carrinho, o vestido em detrimento da calça, a calcinha em detrimento da cueca, etc; porque eu nasci menina, e porque eu carregava e carrego o que a cultura médica chama de vagina. Contudo, entendo que minha autodeterminação atual pode sofrer variações ao longo da vida.

Independentemente de sofrer todo o processo de categorização cultural imposto as mulheres cisgênero, compreendi que minha profunda identificação com a masculinidade não perpassa pela negação do meu sexo anatômico-biológico.

Envolto nesse turbilhão, eu resisti! Não me reconheci mulher apesar de aceitar minha genitália e hoje, nesta fase da minha trans- formação, a valorizo muito mais que antes. Aprendi com meu processo que tudo em nosso corpo pode ser ressignificado na linguagem, principalmente a genitália que é geralmente o último dos procedimentos, sendo inviável para muitos homens trans que almejam esse tipo de intervenção, pela morosidade do processo transexualizador no âmbito do SUS e pelos altos custos em clínicas particulares.

Em 2013, lendo a obra de Nery, decidi adicionar em minhas redes sociais outros sujeitos que relatavam angústias parecidas. Assim, conheci mais sete pessoas que nasceram meninas e que desejavam se tornar meninos. Nos tornamos amigos virtuais e criamos um grupo na rede de mensagens no Whatsapp® intitulado Transviados, para nos proporcionar apoio e motivação. Até hoje nosso grupo persiste, mas foi desfalcado com o assassinato brutal de meu amigo, Thadeu Nascimento, a quem dedico esta dissertação.

Portanto, foi através de um livro e de experiências de negação, desconforto, stress, não reconhecimento e dificuldade de auto aceitação com o corpo, que ocorreu meu processo de identificação e nomeação enquanto transmasculino. Como encontrei no trabalho de campo as mesmas experiências nas narrativas das trans- travestis, me senti ainda mais implicado enquanto sujeito, no processo de produção desta dissertação, tendo problemas até mesmo com o

desencadeamento de uma calvície por conta do estresse. Estresse de auto analisar-me, de colocar-me o tempo todo no lugar delas, pois eu, enquanto transmasculino, tive privilégios no meu processo de trans-formação. Em contrapartida, tudo a elas foi negado.

Pude entender que a construção simbólica da masculinidade para com a feminilidade é algo cruel e insana, pois se, para eu, mesmo sendo estereotipado enquanto transmasculino, fui majoritariamente aplaudido e incentivado por muitas pessoas, para elas restou a abjeção. A diferença é que eu saí de um lugar simbólico socialmente subalterno que era a feminilidade lésbica, para um lugar com status de dominância, a masculinidade que, embora não seja a hegemônica, nos espaços públicos não causa a subversão da heteronormatividade. Isto me afetou, mas consegui terminar o trabalho com êxito, mantendo relações de militância com algumas delas, pois, como são itinerantes, vivem migrando em busca de suas sobrevivências.

## CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO – PESQUISA ETNOGRÁFICA

O gênero e a sexualidade são temáticas acadêmicas interdisciplinares. Atualmente, essas discussões revelam dois lados de uma mesma moeda: o da urgência de visibilidade e o tabu existente em tratá-los. Historicamente, a população trans, que é composta de travestis, transexuais e transgêneros, ocupa a última posição na sigla LGBT, o que reflete sua invisibilidade no interior do segmento e se traduz em vulnerabilidade social.

O termo travesti traduzido do inglês *travestites*, é uma identidade de gênero marcadamente brasileira. Nos países de língua inglesa, este caracteriza as “pessoas de ambos os sexos”. Já “(...) a travesti brasileira busca a expressão integral da feminilidade, [principalmente] com uso hormônios e silicone industrial”. Os/as Transexuais são aqueles/as que, como as travestis, utilizam hormônios para efetivação da transformação de gênero, porém, buscam a finalização deste processo através da cirurgia de transgenitalização – a popular “mudança de sexo”. As/os transgêneros, do inglês *transgender*, “são pessoas que transitam entre os gêneros e de alguma forma transgridem a ordem hegemônica”. No interior da militância trans, o termo transgênero abarca o homem trans, a mulher trans, a drag queen, a cross-dresser e a travesti. (SILVA, 2013, p. 146).

Segundo o site *Quem a homofobia matou hoje?*<sup>8</sup> administrado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a população trans brasileira é, ao lado das mulheres cisgênero<sup>9</sup>, as que mais sofrem violência de gênero no Brasil. Os dados mostram que, em média, ocorre uma morte a cada 25 horas, conferindo ao Brasil o status de país com maior índice de transfobia do mundo.

Segundo os dados do projeto “Transrespect versus Transphobia Worldwide”<sup>10</sup> na última atualização de dados realizada em 30 de março de 2017, aconteceram 2.343 homicídios de pessoas trans pelo globo, reportados em 69 países onde ocorre este monitoramento, no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2016.

Vale ressaltar que, desse total, 1.834 ocorreram na América do Sul, e 64% de todas as pessoas eram trabalhadoras sexuais. Os dados acumulados de 1º de janeiro de 2008 a 30 de

<sup>8</sup> O site Homofobia Mata (<https://homofobiamata.wordpress.com/>) foi criado em 2011 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), com intuito de sistematizar as denúncias de crimes contra LGBTI's veiculadas nas mídias. O grupo dá publicidade e visibilidade aos casos, produzindo estatísticas através de dossiês desde sua fundação.

<sup>9</sup> Mulher cisgênero e homem cisgênero, são termos atribuídos aos sujeitos que se identificam com o gênero “de nascença” em toda sua gama de complexidade. Então, “cis” é a antítese de “trans”, este caracterizando os sujeitos que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento tendo como base a genitália.

<sup>10</sup> Projeto de pesquisa da TvT (2015) Monitoramento de Assassinato Trans, site do projeto “Transrespect versus Transphobia Worldwide” (TvT). Disponível em: <<http://transrespect.org/en/research/>> monitoramento de trans-assassinato /> Acesso em: 17 abr. 2018.

setembro de 2016 já apontavam um acumulado de 2.264 mortes de pessoas trans, sendo que, como afirmado no comunicado de 20 de novembro de 2016, este levantamento indicava apenas a ponta do iceberg, no que se referia a morte de pessoas trans ao redor do mundo. O Brasil ocupa o 1º lugar em números absolutos e o 4º lugar em números relativos.

O conceito precursor à transfobia é o de homofobia, que emergiu nos Estados Unidos na década de 1960, para significar o preconceito e a discriminação contra homossexuais. O conceito pretendia abarcar o preconceito sofrido por toda a população LGBTI, marcando linguisticamente o medo, a aversão e/ou a repulsa as sexualidades e identidades de gênero ditas desviantes. Assim, Fernandes (2012) afirma que

a categoria homofobia surge no senso comum norte-americano nos anos 1960 (FONE, 2000). Criada pelos próprios sujeitos das homossexualidades, esta categoria emerge em um momento histórico em que a homossexualidade estava sendo deslocada de uma posição ligada às dimensões do pecado e da doença para o lugar de uma ‘homossexualidade política’. Inspirados nos novos movimentos sociais do período, particularmente o movimento negro e o movimento feminista, homossexuais começaram a se organizar para discutirem as possibilidades de melhoria de suas condições de vida e reação às constantes ofensivas da sociedade e do Estado contra as expressões das homossexualidades. Como consequência, nas ruas das grandes cidades norte-americanas, particularmente Nova Iorque e São Francisco, pessoas LGBTTT começaram a usar o termo ‘homofobia’, nos moldes do racismo, para denunciarem a violência e discriminação a que eram submetidos (FERNANDES, 2012, p. 98 apud UDIS-KESSLER, 1996).

Já o conceito de transfobia é a nomenclatura utilizada pela militância trans organizada a nível mundial para significar a violência, exclusão e vulnerabilização das pessoas trans e travestis que levam a índices elevados de mortes por assassinato, suicídio, mutilação e complicações de saúde pela falta de assistência médica.

Com esta pesquisa pretendi realizar um conhecimento organizado sobre corpo, gênero e sexualidade produzido a partir de *nós*, da nossa convivência etnográfica, eu e as trans-travestis do “Castelo das Bonecas”.

As trans- travestis em contexto de prostituição do estudo se intitulam pessoas que vivem para e do corpo. O corpo é a morada da dubiedade. Elas utilizam adornos, vestimentas e mobilizam a linguagem na fronteira entre o feminino e o masculino. Dizem “eu gosto de ficar em casa de cueca e sem camisa, e ainnn?”. Então, não existe uma definição fechada do que sejam suas identidades: ora elas são “bichas”, ora são “viados”, ora são “mulheres”, etc; no que Kulick (1998 apud PELÚCIO, 2004, p. 25) afirma ser “a percepção do grupo quanto a condição de pessoas homoorientadas”.

Contudo, em um ponto, existe definição: elas se sentem “mulheres”, porque reivindicam utilizar e performatizar a feminilidade, introduzindo e acoplado em seus corpos hormônios, silicone, e outros produtos que as feminizam. Uma discussão que terá abrangência neste trabalho.

Portanto, a escolha do grupo, utilizarei a denominação trans-travestis para caracterizá-las em suas identidades, já que esta engloba todas/os sujeitas/os que transitaram do gênero atribuído no nascimento. É necessário nos reportarmos à historicidade dos termos trans e travesti para justificarmos o uso de ambos.

O autor Leite Jr. (2011) afirma que o primeiro a utilizar os termos travesti e travestismo foi o famoso médico e sexólogo alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935), associando o uso de roupas do sexo oposto a um sentido sexual. Segundo este autor, nos escritos dos primeiros colonizadores da América do Norte, existem registros da existência de intersexuais, neste contexto chamados de hermafroditas e que não eram no sentido fisiológico, mas, sim, “(...) um tipo de travestismo ritual que aos olhos dos séculos XVI e XVIII eram vistos como hermafroditas ou andróginos, pois, não haviam as separações conceituais modernas” (Leite Jr, 2011, p. 106).

A sexologia do século XX de Magnus Hirschfeld atribui uma nova conceituação ao termo travesti, transformando-o em uma categoria clínica. O travestismo, isto é, “(...) uma pessoa (tra) vestida com roupas do sexo oposto por motivações eróticas” (LEITE JR., 2011, p. 107). O avanço científico da contribuição de Hirschfeld foi a distinção conceitual da orientação sexual e da identidade de gênero, compreensão em que a primeira designa o desejo sexual<sup>11</sup>, e a segunda diz respeito a como o indivíduo se percebe e se mostra socialmente.

Para este autor, o travestismo estaria ligado a uma “(...) disposição psíquica do indivíduo (...)”, isto é, à produção de sua subjetividade. O “travestismo” então seria “(...) um forte impulso de usar roupas do sexo que não pertence a estrutura relativa a seu corpo como um fim em si mesmo (...) de acordo como a disposição psíquica interior que leva a isso (...)” (HIERSCHFELD, 1991, p.124 *apud* LEITE JR., 2011, p. 109).

Já o termo transexual foi criado pelo endocrinologista e sexólogo alemão Harry Benjamin (1885–1986), o responsável pelo delineamento clínico do sujeito transexual, diferenciando-o do/a travesti. Para Leite Jr. (2011, p. 143), o discurso que fundamenta a transexualidade como identidade, não pode ser pensado fora da (...) influência da mídia e da tecnologia médica (...).’

Assim, o/a transexual se diferencia da travesti pelo

---

<sup>11</sup> Hirschfeld categorizou os sujeitos a partir de suas características físicas (órgãos sexuais, musculatura, tamanho dos pés, etc.), comportamento sexual (ativo e passivo), vestimentas e características emocionais onde as/os travestis estariam classificadas. Para ele, podiam ser homens e mulheres (tra) vestidos com roupas, gestos e comportamentos do sexo oposto (LEITE JR, 2011, p. 109).

(...) desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica. Enquanto o travestismo representa o papel de mulher, o transexual deseja ser e funcionar como mulher, aspirando a adquirir tantas características quantas forem possíveis da mulher, seja de ordem física, seja de ordem mental, e seja, ainda, de ordem sexual. (LEITE JR, 2011, p. 143).

Nas experiências das integrantes desta pesquisa, a construção da identidade travesti não está ligada somente ao fato de usarem roupas femininas. Inclusive na escala de categorização de suas relações sociais, uma pessoa (tra)vestida apenas com vestimentas, maquiagem e cabelo, seria a “montada” ou uma “gay afeminada”. Para elas, a reinvidicação da identidade travesti só é possível e se torna performaticamente real, a partir da introjeção de silicone industrial, o que chamam de a “dor da beleza”.

A categorização nativa que fazem de suas identidades não é fixa. Ora se auto intitulam trans, ora travestis, o que, em outras palavras, quer dizer que a articulação de suas identidades ocorre na fronteira entre as possibilidades atuais de vida e o futuro.

O contexto atual lhes proporciona modificar o corpo através do silicone industrial, acoplar próteses, realizar cirurgias plásticas, etc., e a possibilidade de realização ou não da cirurgia de transgenitalização é ancorada no devir, no futuro que, para elas, é incerto. Então, relataram não descartarem a realização da transgenitalização futuramente. Ancorando esta vontade ao contexto da velhice e da superação da prostituição como meio de vida.

Ademais, a “neca” que é categoria nativa que utilizam para nomear o pênis, é o principal órgão corporal utilizado no trabalho sexual. Elas intitularam a “neca” como o principal “instrumento de trabalho” que possuem. Desta forma, em conjunto com as integrantes da pesquisa, criamos a expressão trans-travestis por entendermos que elas não só utilizam de vestimentas e outros adornos femininos para expressar sua identidade, como também utilizam de tecnologias e técnicas médicas, ainda que de forma leiga, para alterar seus corpos.

Vale ressaltar que a problemática desta pesquisa não é a compreensão acerca da construção da identidade de gênero dessas sujeitas, mas justamente como a identidade articula os processos de construção de seus corpos, tendo o contexto de prostituição como meio viabilizador desses processos.

## **1.1 Metodologia**

O processo do trabalho de campo teve a duração de três meses, entre agosto e outubro de 2017, no qual coletei em torno de 50 horas de gravação de áudio entre histórias de vida e diálogos coletivos que surgiam no grupo. Também entrevistei outros sujeitos transexuais,



travestis e transgêneros de Araguaína-TO, produzindo assim um material de campo composto por diários e áudios, que pretendo transformá-los em livro e documentário.

Porém, decidi trabalhar nesta dissertação de mestrado exclusivamente com estas integrantes<sup>12</sup> e seu contexto pela receptividade de quererem participar de um estudo etnográfico. Desde o primeiro contato que tivemos, às margens da BR-153, em fevereiro de 2017, absolutamente todas as integrantes do Castelo das Bonecas aceitaram me receber em seu lar no dia seguinte.

A etnografia requer que a pesquisa seja conduzida num “meio de interconhecimento”, isto é, “(...) é preciso que seus pesquisados, estejam em relação uns com os outros e não escolhidos com base em critérios abstratos. Em caso contrário, você está fazendo entrevistas ou observações ‘qualitativas’ e não uma pesquisa etnográfica”. (WEBER e BEAUD, 2007, p. 14).

Nesta fase de aproximação do grupo ou pré-campo, utilizei a estratégia de desenvolver com elas os trabalhos da ATRATO, oferecendo o conhecimento dos direitos aos quais poderiam ter acesso. Houve encontros na Secretaria Municipal de Saúde para a confecção dos cartões SUS com nome social; na Receita Federal para a expedição do Cadastro de Pessoas Física (CPF) com nome social e na Defensoria Pública para darem entrada nos processos de retificação de prenome e gênero nos documentos civis.

É importante mencionar que elas não tinham conhecimento da existência de muitos destes direitos, fato que evidencia a lacuna existente entre o movimento social, a academia e as travestis deste contexto. De fato, optei por trabalhar exclusivamente com elas por reconhecer na fase do pré-campo, como militante da ATRATO e pesquisador, as inúmeras vulnerabilidades a que estão expostas.

Segundo Weber e Beaud (2007, p. 33), a pesquisa etnográfica precisa ser “factível”, isto é, tem que haver relevância histórica e social e, é melhor que “(...) privilegie as relações sociais mais cristalizadas; transformar uma questão abstrata em uma série de práticas sociais e de eventos”.

A decisão de realizar uma pesquisa etnográfica ocorreu no pré-campo, quando tive os primeiros contatos com o grupo. Foi nesta fase da pesquisa que entrevistei os outros sujeitos trans e travestis da cidade. Nesse contexto, realizei entrevistas com duas travestis que não residem no “Castelo das Bonecas” e que alegaram serem uma das fundadoras do “ponto” de

---

<sup>12</sup> Optamos por utilizar o termo integrante da pesquisa ao invés de participante, interlocutor, etc., por entendermos que a composição do trabalho diz respeito às vivências, experiências e memórias destas sujeitas. Sendo eu o sistematizador de todo o trabalho desenvolvido em torno de uma problemática que é a construção de seus corpos no contexto de prostituição.

prostituição que as integrantes ocupam atualmente. Por isso, estas narrativas comporão a dissertação no capítulo primeiro.

De acordo com Weber e Beaud (2007, p. 28), a pesquisa etnográfica precisa ter um “ponto de partida que pode ser formulada pelo universo político-midiático ou no teórico-acadêmico”. Nessa concepção, coletei informações relevantes baseado nestes dois universos e formulei hipóteses que foram “testadas” no “universo de interconhecimento” que se tornou meu “campo de pesquisa”. (WEBER e BEAUD, 2007, p. 28), a saber:

1. Universo político-midiático: A questão trans provoca atualmente debates acalorados na mídia pela centralidade que o debate de gênero vem ganhando nos últimos anos no Brasil, com a exclusão do termo dos Planos de Educação Nacionais, Estaduais e Municipais; pelo aumento dos índices de crimes de ódio de cunho LGBTfóbico; pela legislação específica no combate à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) etc. Na mídia aberta, o tema vem ganhando espaço, principalmente nas novelas desde *Insensato coração* (DESIDÉRIO, 2013) com o debate acerca da homoafetividade e, atualmente, com a questão transgênero na novela *A força do querer*;
2. Universo acadêmico: O gênero é uma temática interdisciplinar. A produção científica é ampla em várias áreas do conhecimento. O interesse pelo tema vem crescendo no Brasil (SILVA, 2013);
3. Universo de interconhecimento: Nossa intersecção se encontra na vivência do gênero destoante da regra geral, porém, em contextos econômicos-sociais diferentes.

Percebi, então, que utilizar um método de análise tradicional não comportaria os objetivos que buscávamos com a pesquisa. Em decisão conjunta com o orientador, optamos pela etnografia colaborativa, porque, embora eu seja transgênero, nunca havia tido contato com o contexto de prostituição.

Segundo Weber e Beaud (2007, p. 36), “a etnografia se esforça por tornar familiar o que é estranho (é o modelo clássico da pesquisa por desambientação), ou seja, que ela se esforça por tornar estranho o que é familiar (é o princípio da pesquisa por distanciamento)”. Assim, escolhi as trans em contexto de prostituição porque “(...) sem dúvida [será?] mais fácil pesquisar sobre universos desconhecidos”. (WEBER e BEAUD, 2007, p. 36; grifo meu).

Ademais, reunimos os elementos necessários para realizar tal tarefa: a disponibilidade do grupo em protagonizar o estudo e o contexto social fechado, isto é, vivenciado por todas no espaço e no tempo.

Mediante os resultados que obtive no pré-campo, decidi trabalhar exclusivamente com as trans-travestis do Castelo das Bonecas por questões metodológicas, dentre elas:

1. Todas as trans- travestis desta pesquisa são migrantes provenientes de cidades pequenas próximas de Araguaína-TO em um raio de 500 km;
2. Este grupo se apropriou recentemente da territorialidade de prostituição estudada;
3. Todas são itinerantes, em menor grau a líder do grupo;
4. A faixa etária e a escolaridade média coadunam;
5. Todas realizam seus processos de trans-formação no contexto de prostituição.

No estudo<sup>13</sup> sobre crianças colombianas impactadas pela guerra, pobreza e pelo narcotráfico, Guerrero, Barbosa e Bertoli, (s.d., p. 10) afirmam que “(...) la perspectiva de etnografía colaborativa (...) reconoce a las niñas e los niños como sujetos políticos, actores activos y voces fundamentales en la construcción del conocimiento”.

Corroboramos com estes autores por entendermos que as integrantes desta pesquisa e suas experiências não foram “objetos” de estudo, mas sim “(...) coautoras do conhecimento construído”. (GUERRERO, BARBOSA e BERTOLI, s.d., p. 10).

Para compor esta dissertação de mestrado, convivi entre os meses de agosto e outubro de 2017 com seis trans-travestis que desenvolvem atividades de prostituição às margens da BR-153 e residem em uma casa em Araguaína-TO que nomearam de Castelo das Bonecas.

Para preservar as suas identidades, cada uma delas escolheu uma flor, rosa ou planta que pudesse contemplá-las, seja pela beleza, pelas cores, aromas etc., significando o que acoplam em seus corpos e os sentidos que atribuem a eles.

A tabela abaixo demonstra o espectro sociológico das integrantes desta pesquisa.

**Tabela 1** – Espectro sociológico das trans- travestis

Nome	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Residência
Margarida	29 anos	Babaçulândia-TO	Ensino médio incompleto	Araguaína- TO
Dama da Noite	22 anos	Jacundá- PA	Ensino médio incompleto	Araguaína- TO
Flor de Monique	23 anos	Jacundá- PA	Ensino fundamental	Atualmente em Marabá- PA
Pétala Negra	23 anos	Jacundá- PA	Ensino fundamental	Atualmente em Marabá- PA
Jasmin	23 anos	Parauapebas- PA	Ensino fundamental	Atualmente em Parauapebas- PA

<sup>13</sup>Disponível em:

[http://encuentrosetnograficos.weebly.com/uploads/7/4/6/5/7465057/alba\\_lucy\\_guerrero\\_alexandra\\_barbosa\\_a\\_nny\\_bertoli.pdf](http://encuentrosetnograficos.weebly.com/uploads/7/4/6/5/7465057/alba_lucy_guerrero_alexandra_barbosa_a_nny_bertoli.pdf). Acesso em: 12 jan. 2018.

Lírios	29 anos	Itinga- MA	Ensino fundamental	Atualmente em Goiânia- GO
Tia (mãe de Margarida)	46 anos	Babaçulândia- TO	—	Babaçulândia - TO
Orquídea	46 anos	Araguaína- TO	Ensino fundamental incompleto	Não reside no “Castelo das Bonecas”. Se intitula fundadora do “ponto”
Rosa	33 anos	Araguaína- TO	Ensino médio incompleto	Não reside no “Castelo das Bonecas”. Se intitula fundadora do “ponto”

**Fonte:** elaborada pelo autor.

A territorialidade se determina pelo uso que um grupo faz do território. Corroborando com Raffestin (1993, p. 161-162), “ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”. Como diz Hasbaert (2004, p. 78), “é imprescindível (...) que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando”.

A principal característica da territorialidade estudada é a tríade das relações entre o corpo (sujeito), o território e a atividade econômica da prostituição, que estão edificados no caráter que a identidade de gênero trans- travesti lhe confere.

Corroboramos com a compreensão de sujeito histórico- coletivo de Thompson (1981, p. 99) em que o sujeito é classificado como uma unidade constituinte de classe que vivencia os processos culturais, assim

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas, como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.

A interpretação da complexidade da territorialidade estudada ocorre pela multiplicidade de dimensões que possui. Mobiliza-se autores como Raffestin (1993), Hasbaert (2002; 2004) e Tuan (1983) para compreendermos o político, o econômico e o simbólico que a constitui. Essa compreensão perpassa pela problematização da categoria corpo, articulada enquanto território e cultura.

A priori, comecei o trabalho de campo acompanhando a jornada de trabalho no ponto de prostituição e na casa, vivenciando o cotidiano das trans-travestis. Porém, o trabalho se estendia a outros espaços de socialização delas, como casa de parentes, dias de lazer em chácaras etc, como mostra o excerto abaixo:

(...) era um agradável domingo ensolarado quando fomos Margarida, Flor de Monique e eu à Babaçulândia- TO, visitar a “tia”, mãe de Margarida. Saímos em meu carro, elas estavam muito animadas e Margarida me falava empolgada: “Você conhecerá a casa que estou construindo”. Tivemos um dia ótimo, regado a bebida e comida. Continua. (Diário de campo, 25 de outubro de 2017).

No trabalho de campo, nosso processo de socialização foi gradual, e houve uma “quebra” na minha posição de pesquisador para com as integrantes da pesquisa. Isto foi permeado de uma curiosidade mútua, principalmente acerca da minha transformação, por eu ser transgênero masculino fui inúmeras vezes interpelado por elas. Para a maioria delas, a convivência com um homem trans era inédita. Em contrapartida, o respeito, atenção e paciência que desenvolvemos uns para com os outros, foi a tônica especial do trabalho de campo.

Obviamente, surgiram inúmeros questionamentos sobre o caráter da pesquisa. Por se tratar de uma população socialmente vulnerável, é entendível que elas esboçassem receio em participar. Muito embora não tenham dito expressamente, houve situações em que deixaram transparecer o incômodo. Então, fiz a interlocução necessária para assegurar o sigilo de suas identidades através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando ponto a ponto os objetivos da pesquisa acadêmica.

Corroboramos com Guerrero, Barbosa e Bertoli (s.d., p. 13), quando afirmam que “El ingreso al campo se há constituído como un verdadero desafio em este camino investigativo (...)”. Portanto, a realização de uma etnografia colaborativa é um processo gradual que primeiro requer a “(...) construcción de lazos de confianza con la comunidade que nos permitan conocerlos y que possibiliten espacios de construcción de conocimiento (...)”.

O estabelecimento dos laços de confiança requer tempo para se firmar. Um desafio, pois os prazos acadêmicos para a pesquisa de campo, compilação dos dados, produção e escrita da dissertação, são pequenos no mestrado.

Durante a realização do trabalho de campo, fui ao ponto onde as trans-travestis trabalham à noite na proporção de três vezes por semana. Geralmente, eu frequentava a pista de quarta a sábado porque, segundo elas, eram esses os dias mais movimentados. Nas primeiras vezes, travesti-me para descer ao ponto. As meninas integrantes da pesquisa compuseram uma personagem: me deram roupas, maquiagens e a nomearam de Sophia<sup>14</sup>. Lembro-me de Dama da Noite falando: “Seu nome vai ser Sophia com PH! Você vai ficar bem patricinha e significa conhecimento. Não é isso que você está fazendo aqui?”

---

<sup>14</sup> Esta foi uma estratégia que pensei para ter acesso ao ponto com mais facilidade, sem atrapalhar o trabalho das trans-travestis e para ter acesso em tempo real aos acontecimentos ocorridos no território sem levantar suspeitas nos clientes e outros agentes.

Meu preparo para o trabalho de campo no ponto como Sophia, começava pela manhã<sup>15</sup>, com a raspagem dos pelos do meu corpo. Senti-me emocionado e nostálgico, eu via no espelho traços no meu rosto “limpo”, que remeteram às lembranças de como eu era antes de minha trans-formação. Fiquei uma semana frequentando o ponto como Sophia, depois não houve necessidade, porque a permanência de homens no ponto é corriqueira. Os clientes não perceberiam minha presença enquanto pesquisador, porque eu poderia ser usuário de drogas, traficante, garoto de programa e até marido de uma das trans-travestis. Então, no restante do trabalho de campo não fui travestido.

Foi uma experiência engrandecedora, maravilhosa e quase artística. Eu tive que performatizar como um ator, uma feminilidade que não tenho, pelo menos não daquela forma. Fiquei muito tranquilo e feliz me montando. Sobretudo, porque sabia que, quando tudo passasse, eu voltaria a ter minha aparência masculina. Elas foram muito atenciosas e prestativas com essa experiência, e queriam, de fato, que eu estivesse ali “vivendo” como uma delas, vendo de perto as coisas que acontecem.

Corroborando com a afirmação de Guerrero, Barbosa e Bertoli (s.d., p. 21), na etnografia colaborativa, o pesquisador/a experimenta um constante processo de autorreflexão. Em mim, enquanto sujeito transmasculino, produziram-se questionamentos acerca de discursos que eu tinha como certezas. Em outras palavras, minhas próprias representações sobre a construção da identidade de gênero foram sendo questionadas, a partir das experiências vivenciadas no campo. Como diz Haraway (1995b), em todos os processos que envolveram a composição desta dissertação, fui e estou implicado enquanto sujeito.

A produção de conhecimento advinda dos sujeitos dominantes – homem, heterossexual e branco –, possui o privilégio epistêmico. Estes não são questionados, o privilégio de seu posicionamento social faz com que seu lugar de fala não seja percebido como “particular”, “implicado” e “contaminado”. Isto é, seus discursos não são percebidos como produções menos fidedignas da realidade, porque ele possui o lugar de fala dominante.

Todos os sujeitos que escapam dessa perspectiva são marcados como implicados por possuírem uma visão parcial do mundo, “(...) não há visão imediata desde os pontos de vista do

---

<sup>15</sup> As travestis possuem uma temporalidade peculiar, basicamente por serem trabalhadoras noturnas e pela luta diária para suprimir aspectos biológicos que descaracterizam suas identidades femininas, como a presença de “chuchu” – a barba. Sobre isso, a autora Larissa Pelúcio (2004, p. 20) escreve: “Há um tempo associado ao SER travesti, em estado mais definitivo, que se estabelece com a decisão de ingerir hormônios e aplicar silicone e não mais só “se montar”, momento de um ESTAR transitório (...) É este também o momento de dedicarem-se à casa e os cuidados consigo; e, finalmente a noite, quando já maquiadas, depiladas, vestidas com esmero se aproximam do ideal de feminilidade e beleza que querem para si.”

subjugado (...) apenas aqueles que ocupam as posições de dominadores são auto idênticos, não marcados, incorpóreos (...).” (HARAWAY, 1995, p. 27).

Como afirma Haraway (1995, p. 27),

(...) O conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional. A única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática e honrada é a do ponto de vista do senhor, do Homem, do deus único, cujo olho produz, apropria e ordena toda a diferença (...).

O conhecimento que é produzido pelos sujeitos marcados na ordem simbólica pela classe, raça e gênero é taxado como um saber desqualificado, que é categorizado como ideia ou narrativa. Aqui, assumo meu lugar de produção do conhecimento como parcial, isto é, não estamos produzindo um conhecimento higienizado, afastado, justificando a escolha da etnografia colaborativa como método de pesquisa.

Assumo o lugar de fala de sujeito implicado, porque faço parte do segmento trans-travesti. Entretanto, o contexto de prostituição vivenciado no trabalho de campo foi novo para mim. Portanto, a produção de saberes implicados, localizados estão presentes em nossos corpos e vivências constituindo-nos enquanto sujeitos históricos.

A ciência pós-moderna traz a compreensão de que não existe sujeito transparente, porque todo discurso é dialógico e opaco (BAKHTIN, 1979), perpassado por relações de gênero, classe, raça, origem, etc. Assim, o conhecimento que a academia produz através de suas categorias, também são parciais para legitimar categorias locais.

As trans- travestis são sujeitas que não somente reproduzem representações advindas de discursos acadêmicos, militantes ou médicos sobre suas próprias experiências, mas sujeitos produtores de saberes válidos e sofisticados sobre suas próprias experiências. Suas narrativas não são uma representação no sentido de serem uma fala implicada pelos discursos dominantes, elas não são objeto de pesquisa, são sujeitos cognoscentes que articulam suas próprias categorias para significar suas experiências.

Segundo Haraway (1995, p. 26),

(...) O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe (...).

Portanto, elas produzem categorias a partir do corpo e pensam a realidade através disso. Em outras palavras, estamos assumindo as integrantes desta pesquisa como sujeitas cognoscentes, o que coaduna com a perspectiva decolonial na qual os sujeitos produzem

reflexão e conhecimento sobre a própria realidade, categorizando-a, produzindo juízos sobre si dentro de uma narrativa sempre parcial.

Segundo Lugones (2008, p. 79), a colonialidade

(...) no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas (...).

A colonialidade do poder entrelaçou o gênero e a raça para dominar territórios e utilizar dos recursos disponíveis, controlando assim, os corpos e padrões culturais dos povos racializados. Assim como os saberes acadêmicos, esses saberes possuem fissuras, lacunas e arestas.

Toda produção de conhecimento acadêmico requer um método que sirva para auxiliarmos a controlar as perspectivas que a permeiam, para tentarmos produzir um conhecimento que seja contínuo à militância política que assumimos, mas que também seja descontínuo. Porque estamos em outro espaço, utilizando outra linguagem, métodos científicos e técnicas, que produzem uma ruptura no discurso militante e que se organiza com outras regras de validade. Não é por exemplo, a retórica e a denúncia, mas é a pesquisa, a fonte e a teoria que embasam essa compreensão da realidade.

As experiências das trans-travestis evidenciadas nesta dissertação dizem respeito à sua constituição enquanto sujeitos históricos que se apropriaram e que reivindicam a existência de suas identidades de gênero, a partir de suas agências, trans- formando seus corpos à margem do discurso médico e jurídico hegemônico.

Entretanto, ocorre algo como um “assujeitamento estratégico” a partir das condições de trabalho que o mercado de prostituição oferece a elas para conseguirem acessar as tecnologias capazes de esboçar em seus corpos, os estereótipos de feminilidade arraigados na cultura ocidental, “fazendo-se” assim enquanto trans-travestis femininas.

Os autores Guerrero, Barbosa e Bertoli (s.d., p. 21) afirmam terem tido uma mudança de percepção da infância no trabalho de campo que realizaram. No meu caso, percebi que possuía pré-noções bastante equivocadas, por vezes distorcidas pela “lente” ideológica do militante. Estas experiências que vivi, me fizeram reconhecer e (re)configurar minhas práxis política e acadêmica. O fato de eu ser transgênero foi fundamental para a aceitação que tive no grupo. Posso dizer que fui bem aceito no campo como pesquisador e que, colateralmente, minha atuação como vice-presidente da ATRATO foi utilizada para a efetivação de vários de seus direitos.



Houve muitas discussões com meu orientador porque eu trazia outras referências de pesquisa. Para mim, foi inquietante e, por vezes, angustiante, deixar minhas velhas compreensões disciplinares e teóricas para que as questões emergissem do campo. Teórica e metodologicamente, ao pesquisarmos sujeitos trans é preciso agir de outro modo. Nós não podemos ser invisibilizados, mesmo na tentativa de promoção de visibilidade.

Nesta concepção, um dos pontos positivos deste trabalho é proporcionar visibilidade à temática a partir das experiências das trans-travestis, no que tange às questões sobre gênero, sexualidade, corpo e prostituição.

Outra característica marcante foi o que no dizer de Guerrero, Barbosa e Bertoli (s.d., p. 24) “(...) um ejemplo, de educación no escolar entre pares (...)” Porque através de minha atuação enquanto pesquisador e militante, elas puderam acessar uma gama de direitos que não tinham angariado antes da pesquisa, além de terem suas experiências e vivências visibilizadas em um trabalho acadêmico. Mas o resultado do trabalho é o resultado da interação que Ramos (2018) chama de “encontros epistêmicos”. Em campo, o pesquisador, enquanto sujeito, não encontra “seus objetos”, mas outros sujeitos, produtores de saber tanto quanto ele.

Nossa convivência foi um processo de retroalimentação porque nos formamos conjuntamente com nossos discursos, experiências e práxis. Entretanto, a colaboração nunca é simétrica, o etnógrafo proporciona algumas oportunidades ao grupo e recebe outras, “(...), mas, os nossos objetivos eram fundamentalmente diferentes.” (RANOCCHIARI, s.d., p. 4).

Para Ranocchiarì, (s.d., p. 7), a etnografia colaborativa é uma “(...) investigação como aprendizagem num caminho de libertação (...) fazer pesquisa transforma-se para as comunidades implicadas (...) numa ferramenta de empoderamento (...) a representação da cultura [precisa] respeitar a visão nativa (...)”.

Em conjunto com o orientador, fizemos a opção metodológica de deixar as hipóteses surgirem do campo, assumindo uma postura antropológica e fenomenológica. Desta maneira, estamos tentando avançar em direção à transdisciplinaridade. De acordo com Nicolescu (1999, p. 22),

(...) o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (...) para o pensamento clássico, a transdisciplinaridade é um absurdo porque não tem objeto. Para a transdisciplinaridade por sua vez, o pensamento clássico não é absurdo, mas, seu campo de aplicação é considerado como restrito.

Ainda de acordo com este autor, a transdisciplinaridade se caracteriza por um processo de retroalimentação, pois é alimentada pelas disciplinas e as alimenta com suas possibilidades

fecundas de pesquisa. A transdisciplinaridade se difere da pluri e da interdisciplinaridade por sua finalidade: “a compreensão do mundo presente, impossível de ser inscrita na pesquisa disciplinar. A finalidade da pluri e da interdisciplinaridade sempre é a pesquisa disciplinar” (NICOLESCU, 1999, p. 23).

Nesse sentido, o estudo realizado pretende ser transdisciplinar pelos problemas terem emergido do campo e por termos utilizados as categorias nativas do grupo para entender efetivamente em quais categorias estas sujeitas articulam a própria identidade. Até o momento da pesquisa é o corpo.

Assumimos a compreensão do corpo histórico como simulacro constituído de “(...) marcas de gênero, de classe, de origem e **de raça** (...)” (COURTINE e VIGARELLO, 2011, p. 9, grifo meu). O corpo enquanto categoria de análise surgiu no limiar do século XX advindo dos discursos de áreas como a Medicina, Sexologia e Psicanálise.

Neste contexto, se desenvolvem as tecnologias médico-terapêuticas para o controle de natalidade, tratamento de disfunção erétil, bem como o surgimento da AIDS [SIDA], “(...) a sexualidade se torna de novo um problema de saúde pública e motiva os médicos a tentarem modificar as práticas sexuais.” (COURTINE e VIGARELLO, 2011, p. 131).

As ciências “psic’s” do século XX promoveram uma série de discursos sobre os corpos, criando protocolos clínicos de categorização a partir de suas práticas sexuais e dos estereótipos de gênero. (BENTO, 2006)

No contexto da *Belle époque* europeia e da “(...) erosão progressiva do pudor (...)”, em que a exposição pública dos corpos se deu através da diminuição no tamanho das vestimentas e da midiáticação do sexo através da pornografia é que surgem as demandas “clínicas” dos sujeitos nomeados como os/as transexuais, diferenciados dos/das travestis de Hirschfeld. (COURTINE e VIGARELLO, 2011, p. 109).

Segundo Leite Jr. (2011, p. 113), tanto o “travestismo” de Hirschfeld (1991) quanto o Eonismo de Ellis (1933), ambos edificados no século XX, são produções do discurso médico que nomearam as práticas, desejos e comportamentos de sujeitos não conformados no padrão estabelecido pela sociedade ocidental, tendo como base suas genitálias.

Estes conceitos são anteriores à categorização e compreensão da transexualidade na literatura médica, também chamada de “Transtorno de identidade de gênero” (TIG). “Travestismo” e “Eonismo” eram vistos apenas como uma variação da sexualidade “normal” humana. Já o TIG foi arregimentado com a elaboração de protocolos clínicos, atendendo a um discurso latente de inclusão na área médica. (DELEUZE, 1992 apud LEITE JR., 2011, p. 119).

No contexto histórico do século XX, surgem movimentos sociais importantes como o feminismo. Com a luta por igualdade social entre homens e mulheres, além do levante do movimento homossexual, acabam (re)configurando socialmente o corpo, agora percebido e sustentado como instância política. A militância se forjava nos corpos (COURTINE e VIGARELLO, 2011).

No século XX também surgiu a teoria *queer*, em português significando esquisito, bizarro, objetivando questionar a constituição da linguagem baseada em binarismos. Nas palavras de Pelúcio (2009), no Brasil, *queer* seria próximo do termo “bicha”, “viado”, “sapatão”. São termos mobilizados pejorativamente, utilizados para se referir aos sujeitos e suas práticas, comportamentos, desejos, performances etc.

Na teoria *queer*, esses termos foram (re)dimensionados como formas subversivas de marcar a diferença, e pretende desnaturalizar as oposições binárias universalizantes arraigadas culturalmente sobre as categorias mulher/homem, ativo/passivo, homo/heterossexual, natureza/cultura e corpo/mente. (LEITE JR., 2011, p. 120).

Neste espectro, o corpo não é em si mesmo precedente à cultura, mas sim um resultado de sua influência. O corpo é construído pela cultura, e é ela quem o normatiza através da classe, da raça e do gênero. O gênero produz efeitos de sentidos que atribuímos aos corpos, o que não pode ser confundido com natureza e/ou essência. Estas conceituações estão superadas, pois não existe um modelo ideal de masculinidade e feminilidade, porque cada sujeito constrói e (re)configura-as em suas experiências vivenciais. Dessa forma, não existe um “(...) modelo verdadeiro em cima do qual se reproduziriam ‘cópias’ (...)” (LEITE JR., 2011, p. 126).

A maior expoente dessa vertente teórica é a filósofa estadunidense Judith Butler. A autora sustenta que o gênero não é uma construção social abstrata, pois está presente na materialidade dos corpos sexuais e nas diferenças sociais entre os “sexos”, e avança para a compreensão da construção social também da categoria “sexo” (BUTLER, 2003).

Para esta autora, o gênero “(...) não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica), tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, se engendram suas concepções sobre os corpos, práticas e comportamentos, de sujeitos que não são considerados puramente humanos, que são questionados socialmente em sua existência. Nesta linha, o sexo e sua correspondência entre o gênero e a sexualidade é o que “(...) qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.” (BUTLER, 2000, p. 154).

Os corpos *queer* das trans-travestis integrantes desta pesquisa subvertem as normas de gênero por não serem arregimentados pelo discurso médico-biologizante que “(...) define um ‘verdadeiro’ sexo com seu respectivo ‘verdadeiro’ gênero e, em última instância, um ‘verdadeiro corpo humano.” (BUTLER, 2003).

O que as trans-travestis fazem é uma apropriação leiga dos saberes médicos. Seus corpos escapam às normas estabelecidas pela heterossexualidade compulsória e suas performances são questionadas e subestimadas nos discursos dominantes de poder, atribuindo-lhes sentidos negativos cunhados em concepções biologizantes, religiosas etc. O que Butler (2011) chama de abjeção, incorrendo na negação simbólica e material de suas existências.

No que tange aos significados que as trans-travestis atribuem a seus corpos após a transformação de gênero, somos remetidos à ideia do corpo como lugar, edificado por Tuan (1983). Mobilizamos as narrativas como fontes e produtoras de saber para, através delas, problematizar as experiências a partir do diálogo entre as categorias acadêmicas e as categorias nativas. Não estou analisando o narrar-se, mas sim como elas vivenciam as experiências no corpo sendo o gênero um processo sempre em construção.

De acordo com Cardoso (2017, p. 49), as narrativas são consideradas fontes de conhecimentos articulados que trazem à tona a “(...) subjetividade do expositor”. São elas “(...) fontes de conhecimento por que têm um caráter emancipatório (...) porque entendemos que eles [os integrantes da pesquisa] são autoridades narrativas, sendo que os mesmos utilizam procedimentos narrativos e simbólicos socialmente compartilhados. (CARDOSO, 2017, p. 54-55).

Como afirma Tuan (1983, p. 7), “(...) uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual”. As trans-travestis integrantes desta pesquisa me permitiram conhecer seu contexto e a elas próprias de forma íntima e experiencial.

Para este autor, a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade (...) a experiência está voltada para o mundo exterior ver e pensar claramente vão além do eu” (TUAN, 1983, p. 15).

Corroboramos com Tuan (1983, p. 16) quando afirma que

a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência (...) experienciar é aprender, significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência o que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência uma criação de sentimento e pensamento.

Nessa direção, abordarmos que a construção da identidade de gênero trans- travesti é justamente uma criação baseada em estereótipos do gênero oposto ao imposto no nascimento.

Essa imposição de concepções histórico-culturais baseadas em binarismos, sustenta o discurso da diferença de gênero na cultura ocidental.

## **1.2 Técnicas utilizadas no campo**

Utilizei a técnica de gravação de áudio para obtenção das narrativas e, todas as vezes, avisava às integrantes que estava gravando. O gravador ficava posicionado no chão ou no meu bolso, porque eu percebi, desde os primeiros contatos, que segurá-lo as deixavam incomodadas. Na transcrição das narrativas, optei por manter a escrita tal como elas falam, para que o leitor/a saiba como elas articulam a linguagem no interior do grupo.

No trabalho de campo, eu gravava os áudios e ainda registrava no meu caderno de campo as principais informações que ocorriam no momento. Esse instrumento foi importante na transcrição das narrativas, porque eu anotava as questões que ia percebendo, que não estavam sendo esboçadas na fala, tais como os detalhes dos gestos, o silêncio em busca da captura de uma memória e a altivez com que relataram um “pedaço” de suas histórias de vida.

Em vários momentos aconteceram discussões coletivas acerca do corpo e das experiências com clientes. Isto geralmente acontecia na sala da casa: nós sentávamos em forma de círculo em um tapete, e eu posicionava o gravador no centro da roda para registrar as falas.

Essa técnica foi amplamente utilizada no trabalho de campo, pois as trans-travestis costumam descansar nos espaços coletivos da casa. Então, eu aproveitava os momentos oportunos para iniciar uma discussão sobre esses assuntos.

As entrevistas de histórias de vida ocorreram nas dependências do Castelo das Bonecas com absoluto sigilo e discrição. Apenas a gravação de Margarida, a líder do grupo, ocorreu fora, porque eu percebi que, para ela, seria mais confortável, pelo seu papel de liderança na casa.

Elas atribuem a categoria “Boneca” às trans-travestis que modificaram seus corpos, principalmente através do silicone industrial pelo aspecto de plasticidade que ele proporciona. As integrantes da pesquisa nomearam a espacialidade da casa em que moram a partir de suas próprias identidades. Ademais, “Boneca” significa que elas são trans-travestis que possuem pênis.

Pressuponho que minha presença enquanto pesquisador e vice-Presidente da ATRATO fez com que três das integrantes desta pesquisa me interpelassem acerca de informações sobre o processo de retificação de nome civil. Sendo assim, eu as acompanhei até a Defensoria Pública do Tocantins para atendimento. Os processos judiciais encontram-se em andamento.

Elas ainda utilizam o nome social, e, no caso, vários nomes por ser uma especificidade da atividade de prostituição. Os riscos a que estão expostas, justifica terem, em cada lugar, um nome.

O trabalho de campo se estendeu a várias situações, como acompanhar as trans-travestis pelas ruas de Araguaína- TO. Foi aí que percebi a minha diferença em relação a elas e aos “outros”, isto é, às pessoas cisgênero. Por todos os lugares que passamos, minha presença não era questionada, nem no olhar, nos gestos ou palavras das pessoas. No limite, eu poderia ser um amigo, um irmão ou quem sabe um homem gay.

Eu percebi que o que Butler (2003) defende em seu livro *Problemas de gênero* realmente existe: no esquema de classificação de gênero, o homem, ou melhor, a masculinidade, é vista como universalizante, universal. O homem é universal podendo ocupar os espaços públicos, vestir-se como desejar etc. A mulher, ou melhor, a feminilidade, constitui-se no “outro”. A diferença de gênero aqui se aprofunda, porque as trans-travestis negaram a masculinidade hegemônica. Donde surge a homo/transfobia que sofrem cotidianamente.

Andando com as meninas pelas ruas, percebi que minha identidade, a priori, não era questionada, pois tenho fenótipo, comportamentos e corporalidade dita de homem. As inscrições existentes nas minhas roupas, sapatos, joias etc., estão conformadas às regras estereotipadas do que seja um homem heterossexual. Porém, isso só ocorre até haver uma situação que deflagre minha condição. Depois sou invisibilizado e subestimado por não possuir pênis, mas, não achincalhado.

Já para elas, a situação é diferente. Seus corpos de dimensões aumentadas, suas maquiagens, cabelos, roupas, gestos, comportamentos, suas vozes roucas (nem todas), tudo o que há em suas corporalidades remetem à construção de uma expressão de gênero “ambígua”. Elas são alvo de olhares que incomodam, de risos e gestos que pretendem ridicularizá-las, quando não são abordadas de forma desrespeitosa e/ou sofrem assédio.

Quero dizer que elas são questionadas, assediadas e odiadas porque seus corpos mostram a subversão da linearidade entre sexo, gênero e sexualidade (BUTLER, 2003). Eles trazem à tona a instabilidade desse sistema e demarcam uma diferença abissal entre elas e os “outros”, isto é, os homens e as mulheres cisgênero, sendo, portanto, um entre lugar entre a masculinidade e a feminilidade.

Nesses momentos de nossas andanças pela cidade e até por cidades vizinhas, eu me senti “mais um na multidão”. Foi um laboratório incrível, pois me fez perceber a diferença entre a trans-formação orientada pelo discurso médico que, no caso, é a minha e a experiência delas fora desse controle. A diferença é o padrão: a masculinidade é inquestionável. Já a feminilidade

é passível de dúvidas, intervenções e interdições. “A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença).” (SILVA, 2011, p. 79).

A escolha do título “Corpo feito no olho” ocorreu após a narrativa contada por uma das integrantes para nomear os processos de “fabricação” de seus corpos que ocorre no e para o contexto de prostituição. “Quando eu me fizer vão abrir muitas portas” – disse Flor de Monique, se referindo especificamente ao processo de “bombaço”. A aplicação de silicone industrial tem a finalidade de feminizar o corpo, delineando a composição de formas femininas que, para ela, beiram a perfeição.

Portanto, este trabalho problematiza que o corpo e as territorialidades da casa e do ponto, são perpassados e constituídos culturalmente através do gênero, tornando-os lugar. Em outras palavras, existe a articulação das categorias corpo e territorialidade no contexto de prostituição trans- travesti.

O conceito de cultura que assumimos é o de Hall (2016, p. 18-19) em que “a cultura diz respeito à significados compartilhados pelo acesso comum a linguagem (...) a língua é um sistema representacional (...) que engloba o que de melhor foi pensado e dito numa sociedade”. Neste trabalho, a análise sob a ótica cultural advém da interface entre gênero e sexualidade enquanto categorias discursivas fundantes do contexto de prostituição estudado, que intercambiam e significam as relações sociais, econômicas e afetivas desenvolvidas entre os agentes envolvidos.

Conforme afirma Hall (2016, p. 21), a cultura agrega

(...) todas as práticas que não são geneticamente programadas em nós (...) ela é que diferencia o elemento humano daquilo que é biologicamente direcionado (...) são edificados no circuito da cultura (...) para restringir ou manter a identidade dentro do grupo (...).

Pelo todo mencionado, objetivamos, com este trabalho, investigar a fabricação dos corpos nas narrativas e experiências da trans-formação de gênero das trans- travestis em contexto de prostituição de Araguaína-TO.

Os objetivos específicos foram distribuídos entre os capítulos. No primeiro, buscamos descrever e compreender as relações que enlaçam o corpo e as territorialidades ocupadas – casa e ponto – no contexto de prostituição de Araguaína-TO, bem como entender a história e a dinâmica de apropriação e ressignificação da territorialidade ocupada às margens da rodovia BR 153. No segundo capítulo, o objetivo é conhecer as histórias de vida das trans-travestis nas sociabilidades da casa e escola em suas cidades de origem. Estas foram as espacialidades mais mencionadas no trabalho de campo.

As narrativas obtidas no trabalho de campo nos levam a compreender os processos de exclusão intrafamiliar e no ambiente escolar que estas sujeitas passaram, as múltiplas violências, tendo o contexto de prostituição como a única alternativa viável, rápida, porém, arriscada, de saírem dos seus contextos interioranos para buscarem a efetivação de suas identidades de gênero.

O último capítulo tem por objetivo compreender as experiências com o corpo nas vivências trans-travestis na fase da diáspora, onde a prostituição surge como trabalho e meio de acesso às tecnologias do “fazer-se” travesti. Neste capítulo, objetivamos demonstrar ao leitor/a como são realizadas as técnicas de modificação corporal que as trans-travestis utilizam, os significados que atribuem a seus corpos após estes processos que envolvem: a ressignificação de técnicas exclusivamente médicas; a decretação de autonomia pessoal; a ausência de políticas públicas de educação e saúde; e o mais importante, os aspectos e significados positivos que as trans-travestis atribuem a seus corpos e vivências.

Escolher trabalhar com as trans-travestis em contexto de prostituição foi um ato político, pelo fato de serem historicamente mais vulneráveis à violência, às doenças infectocontagiosas (IST's HIV/AIDS) e à drogadição. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, cerca de 90% das/dos trans ou travestis sobrevivem de trabalhos informais e marginalizados, como a prostituição (OTONI, 2014).

Dados do Ministério da Saúde<sup>16</sup> de 2013 mostram que as/os trans-travestis, gays, homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo e pessoas que usam drogas são os grupos mais vulneráveis a infecção do vírus HIV. A taxa é de 0,5% na população brasileira, mas, se setorizado nos grupos mencionados, chega a 10%.

O sujeito é constituído de suas experiências e, no caso das integrantes desta pesquisa, os significados correlatos que dão aos seus corpos estão intrinsecamente ligados ao seu contexto.

Deste modo, seus corpos são fabricados para e pela prostituição e funcionam como uma espécie de vitrine. O sucesso de seus trabalhos está na construção de seus corpos, e é através dele que a engrenagem da prostituição opera, encaixando as aspirações corporais das trans-travestis aos anseios da clientela em consumi-los na forma de sexo.

---

<sup>16</sup> <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/07/relatorio-contabiliza-casos-de-hiv-aids-na-america-latina>>. Acesso em: 20 fev. 2018.



## CAPÍTULO 2: “A RUA É UM MISTÉRIO - TERRITORIALIDADE E LUGAR NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO TRANS- TRAVESTI DE ARAGUAÍNA-TO

“Araguaína é uma cidade bem, aqui a bicha ganha ‘milhões’” – Lírios.

Neste capítulo, descrevo as espacialidades em que as trans-travestis vivem (viveram) e desenvolvem (desenvolveram)<sup>17</sup> suas atividades: a casa que nomearam de Castelo das Bonecas e o ponto que é a territorialidade ocupada para fins de prostituição.

Evidencio a relação entre elas e seus clientes, as chamadas “mariconas” ou “ocós” na territorialidade de prostituição da BR-153 em Araguaína-TO.

A linguagem utilizada pelas trans-travestis é o *Bajubá*, um “Socioleto que incorporou vocabulário de línguas africanas no português brasileiro; popularizado como antilinguagem empregada entre travestis” (LAU, 2015). Composta de códigos, o *Bajubá* é utilizado para garantir a comunicação intra- grupo conferindo-lhe um caráter identitário e de autodefesa.

A “Maricona” é o termo utilizado pelas travestis para se referir aos clientes. Geralmente, são homens mais velhos, e as “Maricletes” são os mais novos entre 18 e 25 anos. Já o “Ocó” são os homens que vão à “pista”, mas, por outros tipos de relação, geralmente são amigos ou namorados. Ainda há o termo “Mariquinhas” que caracterizam os filhos das “Mariconas” do sexo masculino, como nesse relato: “aqui vem um pai (Maricona) mais cedo pegar uma, e mais tarde vem o filho (Mariquinha!)” (Flor de Monique).

A pedido das trans-travestis, substituí, ao longo do texto, o termo “Maricona” por “Ocó”, pois, segundo elas, este em outras localidades possui uma conotação pejorativa, o que não caracteriza a natureza de suas relações.

Como relatou Margarida,

Maricona é o nome popular que nós atribuímos a eles, mas pode trocar por ‘Ocó’, que é o homem simpaticante que se atrai pela beleza da trans (...) sem nossos clientes não somos nada e sem nós eles também não existem” (Relato informal, 26 de maio de 2018).

Nestor Perlongher, no livro *Negócio de Michê* (2008) elaborou a ideia de territorialidade com a qual

(...) seria possível compreender as categorias de auto definição sexual como “pontos” dentro de redes circulatórias, os quais estariam numa relação de contigüidade e mesmo de mistura. A territorialidade é assim pensada em termos de um “código-território”, que atualiza uma lógica peculiar de distribuição de atribuições categoriais a corpos e desejos em movimento, estipulando a fixação a um gênero, uma postura, uma aparência, uma gestualidade, uma discursividade, uma corporalidade (...) (PERLONGHER, 2008 apud SIMÕES, 2008, p. 539).

<sup>17</sup> As migrações que as trans-travestis realizam, (re)configuram a territorialidade a qualquer momento. Não existe constância de permanência, elas migram pela sobrevivência.

A maioria das integrantes desta pesquisa são oriundas do Estado do Pará, mais especificamente da cidade de Jacundá. Somente Margarida é natural do Tocantins. Ela que também é chamada de “Mona-chefa” é quem organiza e gerencia a territorialidade do ponto e do Castelo das Bonecas.

Quando comecei o pré-campo, em maio de 2017, elas moravam em uma casa próxima da Avenida Filadélfia em Araguaína-TO e, todas as vezes que eu chegava ao Castelo, quem me recebia no portão era o cachorro de estimação da Lírio.

Nesta fase da pesquisa, Lírio era a secretária de Margarida, era ela quem ajudava a gerenciar as demandas tanto da casa quanto da territorialidade de prostituição na BR-153.

No desenvolvimento da pesquisa, as trans- travestis se mudaram por duas vezes e, atualmente, residem em um bairro de classe média alta. A casa é alugada e possui vários quartos, nos remetendo à configuração de um pensionato.

Na fase de aproximação com o grupo, a casa que residiam era alugada e sua estrutura física bastante vulnerável: o muro baixo, as janelas venezianas que sofriam com o intemperismo e as portas muito frágeis. Um ambiente propício a arrombamentos, o que aconteceu no mês de junho de 2017. Isso fez com que elas quisessem se mudar, assim, pediram minha ajuda e de pronto atendi.

Logo fiz contato com uma amiga corretora de imóveis que as ajudou de forma gratuita. Margarida disse: “nossa ela foi um luxo! Me ajudou sem cobrar nada, ainda tem pessoas boas porque até para alugar um lugar é difícil, muito obrigada”. (Relato informal, 10 de junho de 2017).

A organização espacial do Castelo das Bonecas é feita como uma espécie de pensionato. Ali se recebe trans-travestis e mulheres cisgênero de outras localidades, geralmente do Pará e Maranhão.

Como afirma Pelúcio (2009, p. 207), o espaço doméstico é “(...) um reino invisibilizado (...) Espaços aqueles, onde elas conseguem uma certa ordem de existência social, mesmo que diante da reafirmação de seus ‘desvios’ e ‘inadequações’”.

A foto abaixo ilustra os quartos coletivos, mobiliados com várias camas estilo beliche, espelhos e cômodas improvisadas com caixas de papelão que elas nomearam “camarins”, onde colocam seus cosméticos, maquiagens, “picumãs” (perucas), medicamentos, bíblia sagrada etc.

Foto 1- “Camarim”



Fonte: Monique, Flor. Foto do quarto coletivo com ênfase no “camarim”. 2017.

No *rack* da sala existia uma espécie de altar que a Lírio fez, e, no quarto onde Flor de Monique e Pétala Negra dividiam, há uma bíblia aberta. A matriz religiosa das integrantes desta pesquisa é o cristianismo católico e protestante. Porém, no trabalho de campo presenciei enunciações de louvor a espíritos e práticas como acender incensos, tomar banhos de descarrego e, principalmente, a evocação de pombos-gira<sup>18</sup> pedindo proteção na rua, sucesso nos negócios, amor etc. Como neste relato de Dama da Noite

“(…) Primeiramente Deus, depois a outra que sempre ajuda né! Querendo ou não, nossa pomba-gira mesmo! Ela nunca me deixa na penação e sempre tá no ladinho da gata! Um Pai de santo falou que a minha é a Padilha. Tenho um axé muito grande com a Mulambo. Pego muita maricona fina, elas param no meu pé... graça a Deus! Queria saber qual a pomba-gira certa, quero agradecer porque ela joga mesmo é nos meus pés, eu saio com muita maricona fina... (…).” (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 24 de outubro de 2017).

Na casa onde moravam anteriormente, a hierarquização do espaço era menos nítida, pois havia somente três quartos. Mesmo assim, a acomodação da Mona-chefa era separada das demais. A responsabilidade do aluguel e da gestão da casa é da Margarida.

Flor de Monique relatou o papel de liderança<sup>19</sup> que Margarida exerce no grupo

“(…) ela nunca tratou a gente mal entendeu? Como as outras lá fora, porque lá elas se consideram cafetinas mesmo, se atrasar uma diária já apanha, e aqui não! A Margarida não é assim. Por isso, que eu falo, as bixa não considera ela como cafetina, nós considera ela como organizadora de uma casa de apoio de trans (…).” (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 05 de agosto de 2017).

A casa em que moravam onde foi realizado o trabalho de campo, se situava mais ao centro da cidade. O espaço era amplo e de certa forma seguro, sendo dividido em três quartos e uma suíte, um banheiro social, uma sala de estar, uma copa, uma cozinha ampla e área de serviço. Era murada, possuía portões e a área ao redor era calçada.

A casa era bastante organizada e limpa. Era a Mona-chefa quem cozinhava, além de ser muito zelosa com os ambientes coletivos, bem como com sua suíte. Na copa, existia uma mesa com garrafas de café, vasilhas para colocar pães, xícaras, incensos e várias cadeiras de plástico

<sup>18</sup> “A pomba-gira é um exu feminino, o espírito de uma mulher que teria sido prostituta, quando viva, uma mulher capaz de dominar os homens com suas artimanhas. Na língua ritual dos candomblés angola (de tradição banto), o nome de exu é Bongbogirá; pombagira (pomba-gira), por sua vez, seria uma derivação de Bongbogirá” (AUGRAS, 1989 apud PEREIRA, 2017, p.153). No trabalho de campo, houve enunciações de Margarida, Flor de Monique e Dama da Noite de que cada travesti possui uma pomba-gira, que seria uma espécie de protetora, guia, guardiã. Apesar de nenhuma das trans-travestis dessa pesquisa se auto intitulem religiosas de matriz africana, presenciei no trabalho campo várias situações em que elas mobilizaram conhecimentos populares dessa matriz para pedirem proteção, “axé” nos negócios e no amor, tirar “olho gordo”, etc. “Comprei o otin (bebida alcoólica) da babadeira! Vou quebrar lá na esquina!”. (Dama da Noite, trabalho de campo, 19 de agosto de 2017). Como mostra o trabalho de Pereira (2017, p. 149), as representações que as travestis em contexto de prostituição possuem das pombas-gira como entidades espirituais se enlaçam com as representações que possuem delas próprias.

<sup>19</sup> Para efeito de organização textual, problematizo a hierarquização das relações do grupo no capítulo dois.



recentemente adquiridas por ela. Na parte externa da casa, Margarida cria duas gatas que encontrou na “pista” e galinhas, uma “paixão” que sua mãe relatou ser desde criança.

Margarida relatou ter vontade de regularizar a casa como pensionato. É ela quem cuida e organiza os pagamentos de água, luz, aluguel e comida. Além de determinar a escala de limpeza da casa e do banheiro coletivo, de acordo com este diálogo que tivemos no trabalho de campo:

Margarida: a maioria dos travestis que saem da casa dos pais pra casa de Mona-chefa é porque não são aceitos lá.

Pesquisador: então seria o primeiro ponto de apoio?

Margarida: Sim! E no meio delas tem que ter uma “louca” que imponha respeito, onde começa e onde sai o dinheiro, até porque como todo cidadão temos contas a pagar. Tenho vontade de regularizar isso daqui criar uma ONG no futuro pras bichas. Tenho vontade de ajudar as pessoas e depois me candidatar na minha cidade. (Entrevista oral, casa, 15 de maio de 2017).

Para custeio das despesas da casa, as trans- travestis de outras localidades pagam uma taxa fixa que elas chamam de diárias, para cobrir o aluguel e a alimentação oferecida (café da manhã e almoço). As tarifas de água e energia elétrica são rateadas entre elas proporcionalmente pelo período que passam na casa.

Margarida é bastante cuidadosa com a alimentação servida na casa. Geralmente, há variedades de frutas e verduras na mesa, principalmente, quando ela está presente.

A secretária de Margarida no trabalho de campo era a trans- travesti aqui chamada de Flor de Monique que relatou:

“Tem gente que olha pra nós trabalhando na pista e pensa que nós veve mal, que até fome nós passa, mais não, aqui nós veve bem, não somos penosas”. (Diário de campo, 17 de agosto de 2017).

A categoria nativa penosa diz respeito às características da pobreza como passar fome, não ter o que vestir ou onde morar. Entretanto, penosa também diz respeito a trans- travesti que não possui “axé” para clientes e designa aquela que falta senso de coletividade. Para usar as palavras delas, penosa é a trans- travesti que não “faz a fina” com as outras, que é avarenta.

Apesar de as trans- travestis desta pesquisa não se considerarem pobres ou penosas, pelo montante de dinheiro que movimentam com a prostituição ser superior ao que ganhariam em um emprego formal, suas vulnerabilidades estão engendradas na intersecção entre suas identidades de gênero (trans- travesti), a raça (pardas e negras), a classe social (baixa), a origem (interiorana) e a baixa escolaridade (educação básica incompleta).



Segundo a ONG Transgender Europe<sup>20</sup>, a principal causa dos altos índices de violência e homicídios de transgêneros no Brasil está ligada à exclusão do mercado de trabalho formal.

Dados da ANTRA<sup>21</sup> apontam que 90% das pessoas trans e travestis recorrem a prostituição como meio de vida e que isto está ligado a exclusão intra-familiar e escolar e, por conseguinte, pela falta de qualificação adequada para o mercado de trabalho formal.

Segundo o jornal Correio Brasiliense que lançou uma série de matérias jornalísticas sobre o tema, os relatórios internacionais apontam que há exclusão no mercado de trabalho formal às pessoas trans em todo o mundo e que, no Brasil, não existem números relativos por falta de dados.

Os dados de 2016 mostram que houve 5.737 denúncias de discriminação no mercado de trabalho em geral no Brasil, mas os casos são subnotificados, como

afirmou Renata Coelho, Procuradora do Trabalho que os ilícitos não estão registrados estatisticamente. Os dados do que essa população sofre de discriminação não chega até nós, seja porque estão no mercado de trabalho informal e na exploração sexual, seja porque o grupo não acredita em punição.<sup>22</sup>

Contudo, existem iniciativas de inclusão no mercado de trabalho brasileiro às pessoas trans e travestis, como a da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>23</sup>, com o curso Cozinha & Voz, o TRANScidadania<sup>24</sup> da Prefeitura de São Paulo, e de empresas transnacionais que seguem as determinações de seus países sedes.

Segundo o sítio da OIT Brasil, o projeto Cozinha & Voz realizou

(...) a 1ª edição do curso de assistente de cozinha no final de 2017 e conseguiu encaminhar para o mercado de trabalho cerca de 70% das mulheres travestis e transexuais e homens transexuais que participaram. A iniciativa conta com uma rede de empresas parceiras, como Sodexo, Avon, Arturito, Fitó e Mangiare, que já contrataram formandas.

<sup>20</sup> CUNHA, Thaís. *Transexuais são excluídos do mercado de trabalho*. Correio Brasiliense, Brasília. S/d. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. Correio Brasiliense, Brasília. S/d. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

<sup>23</sup> Quebrando paradigmas, derrubando preconceitos: a inclusão de pessoas transexuais no mercado de trabalho. Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_630827/lang-pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_630827/lang-pt/index.htm)>. Acesso em: 04 jun. 18.

<sup>24</sup> “O Programa Transcidadania, iniciado como POT – Programa Operação Trabalho LGBT em 2008. Em janeiro de 2015 contava com 100 vagas. Em 2016, o valor do auxílio mensal aumentou de R\$827,40 para R\$983,34. No ano de 2017 houve o aumento da bolsa para R\$1001,70. No ano de 2017 o Transcidadania foi descentralizado passando a ser realizado nos 4 Centros de Cidadania LGBTI, antes era somente atendido na região central da cidade. Com a descentralização o serviço se tornou mais democrático, humano e próximo das pessoas”. Transcidadania. Prefeitura de São Paulo, Direitos Humanos e cidadania. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos-humanos/lgbt/programas-e-projetos/index.php?p=150965>>. Acesso em: 04 jun. 2018.



No Tocantins, segundo pesquisa de 2010 intitulada “Política, direitos e homofobia – VII Parada do orgulho LGBT de Palmas”, 26, 4% dos/as entrevistados/as foram vítimas de preconceito e/ou discriminação no ambiente de trabalho no estado, “(...) não tendo sido selecionados/as ou terem sido demitidos/as do emprego (...)”. (IRINEU e FROEMMING, 2012, p. 134). Contudo, 27, 80% dos entrevistados/as não responderam ao questionário.

No trabalho de campo, percebi que o espaço da casa foi utilizado para a comercialização de seus corpos. Elas atendem os clientes durante o dia numa jornada de trabalho exaustiva e indefinida. Além do labor na “pista”, realizado à noite, após as 18 horas, elas também atendem através de um site<sup>25</sup> adulto de anúncios gratuito. Mas não é só através disso. Presenciei várias situações de assédio ao saírem na rua para compras, ou simplesmente ao irem no supermercado próximo à residência.

Não existe horário fixo, nem lugar para a efetivação de seus negócios, tudo é regido pelo desejo e pela necessidade de aumentar a quantidade de dinheiro para conseguirem seus objetivos.

Observei que o fluxo de clientes é intenso em datas específicas do mês, geralmente posteriores ao pagamento de salários da iniciativa privada e dos órgãos públicos.

## 2.1 Perfil da prostituição na cidade de Araguaína- TO

“É difícil a vida de uma garota de programa! É muito complicado (...) você vai, mas, não sabe se volta!” - Flor de Monique.

No trabalho de campo, nos dias que frequentei a pista com as trans- travestis, pude perceber a diversidade do perfil dos clientes que procuram seus serviços. São homens de diferentes classes sociais que elas denominam, a partir de suas próprias categorias, como: “Maricona bem ou luxuosa” são os ricos; “Maricona penosa” são os pobres; “lixos ou imundos” os desrespeitosos; e os “homens” são os que somente praticam sexo ativo.

As trans- travestis integrantes desta pesquisa utilizam categorias do modelo “hierárquico- popular” (SIMÕES, 2008, p. 537) para qualificar os clientes e suas relações. Elas articulam adjetivos, criando hierarquias e, colateralmente, utilizam as categorias do discurso médico e militante, quando precisam acessar um direito ou se defender de uma violência institucional.

---

<sup>25</sup> <https://fatalmodel.com>

A colonialidade de gênero (LUGONES, 2004) implica entender que existe um padrão baseado no disformismo sexual que tem a heterossexualidade como norma, existindo uma distribuição do poder patriarcal (ARAÚJO e MATTOS, 2017).

A autora da vertente decolonial María Lugones (2008, p. 80) afirma que existe uma

(...) geopolítica del conocimiento, ambos cruzados por la colonialidad del ser y saber. (...) Control del género y de la sexualidad (que incluye la invención del concepto de “mujer”; la heterosexualidad como norma, el modelo de la familia cristiana/ victoriana como célula social) y Control del conocimiento y de la subjetividad (que incluye no solamente las instituciones y la currícula en la enseñanza, sino también los médios que apoyan concepciones del mundo y contribuyen a formar subjetividad (...)).

Os europeus invadiram o território das Américas, da Ásia e da África impondo sobre esses povos as suas cosmovisões, suas culturas, como também a sua organização social, na qual o poder na ordem simbólica (BOURDIEU, 2002) é do homem/branco/europeu (LUGONES, 2014). Os povos colonizados foram desumanizados, tratados como animais no processo colonizador. Eles eram “animais” machos e fêmeas na visão colonizadora. Em detrimento da cor da pele e de outros atributos físicos, podiam suportar trabalhos braçais até a exaustão.

Eram eles machos, mas não homens, fêmeas, mas não mulheres. Porque a construção desses termos, cultural e linguisticamente, não era para significar os racializados, “não civilizados”. Nesta visão, esses termos não servem para os colonizados, isto é, para os homens e mulheres do terceiro mundo. (LUGONES, 2014).

Parafraseando Araújo e Mattos (2017), as mulheres brancas/ europeias eram educadas para serem reprodutoras desse sistema colonial de gênero, em que o homem branco europeu estava no topo da cadeia e a mulher branca europeia era considerada uma extensão do seu poder. Isto é, ela reproduzia o que lhe era interposto no âmbito privado (casa), formando a prole ancorada em concepções machistas e misóginas.

Nesse sistema, as mulheres negras foram as mais subalternizadas porque eram escravizadas e sofriam violência sexual, sendo esta fundante da miscigenação de grande parte dos países latino-americanos, especialmente o Brasil (CARNEIRO, 2011, s/p apud ARAÚJO e MATTOS, 2017, p. 24).

Para os autores decoloniais, a família heterossexual e o Estado-nação são produtos da colonialidade, que é um regime político, na verdade. O modelo neoliberal que foi imposto na América Latina e no Caribe não levou em conta as culturas indígenas que aqui estavam dispostas.

O binarismo homem/mulher são concepções eurocentradas e hierarquizadas, trazidas para cá com a colonização. De acordo com Maria Lugones (2014), o sistema mundial da

colonialidade de gênero é basicamente a organização da hierarquia de gênero, em que o masculino e o homem sobrepõe o feminino e as mulheres.

A imposição colonial patriarcal que ocorre no cotidiano (LUGONES, 2014) pretende subalternizar o feminino em detrimento do masculino, isto é, nessa polaridade sempre há um lado mais fraco, subalterno, o pólo feminino.

Como as trans- travestis desta pesquisa se identificam como femininas e, muitas vezes, como mulheres, reivindicando o feminino como expressão de gênero majoritária de suas identidades, estão expostas ao que as mulheres cisgênero sofrem cotidianamente.

Neste caso, a violência misógina possui um agravante porque, de acordo com essa cosmovisão machista/patriarcal, há uma negação dos signos e códigos culturais masculinos que atribuem privilégios aos sujeitos nascidos com pênis. Embora nessas experiências estudadas não haja negação do pênis, houve a negação do lugar simbólico, da performance masculina hegemônica, das expressões de gênero que poderiam identificá-las como homens.

O cerne da questão é que a (in)formação histórico-social acadêmica que utiliza dessas categorizações impostas pelo sistema colonial de gênero, não chega ou não pode ser problematizada pelas trans- travestis desta pesquisa. Elas entendem a opressão que vivem não com os pressupostos teórico-metodológicos da academia, mas sim com saberes nativos que significam suas vivências e as múltiplas opressões que sofrem. De fato, quando interpeladas sobre a questão do gênero, a maioria delas não sabia como se posicionar em relação à teoria, mas sabem que a teoria se baseia em suas vivências empíricas.

A sociedade ocidental categorizou os sujeitos de forma autoritária sem embasamento empírico suficiente que sustentasse tais padrões. De acordo com Foucault (1988, p. 44-45), a categorização dos sujeitos no século XIX ocorreu através de protocolos e procedimentos médicos bastante invasivos. (...) a medicalização do insólito sexual é ao mesmo tempo efeito e instrumento que,

(...) a partir do momento em que passam a ser “coisa” médica ou medicalizável, como lesão, disfunção ou sintoma, é que vão ser surpreendidas no fundo do organismo ou sobre a superfície da pele ou entre todos os signos do comportamento. O poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos (...) Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo Daí os dispositivos de saturação sexual, tão característicos do espaço e dos ritos sociais do século XIX que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal — ao casal heterossexual e, se possível, legítimo (...).

O relato de Margarida no trabalho de campo, aclamado por todas foi exemplar:

“Eu sou travesti, mas, eles criaram o termo trans e gênero para explicar o que somos, não é? (...) então, posso utilizá-lo também (...)”. (Margarida, trabalho de campo, casa, 18 de outubro de 2017).

Elas articulam o discurso para falarem de si próprias, atrás do modelo “hierárquico-popular” (SIMÕES, 2008, p. 537), evidenciando que os discursos hegemônicos não condizem (totalmente) com a realidade social, sejam eles veiculados pela via acadêmica, política ou religiosa. Portanto, existe a necessidade de que estas sujeitas ocupem seu lugar de fala, e sejam elas as primeiras autorizadas a falarem sobre si.

Corroboramos com Bruner (1997 apud MARQUESAN e NACARATO, 2011, p. 57) quando afirmam que a narrativa é uma

elaboração do pensamento, com palavras artisticamente tecidas para produzir sentidos. A escritura da narrativa exige o encontro daquele que narra consigo mesmo, antes de dirigir-se ao outro, possibilitando o conhecimento de “si mesmo”. Nesse processo, a linguagem é uma ferramenta poderosa para a organização de experiências e para a construção de realidades.

No trabalho de campo, não presenciei nenhum tipo de rejeição das trans-travestis para com os clientes por questões de raça ou classe social aparente (se aparenta ser rico ou pobre a partir de roupas ou modelo do carro), apenas em relação à idade. Genericamente, a maioria dos clientes são homens de “meia idade”, entre 35 e 50 anos, que vão ao ponto em carros, motos, bicicletas e até a pé.

Nos relatos obtidos no trabalho de campo, há restrições em relação a casais e homens menores de idade:

“Eu faço com casal, mas não consigo fazer com mulher, só com o homem”. (Pétala negra, Trabalho de campo, ponto, 22 de setembro de 2017).

“Um dia foi um pai lá com uma criança de mais ou menos 12 anos eu mandei ele se mancar e vazar de lá... isso é crime!”. (Dama da Noite, Trabalho de campo, casa, 23 de agosto de 2017).

Margarida foi a única que relatou realizar programas com casais

“(…) Isso sempre acontece eu não tenho objeção, lógico que gosto de homens, mas, se me oferecem 200/300 reais não tenho de negar, vou lá e pego esse dinheiro”. (Trabalho de campo, casa, 18 de outubro de 2017).

Conforme relato de Orquídea<sup>26</sup> que se intitula travesti, a criação do ponto como territorialidade de prostituição de Araguaína-TO, ocorreu em meados dos anos 2000.

Entrevistei a Barbie, uma travesti araguaíense que relatou ter sido uma das pioneiras a se montar e se prostituir na BR-153 na cidade. Afirmou que

“no primeiro dia que fomos fazer ponto nós passamos pela praça da Bandeira, ainda tinha aquele coreto. Nossa! Eram vaias, gritos, gente correndo atrás de nós, era babado o preconceito aqui. A gente passava no Mercado Municipal o povo jogava tomate podre na gente! Hoje tá maravilhoso,

---

<sup>26</sup> Orquídea é uma travesti de 46 anos, natural de Araguaína-TO, que assumiu sua identidade de gênero no final da década de 1980 antes da emancipação do Tocantins. Ela se considera uma das fundadoras do ponto de prostituição travesti de Araguaína-TO. Vale ressaltar que várias travestis citadas por Orquídea e Barbie nas entrevistas já faleceram e outras eu não consegui contato ou não quiseram ser entrevistadas.

a vista de antes! Tenho certeza que quebramos o preconceito aqui. Todo mundo sabe que lá [o ponto] é das travestis”. (Entrevista oral, Barbie, 07 de janeiro de 2018).

Conforme afirma Orquídea, a prostituição é uma atividade constituinte do território da rodovia

“eu com 15 anos de idade já me prostituía aqui em Araguaína fazia programa mesmo naqueles pátios de posto (...) eu comecei a fazer programa ali no posto Paulista no entroncamento, lá onde é desativado... eu fui a primeira a fazer programa aqui só que quando as meninas fundaram um ponto [nomes suprimidos] eu já fazia programa lá”. (Entrevista oral, Orquídea, 28 de maio de 2017).

Entrevistei Orquídea na casa de sua irmã, no Setor Costa Esmeralda, e Barbie no Parque Ecológico Cimba. Barbie foi uma assistida da Associação das Travestis e Transexuais do Tocantins, pelo fato de ter sofrido um incêndio<sup>27</sup> criminoso em sua casa no dia 08 de agosto de 2017, perdendo todos os seus pertences.

Nessa época, Barbie, que era usuária de Crack, esboçou vontade de superar o vício. Atuei, enquanto ATRATO, fortemente em seu caso, conseguindo o aluguel social através da FUNAMC municipal e encaminhando-a para o CAPS AD de Araguaína, onde obteve ajuda médica e psicossocial. Barbie está reabilitada há 10 meses, realizou diversos cursos no CAPS AD e fez a prova do ENCCEJA para concluir o ensino médio obtendo êxito. O sonho de Barbie é entrar na Universidade para cursar licenciatura e tornar-se professora

As fotos abaixo mostram o Posto Paulista na década de 1970. Atualmente, a área foi apropriada por outros empreendimentos.

---

<sup>27</sup> Ver notícia do incêndio em: <<http://afnoticias.com.br/travesti-que-teve-casa-incendiada-acredita-ter-sido-vitima-de-discriminacao-e-preconceito/>> Acesso em: 10 out. 2017.



**Foto 2-** Posto Paulista 1970



Fonte: SANTIAGO, Fábio. Fotos antigas de Araguaína- TO, 2015.

**Foto 3-** Posto Paulista atualmente.



Fonte: BARROS, Lídio. Foto atual do antigo Posto Paulista. 2018.





A composição da territorialidade de prostituição das trans-travestis em Araguaína-TO ocorreu em meados dos anos 2000, em um processo de apropriação e negociação entre elas e outros grupos, como: os traficantes, os “malacos” e as prostitutas mulheres.

Conforme relatou Barbie, houve um esforço coletivo das travestis araguanenses para ocuparem e formarem esta territorialidade

“me senti mulher depois que sai de casa, eu morei até na rua num tem? Aí conheci a [nome suprimido] ela trabalhava em casa de família. O aluguel da casa que morávamos era 20 reais naquele tempo, e a gente não dava conta de pagar acredita? Ela trabalhava de doméstica pra pagar o aluguel, aí nós inventamos de fundar o ponto, isso eu tinha 16 e ela 17 (...) Fundamos o ponto! Começamos ali no Castelinho [atual Saideira Small Market]. Aí a Giza, a mais velha de todas, disse que tinha um posto abandonado na BR e falou: porque não vão pra lá? Melhor que ficar aqui no meio desse povo! Deu foi certo! Nós subiu pra lá, daí tinha umas putas que era mudas, nós botemos elas pra vazar! Elas chamaram os machos delas no outro dia, mas, na hora que eles viram deram foi em cima de nós [risos]! Ficaram com a gente! Aí um deles largou a muda e ficou com a minha amiga, o outro eu não quis porque ele era muito feio [risos]”. (Entrevista oral, Barbie, Parque Cimba, 07 de janeiro de 2018).

Percebe-se que, para elas se apropriarem da área que constituíram como ponto de prostituição, houve um movimento de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) das travestis de suas sociabilidades de origem (família e escola). Assim, por conta de suas vulnerabilidades, associaram-se criando um enlace entre a amizade, suas identidades e suas sobrevivências.

Então, fundaram o ponto de prostituição travesti apropriando-se da área do antigo Posto Paulista, hoje desativado, onde existiam outras agentes. A primeira territorialidade demarcada através de suas identidades de gênero, foi no Bar Castelinho que, hoje, é a conveniência Saideira, na Avenida Cônego João Lima.

A exclusão intra- familiar e escolar as disponibilizou para o mercado de prostituição, posicionando-as fisicamente no limite da cidade às margens BR-153. Seus corpos podem ser interpretados como pontos, que formavam uma rede física e simbólica de ocupação.

A partir dos conselhos da Giza<sup>28</sup>, uma das trans- travestis mais velhas da cidade, elas saíram do Castelinho em direção ao posto desativado onde se depararam com um grupo de prostitutas mulheres cisgênero, estas mais concentradas no sentido sul da rodovia, mais especificamente no Bairro JK.

Atualmente, o ponto em que Margarida e as outras trans- travestis integrantes desta pesquisa ocupam, é consequência de um (re)modelamento da territorialidade, que muda conforme a necessidade do grupo e as tensões internas e externas que enfrentam.

---

<sup>28</sup> Não consegui contato com a Giza. Recebi notícias de que ela teria se mudado para Goiânia-GO. Ela é uma das travestis mais conhecidas da cidade.

“O ponto fundado foi no posto desativado. Esse que as meninas estão agora é mais recente, é de agora já! (...) elas desceram lá pra baixo porque não eram loucas de encarar o tráfico (...)”. (Entrevista Oral, Barbie, Parque Cimba, 26 de abril de 2018).

Corroboramos com Palmeira (2016, p. 31), ao afirmar que

o caráter flutuante e móvel da prostituição revela uma identidade funcional entre os sujeitos envolvidos (mulheres e travestis) e o espaço concreto. À medida que o lugar passa a não oferecer determinada lucratividade, ou se torna um ambiente hostil (perseguição policial, da comunidade ou mesmo de grupos rivais), esses sujeitos sociais migram para outros espaços, construindo novas territorialidades, com limites sempre instáveis”.

O processo de ocupação das margens da BR-153 pelas travestis ocorreu entre a Avenida Santos Dumont, próximo à Rodovia, seguindo até as margens da BR-153 no sentido norte. O que leva à formulação de uma hipótese que certamente dará outra pesquisa, sobre o porquê da prostituição de mulheres cisgênero às margens da BR-153 em Araguaína-TO estar mais concentrada no sentido sul da rodovia, especificamente no Bairro JK.

## **2.2 A territorialidade da prostituição trans- travesti de Araguaína-TO**

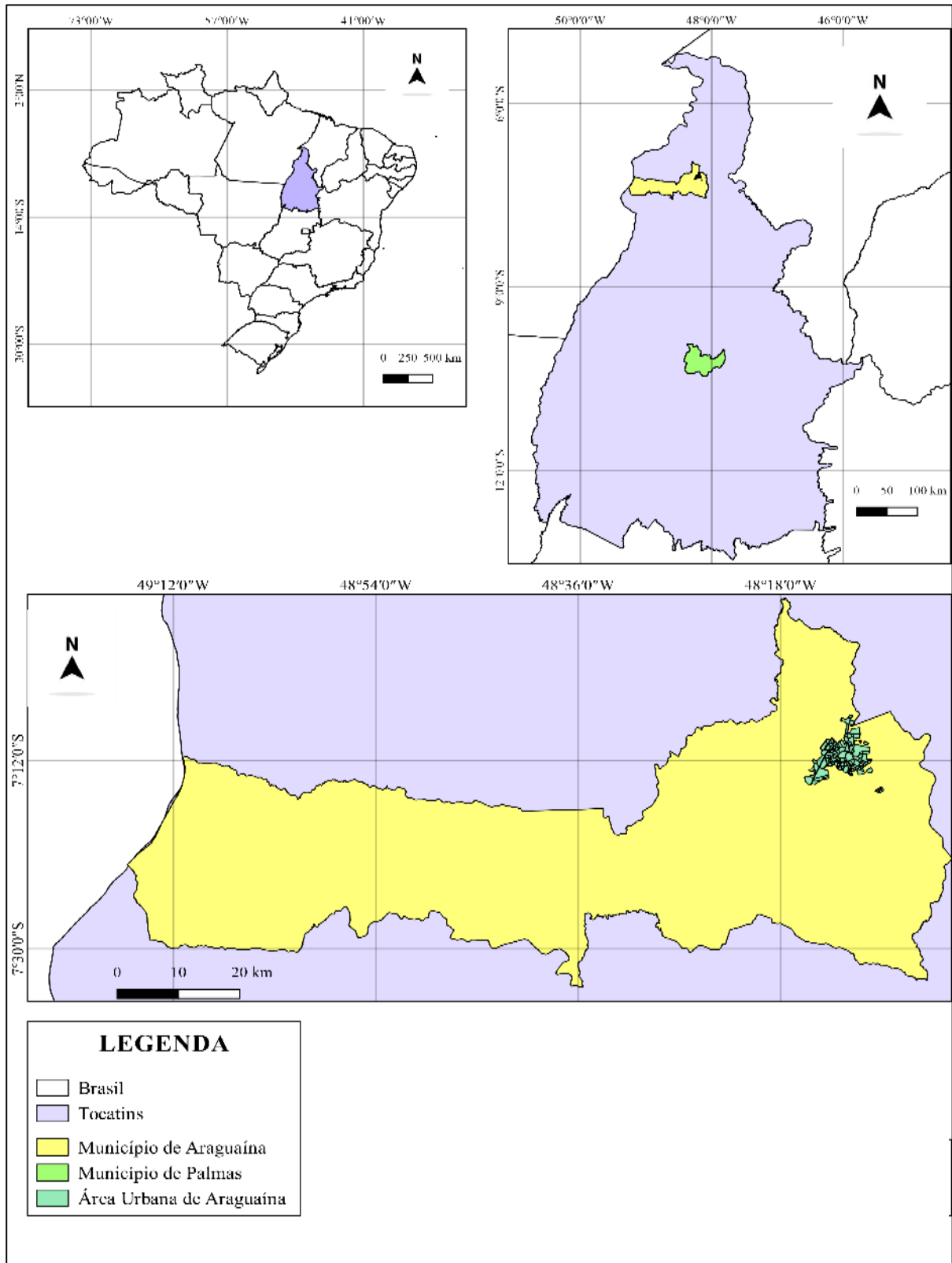
“É na esquina que a gata tem o seu valor” - Dama da Noite.

O território da BR-153 é caracterizado pela multidimensionalidade material, política, econômica e social (HAESBAERT, 1997, 2001a, 2002a, 2004). A presença das trans-travestis requer esforços coletivos permanentes de apropriação e controle.

Para o autor supracitado, os territórios têm uma dupla significação: a material e a simbólica. Estas envolvem tensões políticas e processos econômicos, e a (re)significação cultural edificada pelos grupos humanos.

Para Haesbaert (2004, p. 1), o “(...) território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas, não apenas com o poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

**Mapa 1-** Posição geográfica de Araguaína-TO



Fonte: SEPLAN-TO (2012); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69; Edi. e Dig: FRANÇA, Andison (09/17).

O processo de construção da BR-153 alavancou a urbanização dos vilarejos que se desenvolveram a partir de suas margens. Como dizem Valverde e Dias (apud PALMEIRA, 2016, p. 38) “Até o fim da década de 1950, a maioria da população residia na zona rural ou em pequenas cidades às margens do Rio Tocantins, como Babaçulândia, Filadélfia e Porto Nacional, de onde se escoava a produção pela via fluvial”.

A construção da BR- 153, também chamada de Belém- Brasília, ou Transbrasiliana, ocorreu no período da ditadura militar (1964-1965) e propagava a mensagem de fortalecimento das fronteiras e desenvolvimento da região Amazônica, mas, por trás disso, estava “a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) um dos maiores projetos de ocupação e exploração de recursos naturais da Amazônia, principalmente minérios, como o ferro e o manganês”, como aponta Oliveira (1991, apud PALMEIRA, 2016, p. 34).

Conforme as obras da estrada avançavam, também os fluxos de pessoas, mercadorias, informação cresciam, aumentando a migração para a região do então norte de Goiás. A partir disso, Araguaína se desenvolveu enquanto pólo econômico na região norte do Tocantins.

De acordo com Palmeira (2016, p. 12), o caráter de “capital econômica do Tocantins” foi conferido a Araguaína por causa de sua localização geo- fronteiriça entre o Maranhão e o Pará, e pelo desenvolvimento da agropecuária

no início da década de 1990, conferindo-a o título de ‘Capital do Boi Gordo’ (...) A expansão urbana de Araguaína extrapolou os antigos limites em menos de duas décadas, e atualmente a cidade é a segunda maior do Tocantins, com 170.183 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2015).

Os vilarejos situados ao longo da BR-153 se tornaram importantes economias ao nível regional. Com seus fluxos contínuos (trânsito) de mercadorias, informação e pessoas. Isso fez com que se potencializassem os negócios na esfera do sexo/prazer para minimizar os efeitos da “solidão”, principalmente dos caminhoneiros.

De acordo com Palmeira (2016, p. 57),

a territorialidade da prostituição travesti pode ser considerada como um território contínuo (...) pois não compõem nenhum tipo de rede regional, nacional ou internacional de prostituição (...) Apesar de não ser um ponto ou nó de um território-rede (...) os territórios da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína compõem um tipo de rede, a que poderíamos chamar de Rede de Contato e Influência.

Certamente, existem outras territorialidades de prostituição trans- travesti na rodovia. Flor de Monique relatou que

“depois que eu me ‘fiz’ você vai ver o tanto de bicha que vai querer vir pra cá, porque vai ver que eu consegui (...)”. (Entrevista oral, casa, 25 de agosto de 2017).

Neste relato fica claro que existe uma rede de relações entre as trans- travestis e mulheres<sup>29</sup> que funciona como uma teia de apoio “que possibilita se prostituírem em outras cidades e comporem outros territórios sem com isso serem estranhos aos novos grupos” (PALMEIRA, 2016, p. 56).

Segundo estudo da fundação francesa Scelles<sup>30</sup>, há 40 milhões de pessoas se prostituindo no mundo. Deste montante, 75% são mulheres de 13 a 25 anos. Estima-se, ainda, que 2 milhões são crianças. Não encontrei dados específicos sobre a prostituição de trans- travestis no Brasil.

No decorrer dos anos, a territorialidade foi sendo redimensionada, conforme relatou Barbie

“Fundamos o ponto no posto desativado, depois ficamos ali na esquina da Umarama (...) tinha umas que ficava perto do Bahamas Motel na Santos Dumont e por aí vai não era muito fixo (...)”. (Entrevista Oral, Barbie, Parque Cimba, 26 de abril de 2018).

O que caracteriza a territorialidade trans- travesti em sua dimensão simbólica é o “feminino hiperbolizado” (PELÚCIO, 2009) através de suas expressões e performances. O que, nas palavras de Ferreira (2014, p. 131), é “o referencial territorial (simbólico) (...)”. O corpo aumentado em dimensões, esteticamente produzido para chamar a atenção do cliente é a marca cultural fundante dessa territorialidade de prostituição.

Entendemos o gênero segundo a compreensão butleriana do que seja a “(...) estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para assumir a aparência de substância, de uma classe natural de ser (...)” (BUTLER, 2003, p. 59).

As expressões de gênero posicionadas na feminilidade, materializadas nos corpos das trans- travestis marcam essa ocupação, conferindo-lhe identidade, a partir dos processos relacionais (HALL, 2000), transformando a territorialidade em um lugar. O lugar é formado e perpassado pela lógica do gênero, o que coaduna com a visão butleriana de que o

(...) o gênero é (...) aplicado a pessoas reais como uma ‘marca’, da diferença biológica, linguística e/ou cultural (...) pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já diferenciado sexualmente, contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto (...)). (BUTLER, 2003, p. 28).

Portanto, seus corpos, o castelo e o ponto são lugares mediados e caracterizados pelas identidades de gênero das trans- travestis. O autor Tuan (1983), no livro *Espaço e lugar*:

<sup>29</sup> Durante o período da realização da etnografia, estiveram no Castelo das Bonecas duas mulheres que elas chamam de “amapoa” ou “mapô”, sendo uma prima legítima da secretária da casa, a trans- travesti Flor de Monique, e, a outra, amiga íntima da travesti Lírios que é ex-secretária da casa.

<sup>30</sup> Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118\\_prostituicao\\_df\\_is](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is)> Acesso em: 12 jun. 18.

*perspectiva da experiência*, traz uma abordagem da criação da categoria lugar, que remete ao estabelecimento de laços afetivos, econômicos, políticos, etc., produzidos socialmente, como explicitadas neste relato:

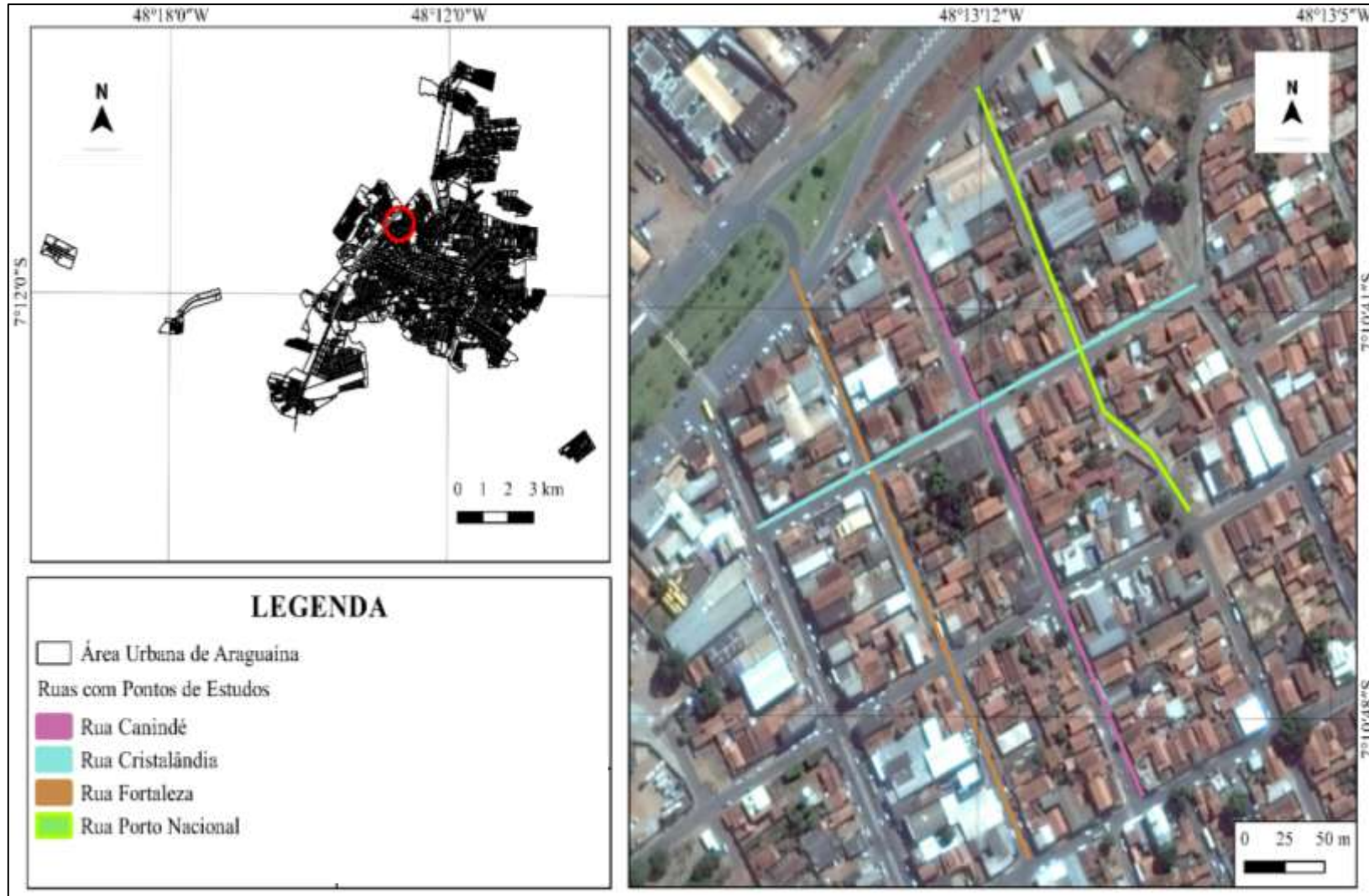
“Sinto até falta de lá (...) às vezes eu gosto quando a rua está animada, eu acho bem (...)”.  
(Entrevista oral, Flor de Monique, 16 de agosto, 2017).

Quem transita à noite às margens da BR-153 entre o final da Avenida Cônego João Lima e as ruas Fortaleza, Canindé, Porto Nacional e Cristalândia, consegue identificar que se trata de uma territorialidade de prostituição, pelos significados culturais (leia-se estereótipos de feminilidade) impressos nos corpos disponibilizados à atividade de prostituição, como mostra o mapa abaixo.





**Mapa 2-** Territorialidade estudada



Fonte: SEPLAN-TO (2012); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69; Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison (09/17).



O ponto é uma territorialidade atravessada por relações de poder marcadas por tensões externas e internas e pelos esforços de controle e proteção da área ocupada. As tensões externas ocorrem pelos riscos aos quais estão expostas cotidianamente. No trabalho de campo, entre agosto e outubro de 2017, foram registrados uma tentativa de estupro, três tentativas de assassinatos por parte de clientes, dois assaltos a mão armada e inúmeras situações de desrespeito e homo/transfobia.

Utilizo o termo homo/transfobia porque, na maioria dos relatos das trans- travestis, o termo homofobia foi mobilizado para significar o preconceito e discriminação contra LGBTI's, porém, na literatura atual utiliza-se “transfobia” para marcar o preconceito contra suas identidades de gênero. Desta forma, mantive as duas expressões que contempla tanto a sexualidade quanto a identidade de gênero.

A territorialidade de prostituição trans- travesti funciona de segunda a sábado por volta das 18:00 e não tem hora certa para se desfazer

“Tem dias que ficamos até quase amanhecer, porque a rua está fraca, mas, tem outros que é cedo vamos embora quando tá bem de aque<sup>31</sup>” (Entrevista oral, Flor de Monique, 10 de setembro, 2017).

Existe um aumento no fluxo da “pista” quando as trans-travestis que residem em Araguaína retornam de outras localidades, e quando há “novidades”<sup>32</sup>, assim como relatou Mona-chefa:

“tem vezes que aqui dá mais de 10 bichas e todas “batem portas”<sup>33</sup>, só que a concorrência fica alta”. (Relatos informais, 10 de outubro de 2017).

A mobilidade de deslocamento conforme a necessidade de sobrevivência financeira atribui ao grupo a característica de população itinerante, pois elas migram de um local para o outro se os fluxos de clientes diminuem. Como demonstra esse relato:

“quando a rua começa a penar, temos que caçar melhora”. (Entrevista oral, Flor de Monique, 10 de setembro, 2017).

Elas migram para outras territorialidades de prostituição em busca da sobrevivência que, de acordo com Raffestin (1983), é o seu caráter multidimensional. Nas suas palavras, “(...) os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (p. 158).

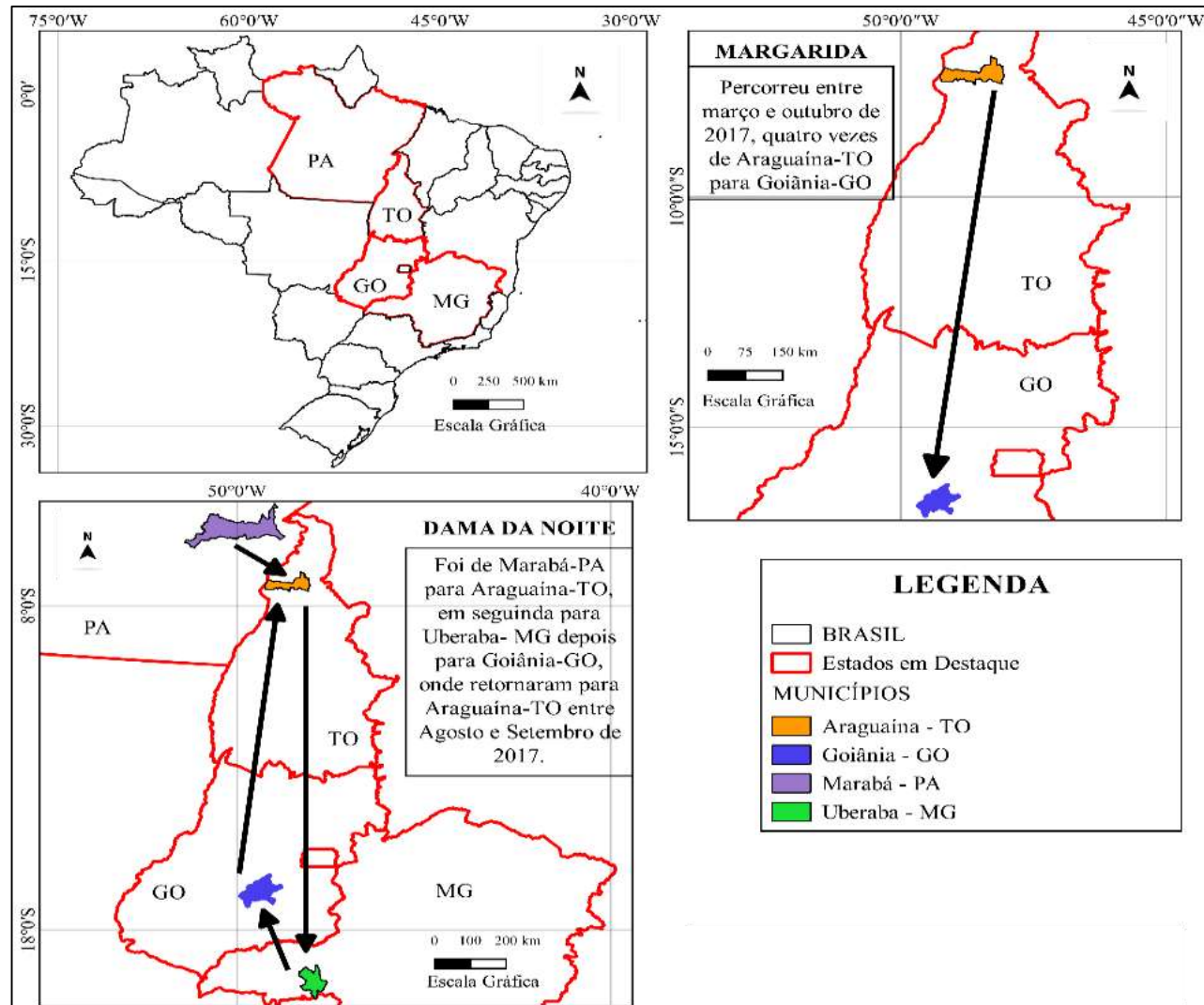
<sup>31</sup> Significado de dinheiro em Bajubá.

<sup>32</sup> É quando há migração de trans- travestis de outras localidades, ou quando “as de casa” colocam um cabelo novo, ou introduzem silicone industrial, então, ela é “novidade”, isto é, uma “mercadoria” nova que melhora o fluxo de clientes na noite.

<sup>33</sup> “Bater porta” significa conquistar o cliente na pista, assim, adentrar ao veículo dele/a é a efetivação do “contrato” entre a trans- travesti e o cliente.

Como mostra o mapa das trajetórias trans- regionais de Margarida e Dama da Noite entre os meses de agosto a outubro de 2017 reproduzido abaixo.

**Mapa 3- Trajetórias das trans-travestis**



Fonte: SEPLAN-TO (2012); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69; Elaboração gráfica: FRANÇA, Andison (11/17).

Margarida afirmou que “nos meses após as férias [agosto e janeiro] diminuí bastante os clientes” coadunando com o que Palmeira (2016) afirma sobre

o caráter flutuante e móvel da prostituição revela uma identidade funcional entre os sujeitos envolvidos (mulheres e travestis) e o espaço concreto. À medida que o lugar passa a não oferecer determinada lucratividade, ou se torna um ambiente hostil (perseguição policial, da comunidade ou mesmo de grupos rivais), esses sujeitos sociais migram para outros espaços, construindo novas territorialidades, com limites sempre instáveis. (p. 130).

Como ilustrado no mapa 3, no trabalho de campo presenciei migrações ocorrendo por vários motivos. Dentre eles, para acessar tecnologias de “mudança corporal”, como aplicação de silicone industrial e próteses de silicone em localidades como Goiânia, São Paulo e Minas Gerais. Outras migrações ocorreram em movimentos de retorno às suas cidades de origem ou para executarem suas atividades em cidades mais próximas como Marabá-PA, por exemplo.

A territorialidade é (re)significada, no período noturno pelos atributos culturais (cabelos, roupas, maquiagens, bolsas, etc.) agregados aos e pelos corpos trans-travestis constituindo sua dimensão simbólica ou, no dizer de Haesbaert (2004), a “escala de influência do ‘micro- poder’”. Constituindo, assim, uma territorialidade reconhecidamente ocupada, construída e significada pelos sujeitos em contexto de prostituição, as trans-travestis, mas, também, mulheres e homens em menor escala.

Todo território é constituído de relações de poder (tensões, acessos e exclusões) que, de acordo com Raffestin (1993, p. 53), é a “natureza do poder”. Assim ele enumera:

1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas, são imanentes a elas; 3. O poder [também] vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados.

As trans- travestis do grupo estão organizadas em uma territorialidade que as intersecciona pela atividade econômica exercida. Residem por períodos juntas na mesma casa, o que ocasiona o aprofundamento de suas relações afetivas e comerciais. Gerando situações de estresse, competição e desconfiança, mas, também, amizade, partilha e empatia.

Durante o trabalho de campo, foi perceptível a “tensão”, como é característico de grupos vulnerabilizados. Elas organizam a territorialidade e a casa através de um “código de ética”<sup>34</sup> sofisticado, pelas leis edificadas no grupo e pela sua execução.

Segundo Hasbaert (2004, p. 73-74),

(...) A territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples

---

<sup>34</sup> Conforme consta no ANEXO I.

"qualidade de ser território" é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (...).

O código precisa ser cumprido por todas para que haja o correto funcionamento da engrenagem da prostituição, na casa e na territorialidade, bem como, das relações no interior do grupo.

Conforme Pelúcio (2009), há controvérsia se o conceito de grupo se aplica ou não à organização social das travestis em contexto de prostituição. Para essa autora, elas não se constituem totalmente em um grupo social, pelas migrações que, não raro, ocorrem individualmente e pela competição que existe no interior dos pensionatos de cafetinas, seja pela beleza, pela feminilidade, ou por quem conquista mais “bofes”.

Um dos aspectos do código de ética são os signos edificadas na linguagem que elas utilizam para comunicação em situação de perigo<sup>35</sup>. Existe uma espécie de movimento de autoproteção no território, mais um aspecto que caracteriza a transformação do mesmo em territorialidade, como mostra esse exemplo, narrado pela trans- travesti Pétala Negra:

“O homem chegou com o ‘pá -pum’ [arma] pra me pegar, eu não ‘grudei’ [roubei] ninguém, Monique e as outras foram até o carro aplicar o [código secreto suprimido] pra me defender, o homem saiu do carro com um facão atrás de nós (...) outro dia voltou, tive que me esconder entre aquele postes lá oh...foi por pouco ele não me pegou”. (Entrevista oral, Pétala Negra, 17 de agosto de 2017).

Flor de Monique, em um relato irônico, se refere a uma tentativa de assalto que sofreu:

“Aqui os ‘bandidos’ somos nós! Não é assim que o povo fala, que somos? (...) ninguém pode chegar e impor lei”. [Segundo ela, o grupo de trans-travestis teria se unido e combatido o infrator]. (Diário de campo, ponto, 02 de setembro de 2017).

O código de ética é bastante rigoroso e constantemente aplicado. Como relatou Pétala Negra: “a lei da rua é dura”, para significar que qualquer deslize pode ocasionar em conflitos. Os riscos de morte, agressões e abusos são situações cotidianas que essas sujeitas enfrentam em seu contexto de trabalho.

A trans- travesti Dama da Noite, em um momento de pausa do trabalho (pois não havia clientes “rodando”), narrou:

“Os clientes são ‘multados’ por muita ‘tiração’ que eles comentem”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 18 de agosto de 2017).

---

<sup>35</sup> A pedido do grupo, não evidenciaremos alguns termos utilizados nestas situações por se tratarem de estratégias de comunicação em situação de perigo que não podem ser publicadas. Flor de Monique explica: “não pode colocar alguns códigos que nos comunicamos, pois isso pode nos causar problemas (...)”.

Isto é, o código de ética é aplicado aos clientes seja porque não houve pagamento conforme o combinado, ou por quererem enganar, humilhar ou submeter a trans -travesti a uma situação de inferioridade.

“tenho força de homem, querendo ou não tenho que lutar pelo meu! Cê acha que vou dar meu rabo pra depois não receber? Corage!” – (Entrevista oral, Margarida, 18 de outubro de 2017).

Entre elas, o código de ética regula as relações e marca a hierarquia existente. Isto é norteado pelo estágio da trans-formação em que se encontram e pelo posto que ocupam na organização política e simbólica do grupo. A trans- travesti que estiver iniciando seus processos de trans-formação, não possui status no grupo, pois, ainda é “uma gay de cabelo grande”. Ela será considerada de fato uma travesti, à medida que for acessando as tecnologias da trans-formação no próprio contexto. Sem dúvidas, a principal delas é o silicone industrial.

Portanto, é o corpo e o que é realizado nele no contexto de prostituição, que atribui status a trans- travesti, no que Pelúcio (2004) chamou de organização da “Pirâmide travesti”. O topo é ocupado pela Mona-chefa, logo abaixo está sua assistente ou secretária e, na base, as outras trans- travestis.

O código de ética é executado de acordo com a situação encontrada. Basicamente, se a Mona-chefa estiver presente no fato ela direciona a resolução do caso. Existe, nesse código, um princípio de paridade que norteia as relações econômicas e delimita o espaço de atuação de cada uma em relação aos clientes, como neste relato:

“eu estava tratando o programa com o cliente ele pega e desce pra falar com a Monique, nós não aceitamos, isso é ‘tiração’! Não sou melhor nem pior que ela” (Entrevista informal, Dama da noite, no ponto, 26 de junho de 2017).

A “tiração” a que a trans- travesti Dama da Noite se refere, está centrada no que chamam de “atitude maricona”, ou seja, o tratamento dispendido pelo cliente

“Se fizer entrevista<sup>36</sup> e descer pra pegar outra, tem que pagar o programa das duas”. (Entrevista oral, Dama da noite, 18 de agosto de 2017).

Nos relatos de todas aparece um movimento de causa-efeito, isto é, o cliente recebe em forma de performance sexual, o que proporciona a elas em forma de dinheiro e tratamento interpessoal.

---

<sup>36</sup> São interpelações que os clientes fazem às trans- travestis. Geralmente, elas utilizam a nomenclatura quando o cliente faz muitas perguntas demandando um tempo. A escala temporal é um pré-requisito no trabalho com prostituição. Na “entrevista”, o uso do tempo da travesti pelo cliente é contabilizado, se ele “entrevistar” uma travesti e pegar outra talvez sofrerá sanções por ter ocupado seu tempo sem efetivar o programa e porque ela estaria perdendo oportunidades de novos negócios com outros clientes.



Conforme narrou Flor de Monique no trabalho de campo, “A Maricona carinhosa ganha carinho da travesti se pagar, se vier com mixaria não”. Elas confessam que existe uma linha tênue para quem trabalha com o sexo. Por se tratar de desejo, pode haver o desenvolvimento de relações afetivas e de empatia com os clientes.

Dessa maneira, o relato de Dama da Noite no trabalho de campo é exemplar:

“Existem clientes que só querem companhia, para beber ou usar droga, muitos querem falar das esposas e da família, as vezes dou uma de psicóloga”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 20 de agosto de 2017).

No trabalho de campo desenvolvido, foi perceptível que uma das tensões internas do grupo advém da competição gerada em torno dos padrões de beleza<sup>37</sup>. As relações hierárquicas que perpassam suas vivências no grupo sintetizam as ideias de Foucault sobre o poder que organiza as sociedades e em menor escala os grupos sociais.

Assim, para Foucault (1993, p. 88), o poder

(...) está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Nesse sentido, essas tensões advindas das relações interpessoais no interior do grupo, bem como as externas que ocorrem no território hegemonicamente com clientes, demandam estratégias de controle e proteção da territorialidade arduamente conquistada e construída.

Os agentes internos são: as trans- travestis que residem no Castelo das Bonecas; e os externos são a polícia, os taxistas, os vigias, os traficantes, os usuários de drogas, outras trans- travestis que não residem na casa e os clientes.

Esse trabalho de controle e proteção, era realizado pela Mona-chefa e sua secretária, Flor de Monique<sup>38</sup>. Na prática, isso pode ser traduzido como uma espécie de gerência em que ela é responsável por mediar os conflitos entre os agentes internos e externos envolvidos na dinâmica do lugar.

Para tanto, a Mona- chefe precisa tecer uma série de relações políticas e econômicas para viabilizar a atuação no território da forma mais harmônica possível, pois, se não houver acessibilidade, o ponto fica estigmatizado diminuindo significativamente o fluxo de clientes. Durante a noite, a informalidade do comércio sexual autônomo divide lugar com outros agentes sociais atribuindo um caráter de marginalização(dade) social à territorialidade.

<sup>37</sup> Estas discussões sobre a “(re)construção do feminino” nos corpos travestis, para usar as palavras de Pelúcio (2004), serão tecidas no terceiro capítulo.

<sup>38</sup> Na época da realização do trabalho de campo, era Flor de Monique a secretária da Mona-chefa. Atualmente, ela não se encontra em Araguaína, tendo sido destituída por Margarida desta atividade.

No trabalho de campo, ouvi relatos interessantes sobre o que pensam da marginalização social de suas identidades e vivências. Violeta, uma travesti araguainense, afirmou:

“o nome travesti é taxado como marginalizado”. (Entrevista oral, Violeta, pista, 16 de agosto de 2017).

Pétala Negra e Dama da Noite foram enfáticas ao narrar:

“eles veem a travesti como putaria, sacanagem! (...)”

Margarida: “somos escravizadas por nós mesmas”. [referência à competição travada no grupo, seja por clientes ou pela beleza]. (Relatos informais, casa, 10 de julho de 2017).

Corroboramos com Pereira e Gomes (2017, p. 214-215) quando afirmam que

travestis e transexuais nada mais realizam do que uma performatividade no sentido de demonstrar que a dicotomia homem e mulher, tal qual conhecemos, é falha e inaplicável em termos práticos, fato que contribui para o aumento do risco de serem marginalizados pela sociedade em que se inserem.

A marginalização vivenciada por elas se engendra em um enlace entre a identidade de gênero “desviante” da heteronormatividade, a pobreza, a expulsão simbólica e material das suas sociabilidades de origem (família e escola), a prostituição na qual trabalham que as torna vulneráveis às violências, a exposição mediante o consumo de drogas ilícitas e a doenças sexualmente transmissíveis. Ainda há os riscos de contração de doenças psicológicas advindas dos processos de discriminação e exclusão social.

### **2.3 “Roda-roda”: o espaço paradoxal e a relação travesti-cliente – a (re)significação do uso do território**

“Com a prostituição, vem tudo! A beleza, o dinheiro, a doença e a morte” - Margarida.

A compreensão de territorialidade não parte das contradições existentes no capital hegemônico que possui o aval do Estado e da sociedade para executarem suas atividades, mas, justamente, dos processos territoriais de ocupação, permanência/recuo e da (re)significação simbólico-cultural que os corpos trans- travestis agregam a performaticamente. Na geografia cultural feminista, é chamada de espaço paradoxal.

Sua conceituação é adequada para a interpretação do ponto, dos corpos e da atividade econômica exercida pelo grupo de trans- travestis, edificado pela geógrafa britânica Gillian Rose (1993), afirmando que o espaço geográfico é intercambiado pelas relações de gênero.

Segundo Silva (2007, p. 113) parafraseando Rose (1997),

(...) a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade, conquistada historicamente pela violência, e imaginada e estruturada como uma 'fortaleza', como proteção de si e a exclusão de outros.

Os corpos trans- travestis são considerados socialmente abjetos, por estarem desconformes aos padrões estabelecidos pela heteronormatividade, na qual estabelece que deveriam estar de acordo com suas genitálias.

Butler (2002, p. 19-20) define o abjeto como

aquellas zonas “invisibles”, “inhabitables” de la vida social que sin embargo están, densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquia de los sujetos, pero cuyo condición de vivir bajo el signo de los sujetos. Esta zona de inhabilidad constituirá el limite que defina el terreno del sujeto; constituirá el limite que defina el terreno del sujeto; constituirá esse sitio de indentificaciones temidos contra las cuales- y em virtude de las cuales- el terreno del sujeto circunscribirá su própria pretension a la autonomia y la vida (...) el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abyección, una fuerza que produce um exterior constitutivo del sujeto como su próprio repudio fundacional .

Seguindo a argumentação butleriana baseada na compreensão de Monique Wittig, A identidade trans- travesti é tida como abjeta porque “(...) a marca do gênero parece qualificar os corpos humanos (...) as imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam de fora do humano (...)”. (BUTLER, 2003, p. 162).

Materialmente, a territorialidade de prostituição estudada é localizada às margens da cidade de Araguaína-TO. No período da noite, as ruas são escuras e não há aparatos urbanos que possam lhes garantir o mínimo de cidadania. Suas necessidades fisiológicas são feitas nos lotes baldios. Estas situações as posicionam às margens do sistema simbólico e material que rege a sociedade ocidental.

Corroborando com Ornat (2013, p. 215), o espaço paradoxal é

(...) produzido discursivamente, simultaneamente conectado/desconectado, instituído por difusas e instáveis relações de poder, exercidas de forma multiescalar, gerando, assim, a plurilocalização dos diversos sujeitos que reivindicam para si o direito ao espaço.

Assim como desenvolvido por Ornat (2013, p. 183) no texto *A instituição do território paradoxal na atividade da prostituição travesti*, o conteúdo estudado nesta seção foi analisado a partir da organização das espacialidades casa [de origem], territorialidade e cidade, que se constituíram nas categorias discursivas mais citadas pelas integrantes da pesquisa.

Contudo, para efeito organizacional, a categoria casa será desenvolvida no capítulo dois, por estar majoritariamente ligada a memórias afetivas (muitas delas traumáticas) anteriores ao contexto de prostituição. Assim, categorizo a territorialidade trans- travesti estudada através da compreensão de espaço paradoxal desenvolvido pelas geógrafas feministas americanas e anglo-saxãs Rose (1993) e McDowell (1999).

Essa perspectiva geográfica surgiu da insatisfação de um grupo de geógrafas que se uniram na década de 1970 “no ápice do movimento feminista” (ORNAT, 2008) para denunciarem que a “geografia seria uma ciência edificada em padrões androcêntricos, brancos, masculinos e eurocêntricos” (SILVA, 2003).

Dessa forma, Rose (1993 apud SILVA, 2003) advoga que existem relações de poder constituídas de forças simbólicas e materiais que subalternizam corpos e comportamentos colocando-os em oposições antitéticas no espaço e na cultura, em que o “centro” corresponde à dominação hegemônica (econômica, política, cultural e de gênero) e a “margem” é ocupada pelos/as sujeitos/as historicamente cerceados de direitos, discriminados, refugiados, etc.

Como escreveram Barros e Chaves (2010, p. 110), o posicionamento que as mulheres lésbicas têm no espaço paradoxal a partir da teoria de gênero é “que ocupam a periferia de um sistema simbólico de signos e códigos, culturalmente agregados a posição da mulher na sociedade ocidental”.

Estendendo a compreensão de posicionamento no espaço paradoxal, as travestis brasileiras ocupam um “entre lugar” ou, no dizer de Pelúcio (2004), compõem um “mundo intersticial” em que

as travestis, mesmo sem o querer, escapariam à matriz de normas de gênero coerentes, isto é, ligadas a uma heterossexualidade compulsória. Essa “não-existência” acaba por colocar as travestis no plano do “exótico”, no mundo intersticial de seres mágicos e, por isso mesmo, irrealis. São assim, consideradas “não-sujeitos” [ininteligíveis à heteronormatividade] abjetados por não se enquadrarem na economia masculinista edificada na linguagem que interdita o feminino e o considera um lugar subalterno na enunciação. (p. 139).

Segundo Silva (2007, p. 123), “(...) o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (...) é o jogo tenso entre centro e margem que rearticula e reposiciona os sujeitos sociais no território (...)”. Isto quer dizer que, embora a territorialidade seja ocupada e constituída pelas integrantes desta pesquisa são as relações sociais entre elas e os clientes que fundam a territorialidade, sendo uma relação de “interdependência” em que o “(...) o centro é ocupado por quem detém a força [econômica e discursiva] hegemônica [clientes] e a margem pelos oprimidos [trans- travestis]”.

As trans- travestis sofrem a abjeção simbólica e material por negarem a masculinidade hegemônica e “natural” aos sujeitos portadores de pênis, assumindo uma feminilidade deveras sexualizada que é interdita a grande parte das mulheres cisgênero no mundo.

Se as mulheres e o feminino se constituem em “outro” ou a “falta”, para Irigaray, o feminino jamais poderia ser marca de um sujeito, pois “(...) os discursos constituem modalidades da linguagem falocêntrica”. (BUTLER, 2003, p. 30).

Elas negam não só a masculinidade, mas os privilégios sociais aos nascidos e nomeados homens, caindo em abjeção, porque o sujeito “(...) na analítica existencial da misoginia é sempre masculino, fundido com o universal, diferenciando-se de um outro feminino que está fora das normas universalizantes [heterossexuais] que constituem a condição de pessoa (...)” (BUTLER, 2003, p. 30-31).

Elas infringem as normas sobre seus corpos e vivências, querendo se constituírem como “outro”, mas este outro é um lugar resguardado e interditado às portadoras de vagina. Assim, a abjeção que sofrem advém da negação social de suas identidades e expressões de gênero, no limite de suas humanidades.

A compreensão de Ornat (2013) sobre a constituição do território travesti em Ponta Grossa-PR, serve de norteamento para interpretação da dinâmica territorial a partir das categorias discursivas tecidas pelas trans- travestis, e das minhas experiências vivenciadas no campo em contexto de prostituição.

A territorialidade é interpretada no viés que Souza (1995 apud ORNAT, 2013, p. 184-185) analisa como a “perspectiva para além do poder estatal, incluindo a possibilidade de análise (...) através da ação dos grupos (...) que necessita de espacialidade (...) e pela forma como desempenham ou mantêm seu poder”.

As trans- travestis ocupam uma posição paradoxal na territorialidade, pois a ocupação, o controle, a proteção e o uso do território hegemônizado pelas relações econômicas “formais” (de dia) é (re)significado (à noite) pelos seus corpos.

São inúmeras as relações desenvolvidas no território, mas, para mantermos a fidelidade aos objetivos da pesquisa, consideraremos apenas a relação travesti- cliente. É ela que institui o caráter econômico da territorialidade, sendo, assim, a relação social fundante da territorialidade de prostituição travesti.

No trabalho de campo, a maioria dos discursos das trans- travestis englobava suas experiências e/ou percepções em relação aos clientes. Suas narrativas convergem em relação a isso:

“um cliente quer tudo! Quanto mais investimento mais ganho” (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 26 de setembro 2017).

“Antes do silicone era meu rosto agora eles gostam da minha bunda! Eles olham pra tudo”. (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 25 de setembro 2017).

“Porque sou feita o preço é outro”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 19 de outubro de 2017).

As trans- travestis em contexto de prostituição denominam-se profissionais do sexo e/ou acompanhantes, que precisam investir no corpo para obterem retorno financeiro da clientela. A

pista é como uma vitrine: os homens passam, olham e fazem o sinal. A trans- travesti se aproxima do cliente e efetua ou não o contrato sexual.

Essas sujeitas produzem seus corpos para e no contexto de prostituição, para que sejam notados, vistos, apreciados e assim consumidos, gerando seu sustento material, sua sobrevivência. E no contexto, porque é dele “que vem tudo”, ou seja, nele ampliam-se as possibilidades de acesso às tecnologias utilizadas nas modificações corporais almejadas.

Essas tecnologias são, na maioria das vezes, voltadas para introdução de silicone industrial no corpo. Em geral, esses processos são realizados de forma clandestina, mas também nos referimos ao acesso que o contexto da “pista” propicia às trans-travestis usuárias de drogas, como nesse relato exemplar de Margarida

“A bicha era linda fumou tanta droga que apodreceu, ela andava fedendo de podre que estava! (...) a bicha era belíssima, todo mundo juntou deu uma taca nela e mandou ela vazar porque senão ela ia morrer lá [na “pista” de Goiânia], a bicha se fez toda pra morrer na pedra”. (Entrevista oral, Margarida, 18 de novembro de 2017).

As trans- travestis, por conta de suas corporalidades, identidades e expressões de gênero ocupam um “entre lugar” na inteligibilidade cultural, entre o feminino e o masculino posicionando-as à margem do sistema heteronormativo. Interpretam serem consideradas pelos clientes como “mulheres de pau”, ou seja, para elas, os homens as procuram pelas formas femininas de seus corpos, porém, afirmam ser o pênis a principal “ferramenta” de trabalho utilizada nessa relação.

Pelúcio (2004, p. 139) escreve que as travestis estão no limiar cultural do “indefinido”, do “exótico” não são consideradas “nem homens nem mulheres (...) porque não há fronteiras rígidas nesses corpos, por isso, eles perturbam e fascinam”.

Para Foucault “(...) ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações (...)” sociais que padronizam, hierarquizam e subalternizam os sujeitos e suas práticas, performances e expressões na intersecção entre sexo, gênero, sexualidade, raça e classe. (FOUCAULT apud BUTLER, 2003, p. 143).

A heteronormatividade é um conjunto de discursos, conceitos e regras que regem as relações de gênero, identidades e performances de acordo com a linearidade estabelecida a partir da diferença sexual biológica. Criam-se discursos e representações sociais que demarcam e rotulam os sujeitos.

Ela padroniza corpos e relações, hierarquiza homens e mulheres numa perspectiva masculina e falocêntrica, estereotipando todos os corpos, principalmente os que estão fora

destas regras. A heteronormatividade opera para sustentar as diferenças de gênero fundantes da sociedade moderna.

Portanto, os significados culturais atribuídos a seus corpos são os vetores responsáveis para elas trabalhem com a prostituição, que é uma atividade que também ocupa à margem do mercado de trabalho dito formal.

Outrossim, espacialmente, essa gama de relações em torno da prostituição é executada na territorialidade às margens da BR-153 que delimita a cidade de Araguaína–TO, e ela está materialmente posicionada à margem da dinâmica econômico-territorial da cidade no período noturno.

Por tudo isso, as trans-travestis encontram-se em situação de vulnerabilidade, conforme afirma Pelúcio (2004, p. 150), porque estão “presas a estes espaços liminares, não conseguem se inserir de fato na sociedade heterossexual, cristã e patriarcal. Têm grande dificuldade de encontrar emprego fora da prostituição, realidade que as coloca em condições financeiras frágeis (...)”.

Contudo, relatam que “Araguaína é uma cidade bem, aqui a bicha ganha milhões”. Os preços que cobram pelas atividades executadas são basicamente dois valores centrais, podendo sofrer variações mediante negociação entre elas e os clientes: chupeta (sexo oral) custa R\$ 30,00; sexo completo (penetração ativa e passiva), R\$ 50,00; outros tipos de relações como “fetiches” o preço é a combinar.

#### **2.4 “Os palhaço passa e agride nós com palavras”: entre “bichas”, “nóias”, traficantes, mariconas, religiosos e estudantes**

“Eles ficam com raiva porque a gente pratica o que eles tem vontade” - Margarida.

“Os palhaço passa e agride nós com palavras”. Assim, narrou a trans- travesti Lírio sobre a homo/transfobia que sofrem cotidianamente em seu trabalho. (Diário de campo, ponto, 17 de julho de 2017).

Presenciei várias situações de violência no campo, por exemplo, um grupo de homens em uma caminhonete de luxo, pararam no ponto somente para discriminá-las. Nesta situação, claramente, não houve intenção de efetivarem um programa, mas de diferenciá-las socialmente, de marcarem a diferença de classe, gênero e sexo.

Por inúmeras vezes, presenciei pessoas jogando seus carros e motos na direção das trans- travestis ameaçando atropelá-las, significando que para eles, elas não deveriam estar ali, no limite, não poderiam existir.

Utilizei as categorias nativas mobilizadas pelo grupo para marcar o outro na territorialidade (HALL, 2000). Os “outros” permeiam livremente pelo território, inclusive grupos religiosos levando o “pão da carne” e o discurso da salvação espiritual.

Afinal, trata-se de logradouros públicos que, porém, se constitui em territorialidade. Também presenciei a visita de estudantes que visitam o ponto em busca de entrevistas sobre a identidade de gênero trans- travesti, principalmente dos cursos de Psicologia.

Não presenciei no campo, nenhuma ação governamental na área de prevenção de saúde como distribuição de preservativos, panfletos e gel lubrificante. Realizei este trabalho colateralmente ao de campo como ATRATO, observando o descaso do poder público para com este grupo.

Na compreensão de Hall (1986, p. 69), o “território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve”. Assim, é comum ver os chamados “nóias” (leia-se usuários de drogas) transitando, até porque, entre as trans-travestis, o consumo principalmente de crack é um problema reconhecido e discutido, apesar de rechaçado.

Como narrou Dama da Noite ao se referir ao problema do uso de drogas pesadas:

“é uma hipocrisia a sociedade dizer que nós somos tudo drogada, porque o primeiro a viciar as ‘bicha’ são os clientes!”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 20 de outubro de 2017).

Para elas, o acometimento físico e psíquico pelo uso das drogas, induz a trans- travesti a fazer varejo, isto é, diminuir o preço do programa para conseguir dinheiro mais rápido, desvalorizando a profissão, o ponto e seu corpo.

Em certa medida, a maioria das trans- travestis do contexto de prostituição consomem algum tipo de substância sendo a “taba”<sup>39</sup>, o álcool e o tabaco, as menos estigmatizadas pelo grupo. Elas narram que utilizam as drogas por causa dos efeitos anestésicos que causam, como relatou Flor de Monique no trabalho de campo:

“uso a taba para aguentar os homens... tem uns que são insuportáveis”. (Diário de campo, ponto, 23 de agosto de 2017).

---

<sup>39</sup> É a categoria nativa utilizada para significar a palavra maconha.



A “taba” proporciona relaxamento e, como elas relataram, “faz com que não nos importemos com coisas desagradáveis”. (Diário de campo, ponto, 23 de agosto de 2017). Principalmente, no que tange a problemas de higiene e falta de desejo sexual pelo cliente.

Corroborando com Rose (1993 apud ORNAT, 2013, p. 200), utilizo a conceituação de espaço paradoxal pela “(...) multiplicidade de teias sociais evidenciadas pelas trans-travestis (...) multifacetadas [pela] (...) vivência do gênero em constante relação com outras esferas identitárias como raça, classe e sexualidade”.

A presença das trans- travestis na territorialidade como comerciantes autônomas de seus corpos pressupõe um outro polo: a existência de clientes. Nas palavras de Ornat (2013),

(...) a vivência espacial da travesti [em contexto de prostituição] apresenta uma configuração distinta do presente na geografia brasileira marcada pela inclusão e exclusão (...) ela inclui o cliente nas relações territoriais (...) a relação é feita pelo posicionamento da travesti no centro das relações de poder (...) por ser através de [seu corpo] que ele [cliente] deleita-se no prazer ‘proibido pela sociedade heteronormativa’, incorrendo em posição de margem na configuração de poder”. (p. 201).

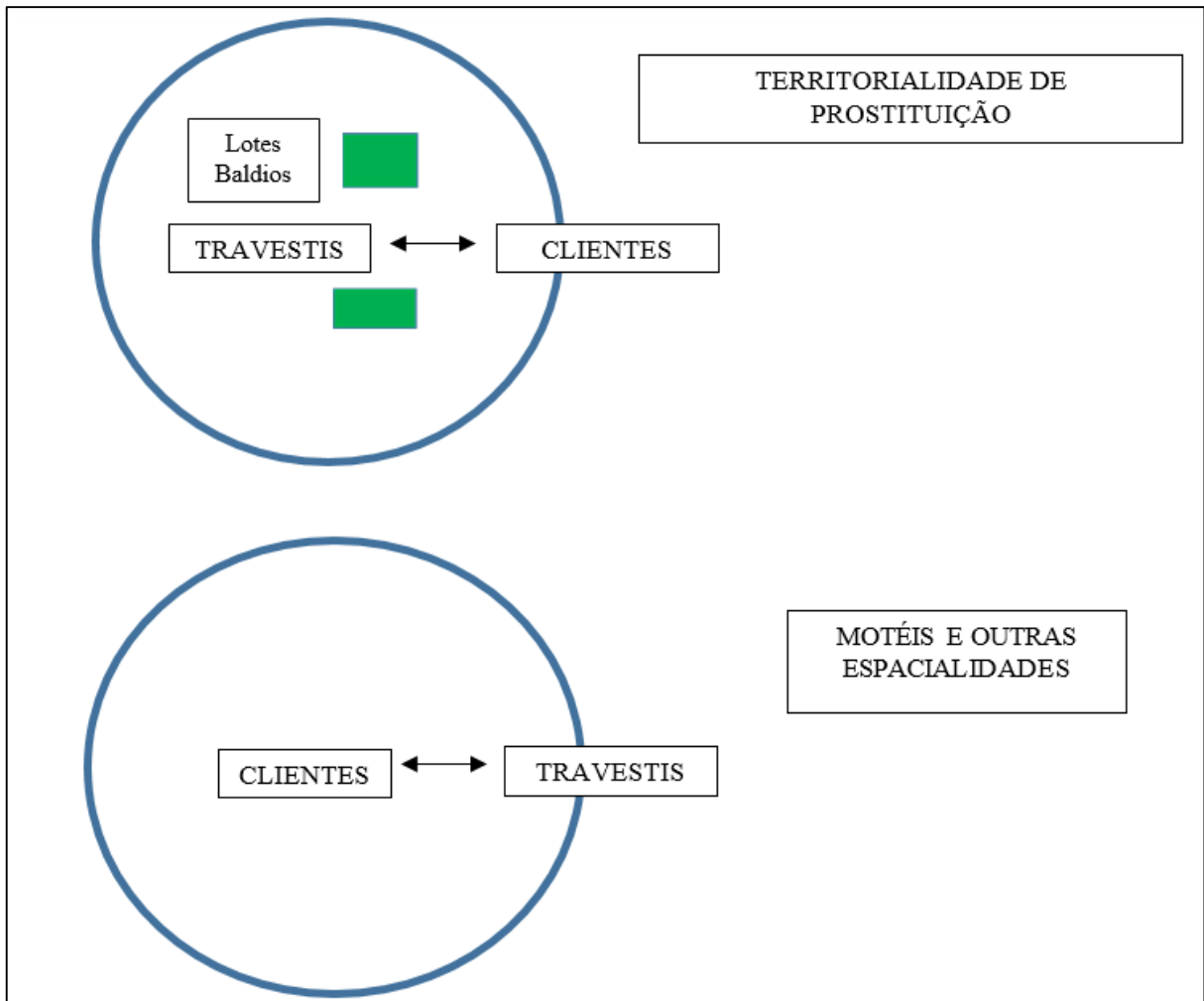
Ademais, as trans- travestis, como cita Pelúcio (2004), consideram os clientes como inferiores, pela falta de coragem de assumirem suas práticas sexuais, estando abaixo delas na hierarquia de gênero. O relato abaixo ilustra bem essa situação

eles ficam com raiva porque a gente pratica o que eles têm vontade (...) Eu sou assediada, sou xingada, mas, eu retruco ‘fico com 2 metros de altura’ e digo: você tem certeza que você é homem? Eu tenho certeza do que sou e você (...)?”. (Entrevista oral, Margarida, 18 de outubro de 2017).

Contudo, nessa relação dual entre o afeto e o ódio, a necessidade financeira e o desejo sexual, elas precisam dos clientes, assim como eles delas. Caracterizando uma relação de coexistência e/ou de interdependência na territorialidade.

A figura abaixo é uma releitura da proposta de Ornat (2013, p. 201) adaptada ao contexto de prostituição de Araguaína-TO, demonstrando o funcionamento dos fluxos de clientes e travestis pelo território em posições de centro e margem. Para assim, “ultrapassar a ideia de território que coloca os sujeitos em posição oposicional (insider/outsider) conformando a ideia de território paradoxal de Gillian Rose (1993).

**Figura 1** – Análise do território trans- travesti – poder pluridimensional



Fonte: elaborado pelo autor.

Através da figura acima, podemos entender que as relações entre os clientes e as trans-travestis feitas na territorialidade as posiciona ocupando o centro das relações de poder, inclusive na forma como ocupam, que é estrategicamente planejada, principalmente, no momento em que algum suspeito aparece.

Para ilustrar essa configuração, houve uma ocasião em que estávamos no ponto, e elas foram descrevendo em tempo real, a situação de alerta que estava acontecendo:

“Olha lá, aqueles dois caras de moto, já vieram aqui pra pedir ‘varejo’ voltaram pra negociar com a ‘bicha’, desceram até o primeiro lote, tá vendo? Isso aí é ‘doce’<sup>40</sup> numa situação dessa a Dama que já tá na esquina de baixo sobe e nós aqui na de cima desce, se eles fosse “grudar” a que foi lá, nós todas corria ‘louca’! corage, que vamo deixar bofê roubar bicha!” (Entrevista oral, Flor de Monique, 25 de setembro de 2017).

<sup>40</sup> Sinônimo de emboscada.

Por causa das “tirações” dos clientes quererem usufruir de seus serviços e, muitas vezes, não pagarem o combinado, e/ou situações de abuso (chamá-las no masculino, dentre outros), além de assaltos e homo/transfobia em que pessoas passam e ateiaram pedras, ovos, etc., é que as trans- travestis se organizam na territorialidade numa espécie de força tarefa, sempre que há alertas de situações de perigo. Elas utilizam meios próprios de autodefesa, são adquiridos: cassetetes artesanais, armas de choque e até suas bolsas servem como armamento em situação de perigo.

Quando o cliente não possui condições financeiras para sair do ponto, a efetivação do contrato sexual é realizada ali mesmo, em vários lotes baldios que compõem a territorialidade. Nessa posição, a trans- travesti está no centro das relações de poder em detrimento do cliente.

Numa compreensão a partir do que Butler (2003) chama de heteronormatividade, o “cliente faz parte do conjunto da sociedade que as exclui, mas, eles compõem simultaneamente o território da prostituição numa situação de margem” (ORNAT, 2013, p. 201).

Houve vários relatos no trabalho de campo nesse sentido:

a gente chega num supermercado e vê o cliente lá com a família eles ficam em pânico quando passam pela gente...quando a mulher vira as costas ele fica sorrindo e piscando... [risos]!”. (Diário de campo, 29 de setembro de 2017).

lá na rua de noite sou amor, sou linda, gostosa, maravilhosa! Quando me vê de dia ficam apavorados! O mesmo que eu bato a porta do carro é o mesmo que bate à porta na minha cara se for pedir um emprego. Pra eles travesti é ‘putaria’, ‘sacanagem’, mas adoram sentar né!”. (Diário de campo, 29 de setembro de 2017).

Entretanto, se houver deslocamento das trans- travestis para espacialidades públicas ou privadas fora da territorialidade, o grau de vulnerabilidade aumenta, pois, “a travesti deixa a centralidade da configuração de relação de poder, tornando-se muitas vezes vítima da violência de seu cliente” (ORNAT, 2013, p. 202).

Como neste caso relatado por Dama da Noite:

O cliente chegou aqui e fomos para aquele povoado Água Amarela. Chegou lá eu estava dentro do carro, o cara puxou o facão pra mim dizendo que estava me observando e que o sonho dele era me ‘comer’ e me matar, eu dei uma bolsada nele e sai louca! Ele ficou naquele ‘pega num pega’ correndo atrás de mim com o facão e eu fui varando os mato até chegar numa casa, pulei a cancela tinha um cachorro imenso, ninguém abriu a porta, estavam com medo... Depois dei uma volta imensa pra pedir ajuda, veio um caminhão parou e me trouxe de volta, vim pra casa tomei banho e voltei pra ‘pista’”. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de agosto de 2017).

Relatos de violência como esses são cotidianos, elas trabalham com uma dimensão delicada do sujeito, a sexualidade e o prazer. Em contrapartida, elas admitem que há situações em que essas relações com a clientela extrapolam o contrato meramente sexual, havendo desdobramentos afetivos. Como narraram Margarida e Pétala Negra no trabalho de campo:

não vou mentir tem vez que é muito gostoso, as vezes rola romance, então te realiza muitas vezes (...) olha tem o meu primeiro cliente de Araguaína... [suspiros] ele sempre volta! Mano ele é o único que faz eu arrepiar. [Risos coletivos]. (Pétala Negra)

eu até beijo cliente! Só quando é bonitinho. [Risos] (Margarida, Relatos informais, casa, 16 de julho de 2017).

Os “ócos” seriam então, homens posicionados de forma concordante na heteronormatividade (nasceram meninos, se entendem como homens e, socialmente, são heterossexuais). Para as trans- travestis desta pesquisa, são considerados hipócritas porque as procuram para realização de fantasias sexuais. Porém, socialmente, rejeitam o que é desviante dessa norma, como nesta narrativa de Pétala Negra:

“(...) eles gostam de tudo (...), mas se a filha ‘der’ quer expulsar de casa, se a mulher trair quer matar (...), mas, na pista no escuro, a primeira coisa que fazem com a ‘boneca’ é meter a mão aqui ó [no pênis]”. (Entrevista oral, ponto, 17 de agosto de 2017).

Existe uma clara divisão entre a genitália e o resto do corpo no discurso das trans-travestis. Dama da Noite narrou que “uma maricona quer tudo (...) eles têm direito a ter o melhor do prazer”. É frase que marca o significado das práticas sexuais no contexto de prostituição.

Os clientes procuram-nas por suas auto- imagens serem posicionadas no feminino, mas, como narrou Pétala Negra “a ferramenta de trabalho é a neca<sup>41</sup>”, isto é, na maioria dos programas, são os homens que se submetem à posição “passiva”, que na interpretação delas é feminina e deveria ser executada por elas. Assim, posicionando-as no polo ativo que, para elas, é masculino.

Num belo e quente dia de domingo, em agosto de 2017, estávamos nós sentados no Castelo das Bonecas conversando, quando surgiu o assunto sexualidade dos clientes. Margarida logo expôs sua opinião e houve aclamação de todas.

“Nós interpretamos essas pessoas como loucas, elas são loucas, completamente loucas! Porque como que pode ser? Porque não tem como você comparar um gay com um cara que vai lá na rua faz tudo e depois bota a arma na bicha e que tem família e tudo... não tem como comparar com a gente! Porque um gay que é um gay ele tem a vida dele certinho, certinho, certinho entendeu? Eles que coloca complicação na nossa vida não é verdade?”. (Diário de campo, casa, 10 de agosto de 2017).

Deste modo, nas experiências das integrantes desta pesquisa, as “contradições” entre corpo, gênero e sexualidade, ocorrentes no interior da sociedade hetenormativa, não adviriam de suas práticas, desejos e comportamentos, pois seriam elas corajosas em assumir suas identidades e a batalhar por suas sobrevivências em contraponto aos “ócos” que não assumem suas sexualidades publicamente.

---

<sup>41</sup> Pênis em Bajubá.

Portanto, essa territorialidade é constituída de vários sujeitos e suas relações, das quais a principal é entre as trans- travestis e seus clientes, exigindo que haja uma disposição de “pluri-localizações de sujeitos no território que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas, constantemente tensionados” (ORNAT, 2013, p. 202).

Margarida relata que possuía uma casa como essa em Goiânia-GO em conjunto com sua melhor amiga, mas que deixou para ela cuidar sozinha quando veio para Araguaína-TO. Presenciei, no campo, as migrações de várias das trans- travestis que estavam em Araguaína para Goiânia tendo como referência justamente essa casa, o que coaduna com o que Haesbaert (2004, p. 79) chama de “território em rede”. Nas palavras do autor

não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas (...) "territórios-zona", que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos "territórios- rede", *especialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si*. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico de relações de ordem mais estritamente cultural.

Existe aqui o intercâmbio entre essas duas territorialidades (Goiânia e Araguaína), em termos de extensão do poder de articulação exercido pela Mona-chefa e em termos de fluxos das acompanhantes transitando neste eixo.

Por causa da violência, elas levam pouquíssimas coisas para o ponto, basicamente uma bolsa pequena. Assim, utilizam os vãos de um poste de energia como armários para acoplar suas bolsas, protegendo-as.

“Escondo minha bolsa atrás da pedra pra ninguém me roubar” (Violeta)

“Sou magrinha, quando o bofê quis me ‘grudar’ [houve tentativa de estupro] eu me escondi detrás da árvore ele passou e não me viu”. (Diário de campo, ponto, 29 de setembro de 2017).

Os relatos de situações como essas nos mostram a solidez da apropriação que esse grupo possui da territorialidade. A rua e seus “mistérios” também é um espaço de convivência e troca de experiências. É dela que retiram grande parte de sua sobrevivência financeira, além de, consolidar várias de suas relações afetivas, amorosas e econômicas. Principalmente porque a rua é um espaço onde seus corpos e expressões de gênero não são vistas com estranheza. A pista, para grande parte delas, é um lugar. Corroborando com o que Tuan (1983, p. 42) afirma: “todos os seres humanos têm necessidade de um lugar para chamar de seu”.

É “na esquina que a gata tem o seu valor”, como narrou, no trabalho de campo, Dama da Noite. O valor a que se refere é o monetário, “porque travesti é luxo”, se um homem quer sexo tem que pagar por ele. Se a trans- travesti faz sexo grátis é “vício”, que não agrega valor a seu trabalho e põe o ponto e as outras em descrédito com os clientes.

De acordo com Benedetti (2005), os corpos das travestis ganham uma linguagem: “é no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos”, alcançando a humanidade que desejam para si. E é na territorialidade de prostituição que os processos da trans-formação são construídos no cotidiano e são (re)produzidos discursivamente pela via da oralidade.

A trans-formação de gênero é um movimento de territorialização de uma nova autoimagem produzida através de estereótipos do gênero oposto ao imposto no nascimento. A medida que estes processos se aprofundam, projeta-se no “outro”, isto é, na sociedade, um “novo lugar” constituído pelo gênero.

Por causa dessa neo- territorialização do corpo, as/os trans-travestis reivindicam, no âmbito estatal, políticas públicas e pesquisas acadêmicas que construam discursivamente os direitos e a cidadania de nós enquanto cidadãos. No limite, as restituindo como humanos.

Para Butler (2009), a concepção de humanidade é intercambiada pela significação sócio-cultural dos corpos. Para alguns serem considerados dignos de viver [plenamente] precisa-se haver a desqualificação de outros, que não são consideradas “vidas”.

A autora afirma que a questão da vulnerabilidade social das mulheres e das minorias sexuais advém de seus corpos

(...) como lugar de deseo y de vulnerabilidad física, como lugar público de afirmación y de exposición (...) la vulnerabilidad parecen ser la consecuencia de nuestros cuerpos socialmente constituidos, sujetos a otros (...) susceptibles de violencia a causa de esta exposición. (BUTLER, 2009, p. 46)

Pelo todo mencionado, as trans- travestis desta pesquisa ocupam a margem do sistema simbólico-material de gênero, por subverterem as regras sociais impostas a seus corpos e vivências.

Por tencionarem este sistema, lhes é negada a participação em sociabilidades públicas como escolas, hospitais, praças, mercado de trabalho etc., posicionando-as em um patamar social de considerável vulnerabilidade.

## CAPÍTULO 3: A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NAS TERRITORIALIDADES DA CASA E DA ESCOLA

“Quando tinha 8 anos percebi que havia algo diferente em mim!” - Margarida

Este capítulo trata das trajetórias de três trans- travestis integrantes desta pesquisa que se dispuseram a narrar suas histórias de vida. Embora elas se intitulem travestis, no decorrer do trabalho de campo percebi que a articulação de termos em seus discursos oscilava bastante, não havendo fixidez em suas autodeterminações.

Para Josso, a abordagem da história de vida traz a compreensão de

como nos formamos por meio de um conjunto de experiências, ao longo da nossa vida (...) e [permite] tomar consciência deste reconhecimento de si mesmo como sujeito (...) que articule de uma forma mais consciente as suas heranças, as suas experiências formadoras, os seus grupos de convívio (...) transformar a vida sócio culturalmente programada, numa obra inédita a construir, guiada por um aumento de lucidez, tal é o objetivo central que oferece a transformação da abordagem de Histórias de Vida (2012, p. 22)

Deste modo, o capítulo evidencia a dimensão espacial em que se desenvolveram as relações sociais “pré- T”, como chamamos, no interior do movimento social trans, a fase da vida antes da trans-formação de gênero.

Nesta seção, trato de suas vivências na fase da infância na territorialidade da casa e, no próximo tópico, da adolescência na territorialidade da escola. Corroborando com Ornat (2013), essas relações ocorrem em interação com os “outros” na espacialidade mais ampla da cidade, assim, colaborando na produção dos sentimentos de diferença até a assunção de suas identidades de gênero.

### 3.1 “Digo por mim”! –Apresentando as trans-travestis

Meu nome é Margarida, tenho 29 anos, no ano que vem 30 se Deus abençoar! Sou uma pessoa feliz, me amo em primeiro lugar, hoje estou do jeito que queria estar só que eu quero progredir, melhorar é lógico! Sou muito gente boa, não sou somente o que pensam de mim, exatamente porque já tive que fazer coisas<sup>42</sup> por causa da minha sobrevivência... eu sou uma pessoa sensível, mas, também sou uma pessoa grossa e de vez em quando dou uma “estressadinha”, tem que dar que é do ser humano. . . Nasci em Babaçulândia no interiorzinho de Araguaína. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, Araguaína- TO, 18 de outubro de 2017).

Meu nome é Flor de Monique, tenho 23 anos, sou natural de Jacundá-Pará, não conheço meu pai, mas minha mãe é uma pessoa ótima, maravilhosa é conhecida como [apelido suprimido] na cidade todos gostam dela, minha mãe trabalha ajudando os outros, ela trabalha na política, mas ela não tem salário fixo é como se fosse uma voluntária, se fulano passou mal então, é ela que leva

<sup>42</sup> As travestis que chegam ao status de Mona-chefe lidam com situações arriscadas, pois fazem o papel de gestão e intermediação entre todas as trans-travestis na casa e no território, bem como organizam uma série de códigos que norteiam as relações sociais e econômicas no grupo.

para o hospital. Às vezes, digo para minha mãe a “senhora é muito besta” é assim a minha mãe ajuda muitos outros, na minha família é tudo ótimo, às vezes fico dias sem ligar pra minha mãe, ela liga chamando minha atenção... mas porque você acha que estou aqui? Já fui tão humilhada por não ter nada, tenho que ralar para conseguir meus objetivos. (Entrevista oral, Flor de Monique, Castelo das Bonecas, 24 de outubro de 2017).

Meu nome é Dama da Noite, nasci em Jacundá-Pará tenho, 22 anos. Meu pai é cearense de Fortaleza e minha mãe é de uma cidade do Maranhão. Minha avó é de Jacundá. Eu fui criada pela minha mãe, meu pai a largou eu tinha 5 anos. Ele foi embora para uma cidade e logo depois minha mãe arrumou outro homem era tranquilo meu relacionamento com meu padrasto<sup>43</sup> só as vezes que ele bebia e tipo assim depois que ele levou a filha dele para dentro de casa eu e ela não nos dávamos bem aí era babado! Minha mãe teve três meninas e dois meninos, nós somos cinco. (Entrevista oral, Dama da Noite, Castelo das Bonecas, 24 de outubro de 2017).

Todas são oriundas de cidades interioranas, provenientes de classe social baixa, se autodeclararam pardas e relacionam-se afetivamente<sup>44</sup> apenas com homens. Todas sofreram violências nas relações familiares majoritariamente de homens e foram criadas por suas mães ou avós.

### **3.2 Violência intra- familiar: “Apanhei porque fui brincar com os patos na casa da vizinha! Brincar com isso não era coisa de homem”**

Hegemonicamente, as trans- travestis desta pesquisa perceberam suas incongruências em relação ao gênero na infância. Digo em relação ao gênero porque todas elas relataram não almejar a realização da cirurgia de transgenitalização. Somente Margarida relatou, no trabalho de campo, que, quando ficar mais velha, fará a cirurgia por motivos estéticos, mas não por desconforto ou “disforia” sexual. Nas palavras dela:

“(...) eu quero ser uma velha toda enxuta! Não vou querer algo murcho e inútil entre minhas pernas”. (Diário de campo, relato informal, casa, 15 de agosto de 2017).

As experiências que relataram deflagram a violência que sofreram na infância e na adolescência, decorrentes das percepções que os adultos tinham sobre seus corpos e trejeitos de comportamento que liam como “coisas afeminadas e/ou coisas de mulher”. Na tentativa de corrigi-las e até mesmo de exercerem suas autoridades de pai ou mãe, acabavam cometendo inúmeras violências contra elas.

A construção da feminilidade sobre seus corpos masculinos passou por acessos, dissidências e progressões ao longo de suas trajetórias de vida. Elas começam suas transformações corporais utilizando hormônios femininos na adolescência, geralmente com o auxílio

<sup>43</sup> Depois da gravação de sua história de vida, Dama da Noite me confessou que, quando criança, foi inúmeras vezes estuprada pelo padrasto.

<sup>44</sup> Somente Dama da Noite relata que não faz programas com mulheres e/ou casais em que ela tenha que ter contato sexual com a mulher. As demais relatam não ter atração sexual por mulheres, porém, pelo “aquê” (dinheiro) fazem programas com elas e casais, ou já tiveram relacionamentos com outras travestis.



de farmacêuticos conhecidos, sem acompanhamento médico. Recorrem ao contexto de prostituição porque sabem que pelo SUS, principalmente em cidades interioranas, dificilmente conseguiriam atendimento especializado para esta finalidade.

De acordo com Kulick (2008, p. 24), a intersecção entre a identidade de gênero, a raça e a pobreza categoriza as travestis brasileiras como um dos grupos mais vulneráveis

Essa maioria que muitos brasileiros vem apenas de relance à noite em pé ao longo de avenidas e nas esquinas de ruas mal iluminadas ou nas páginas policiais formam um dos grupos mais marginalizados temidos e menosprezados a sociedade brasileira (...) São provenientes de famílias muito pobres e muitos continuam pobres por toda a vida levando uma existência miserável, morrendo antes dos 50 anos em virtude da violência, do uso de drogas, de problemas de saúde relacionados à aplicação de silicone ou em números cada vez maior em decorrência da AIDS.

Butler (2003, p. 10) afirma que as identidades e sexualidades ditas desviantes são “(...) práticas culturais que produzem descontinuidade e uma dissonância subversiva entre sexo, gênero e desejo (...)”. Afirma a autora que a crítica genealógica de Foucault e Nietzsche procura “(...) explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo” chamando de genealogia todos os esforços que fundaram o “(...) falocentrismo e a heterossexualidade compulsória”. (BUTLER, 2003, p. 10).

Os sinais da “discordância” entre o sexo e o gênero podem aparecer na tenra infância, o que atualmente a cultura científica ocidental nomeia de *transgender childrens*.

De acordo com Kennedy (2010, p. 22), “(...) às crianças transgênero tomam consciência do que são realmente muito mais jovens do que se considerava anteriormente, então, elas ocultam ou suprimem suas identidades de gênero (...)”.

Os relatos na seção a seguir não são uma exceção, certamente nenhuma delas tinha consciência ou sabiam nomear suas identidades de gênero na infância. Porém, consegui entender que suas infâncias coadunam em vários aspectos: no sentimento acentuado de rejeição pelos signos e códigos do gênero esperado socialmente concordante com a genitália; pelas brincadeiras e performances majoritariamente posicionadas no gênero oposto (ao imposto na nascença) e experiências sexuais precoces advindas de estímulos de crianças mais velhas e adolescentes e abusos físicos, sexuais e psicológicos de adultos, geralmente, pessoas da família ou do convívio familiar.

### **3.3 Com a palavra, Margarida, Flor de Monique e Dama da Noite**

Como escreveu Michel Foucault (1988) no livro *História da sexualidade I: a vontade do saber*, “existe um controle da sexualidade das crianças, para não comprometer a moral dos

adultos (...) Tratasse, aparentemente, de um dispositivo de barragem; de fato, organizaram-se, em torno da criança, linhas de penetração infinitas.” (p. 42).

As narrativas de história de vida trazem a dimensão do controle, da interdição e do poder sobre as crianças, no que tange ao desenvolvimento de suas identidades de gênero consideradas socialmente desviantes.

A partir do século XIX, houve a categorização dos sujeitos pelas ciências que inaugurou no ocidente um processo de estigmatização das sexualidades ditas desviantes, o que foi necessário para o estabelecimento da heterossexualidade como norma (FOUCAULT, 1988). Em nome de uma suposta normalidade, justificam-se inúmeras violações, como narrou Margarida.

Na minha infância eu poderia ter tido amor de mãe, mas ela queria era cuidar do marido, eu entendo isso, eu não julgo... ela estava querendo aquela pessoa que seria um homem bom que poderia ajuda- lá... minha infância foi muito sofrida, eu apanhei muito para virar homem, não virei!”

“Apanhei muito da minha mãe, (...) Tenho trauma porque na minha infância tudo que eu ganhei os outros já tinham [ela ri com tom de nervosismo] Foi ridículo! Eu apanhei tanto em casa que na rua ninguém ousou me bater! Eu sou agradecidíssima, eu os amo! Porque foi através deles que eu aprendi que ninguém ia bater na minha cara na rua, entendeu? E hoje os filhos que eles não batiam na cara apanham na cara na rua! Graças a Deus, apesar dos pesares eu sou feliz! Foi muita taca! Uma vez me bateram e colocaram água de sal nas minhas costas, isso quem fez foi minha mãe” - ela diz desolada.

Meu padrasto me bateu tanto de corda que feriu minhas costas, eu muito criança... você sabe que pele de criança é muito sensível, ele me bateu simplesmente porque fui brincar na vizinha com os patos [até hoje Margarida tem paixão por aves. Ela cria galinhas desde criança] mas, graças a Deus ele não me aliciava porque a maioria dos padrastos alicia os meninos gays. Ele queria me ver homem só que às vezes também porque ele não tinha estudo, não tinha cultura, não conhecia, poderia pensar que é uma coisa e hoje em dia ver que não é!”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 17 de outubro 2017).

De acordo com Oliveira (2004, p. 13), a masculinidade é um

(...) lugar simbólico/ imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. (...) apresenta-se como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados (...) e que agentes com baixo capital cultural e econômico (super) valorizam aspectos específicos da masculinidade.

Margarida argumenta que a relação com seu padrasto mudou e, atualmente,

“(...) ele é maravilhoso”<sup>45</sup>, mas “quando eu era criança não! Ele me ameaçou de morte e por isso, que fui embora de casa com 13/14 anos. Fui embora porque tinha medo dele! Uma vez ele me bateu porque eu estava fazendo geladinho para vender, ele disse ‘isso não é coisa de homem não, é de mulher’ e me bateu até que mijei na roupa de tanta dor! Outra vez, estava só eu e ele em casa,

<sup>45</sup> Em conversas informais na vivência etnográfica, Margarida afirmou que o respeito que ela adquiriu na família, advém, em grande medida, de sua participação econômica, por ser atualmente uma das principais formas de sobrevivência de sua família em Babaçulândia-TO. “Estou construindo a casa de minha mãe, vou construir um cômodo para ela vender seus produtos artesanais” – relatou.

ele deixou me afogar no rio, quando ele viu que eu estava me ‘afogando babado’ foi lá e me tirou como se estivesse me dando uma lição”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 18 de outubro 2017).

Esse tipo de comportamento controlador e machista do padrasto de Margarida evidencia o que Vieira (1986, p. 26) chamou de “identidade do homem na sociedade patriarcal” ou de “homem durão”. A característica principal desse modelo de masculinidade está cunhada na interdição de qualquer atributo culturalmente ligado à esfera feminina (emoção, sensibilidade, receptividade, etc.) e sua ligação exacerbada com esfera produtiva do trabalho, em que a educação dos filhos é categorizada como “coisa menor” ou mesmo “de mulher” (VIEIRA, 1986, p. 30).

Margarida havia me dito que sua primeira experiência sexual foi com 7 anos de idade. Então, a interpelei sobre isso

Na infância foi só isso, depois continuei brincando com carrinho de rolimã que eu tinha, lembro até hoje... quando eu fui aliciada com 7 anos ou antes também não me lembro bem, eu brincava no terreiro só de cueca no chão” [essa experiência aconteceu com seu primo mais velho]. (Entrevista oral, Margarida, casa, 18 de outubro 2017, grifo meu).

Margarida relatou como ocorreu seu processo de identificação com a feminilidade

Lembro quando eu era criança teve o desfile do ‘ridículo’ e eu me vesti de mulher para desfilhar, nossa foi uma zoação! Me chamavam de mulherzinha, mulherzinha! Eu por dentro me sentindo bem, sendo feliz, mas, só que com receio porque todo mundo estava me vendo caracterizada de mulher, só que eu levei isso na brincadeira... na minha infância eu era o que era, mas não sabia o que todo mundo sabia, eu não sabia o que eu era (...) quando botei minha primeira calcinha, acho que tinha de 7 para 8 anos, eu não achei normal... lógico, eu já estranhava, já sentia atração pelos meninos, já sentia que era diferente mais recatada, entendeu? Mas, eu ficava na minha, muito quietinha... foi muito cedo eu era magrinha e afeminadíssima! [Risos]. Quando eu era criança não via a minha diferença, só que as pessoas viam em mim, mas, eles não me ajudavam... eu acho que eles deveriam me ajudar a entender, não é? Mas eles não me ajudavam! Eu não via diferença, mas, os adultos que estavam ali viam. Eu sentia uma diferença dos adultos no olhar, nas pessoas da minha idade eu não sentia isso, mas nas pessoas adultas tinham umas que já me olhavam assim e comentavam: “esse menino não sei não!”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 17 de outubro 2017).

A diferença que Margarida se refere está ancorada no processo da produção de sua identidade de gênero que tenciona à norma heterossexual. Na compreensão de Hall (2000, p. 8) é “marcada pela diferença [de gênero] (...) e sustentada pela exclusão (...)”.

Esse “regime representacional da diferença” vivenciado pelas trans- travestis está ligado às práticas culturais de essencialização e redução das pessoas “(...) a poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas da natureza (...)”. Este movimento é chamado de estereotipagem. (HALL, 2016, p. 188-190).

De acordo com Brah (2006, p. 331), o essencialismo é “(...) uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais (...)”. Parafraseando Hall, os significados

que produzimos sobre o “outro” estão ancorados nos estereótipos e na tipificação. A tipificação edifica os significados a partir de

categorias mais amplas (...) como classe, sexo, grupo etário, nacionalidade, ‘raça’, grupo linguístico, preferência sexual e assim por diante (...) os estereótipos se *apossam* das poucas características ‘simples, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas sobre uma pessoa (...) reduzindo-a a esses traços que são depois, *exagerados* e *simplificados* (...). (DYER, 1977, p. 28 apud HALL, 2016, p. 191, grifo do autor).

Para Hall, nós, seres humanos, entendemos o mundo com base em um sistema de classificações que promove a “(...) prática de *fechamento* e *exclusão*. Simbolicamente, ela *fixa* os limites e exclui o que não lhe pertence”. (HALL, 2016, p. 192, grifo do autor).

Os estereótipos são compreensões fixas, que formulam modelos padronizados, aos quais estamos a todo tempo arregimentados/as. As trans- travestis desta pesquisa, sofreram o processo de estereotipagem ainda na infância, sendo rotuladas pelos adultos como “bichinhas”, “mulherzinhas”, “viadinhos”, etc., e pelas crianças de seu convívio que reproduziam o que escutavam dos adultos.

Nas experiências aqui relatadas, é nítido que o poder do sistema de representação operou na escala do micronível (re)produzindo discursos da ordem dominante heterossexual e patriarcal, em que as trans- travestis, ainda crianças, foram marcadas e classificadas, “(...) numa forma de conhecimento *racializada* [e gendrada] (...)”, às suas corporeidades. (HALL, 2016, p. 195-197, grifo do autor).

Então, elas foram aos poucos evadindo da escola e de suas casas, porque “a estereotipagem facilita a ‘vinculação’, os laços, de todos nós que somos ‘normais’ em uma ‘comunidade imaginária’; e envia para o exílio simbólico todos Eles, ‘os outros’, que são de alguma forma diferentes (...)”. (HALL, 2016, p. 192). Para este autor, a identidade é “(...) relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativa a outras identidades” (HALL, 2000, p. 8).

Dessa forma, a repressão e a punição que lhes foi imposta é porque elas mesmas se tornaram um “inimigo” ou um “tabu”, sendo que “(...) a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica”. (HALL, 2016, p. 193).

Na vivência do campo, visitamos por duas vezes a casa da mãe de Margarida, em Babaçulândia-TO. Presenciei situações que a coloca, atualmente, no status de liderança na família, por ela ser, dos irmãos, a mais velha, e possuir o maior poder econômico.

Contudo, presenciei situações em que a mãe não dormia à noite, preocupada com Margarida por ela estar viajando e ficar alguns dias sem dar notícias, mas também pela violência

transfóbica que ela pode sofrer. É notório que hoje em dia, Margarida possui a aceitação de sua mãe e grande parte de sua família.

Dama da Noite também relatou que seu processo de identificação com signos e códigos da feminilidade gerava relações de distinção e diferença com os garotos de sua idade, que supostamente encontravam-se encaixados na norma heterossexual.

Minha mãe teve três meninas e dois meninos, nós somos cinco... eu lembro que sempre gostava de ficar no meio dos meninos só que ao mesmo tempo não gostava, não me sentia bem. Eu gostava de ficar em casa assistindo desenho feminino essas coisas de princesa, da Barbie. Aquilo chamava atenção dos meninos que ficavam: “olha lá é gayzinho, é gay!” Porque para falar a verdade eu nunca gostei de coisas masculinas, eu sempre gostei de coisas femininas, minha mãe falava que era coisa de criança de menino aí deixava. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 25 de outubro 2017).

A cultura ocidental impõe que as identidades se moldem a partir de sistemas simbólicos de representação amplos que marcam e atribuem significados aceitáveis (HALL apud SILVA, 2000, p. 20). Assim, sensibilidade, apreço pelo cuidado e beleza, são exemplos de aspectos não aceitáveis aos nascidos em corpos sexuais ditos masculinos, em oposição ao reforço da virilidade, força, potência e poder que são atributos fundantes da masculinidade (OLIVEIRA, 2004).

A trans- travesti Flor de Monique também sofreu violência intrafamiliar, como Margarida, praticadas por homens cisgênero.

Minha infância foi bem! Apanhei algumas vezes por causa disso [da identidade de gênero], minha mãe me pegava em cima dos tamancos dançando é o Tchan! [risos]. Chega quando eu a via dava um branco! Eu dançava horrores! Quer ver você pergunta para Cateia<sup>46</sup>, eu tenho fotos de criança, mas não tenho Facebook® comigo aqui, eu era bem loirinha e muito branco... eu menininho não tenho problema em me ver, mas, quando eu fui ficando grande que eu vou ficando com a imagem [masculina] do rosto eu já não acho bem! Mas foi ótimo, minha família foi bem comigo eu tive uma vida maravilhosa, minha infância foi super ótima não faltava nada para mim, minha família tinha bastante condições eu e Cateia passamos bem (...) eu apanhava porque era muito danada, mas não era uma pessoa de ficar em rua (...). (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 19 de setembro 2017).

O relato de experiência de Flor de Monique coaduna com a afirmação de Butler explicando que Simone de Beauvoir considerava o “sexo como um fato imutável e que o gênero é algo adquirido”. Sendo, portanto, uma “(...) construção social variável do sexo, uma miríade de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado”. (BUTLER, 2003, p. 164)

Destarte, as narrativas de Flor de Monique sobre seu processo de identificação com a feminilidade através da dança, roupas e adornos femininos na tenra infância, coadunam com

<sup>46</sup> Mulher cisgênero (nasceu fêmea, identifica-se como mulher), Cateia é prima de Flor de Monique e trabalha como “acompanhante”. No trabalho de campo, presenciei apenas duas mulheres morando no “Castelo”, a outra é amiga íntima de Lírio, da cidade de Itinga-MA.

relatos de outras trans- travestis e com a afirmação de Butler (2003, p. 163) de que “(...) o gênero é, antes de mais nada, um devir ou atividade (...) uma ação incessante e repetida de algum tipo”.

Na gravação da história de vida de Dama da Noite, ela não havia relatado sobre os inúmeros estupros que sofreu na infância, e que o estupro fora seu padrasto. Mas disse que a vizinhança a tratava com diferença.

Minha infância foi boa, mas, com oito anos de idade eu percebi que havia algo diferente em mim, que eu era diferente das outras crianças, que eu gostava de coisas mais femininas. Eu fui criada pela minha mãe, meu pai a largou eu tinha 5 anos, ele foi embora e logo depois minha mãe arrumou outro homem era tranquilo meu relacionamento com meu padrasto só que as vezes que ele bebia, e tipo assim depois que ele levou a filha dele para dentro de casa eu e ela não nos dávamos bem, aí era babado! (Entrevista oral, Dama da noite, casa, 18 de outubro 2017).

Pouco tempo depois, em conversa informal, Dama me relatou: “olha, esqueci de te falar, meu ex- padrasto me estupro quando eu era criança”. Confesso que fiquei chocado com essa narrativa.

Sofri a primeira tentativa de estupro aos 6 anos de idade, aos 10 anos ele consolidou o fato. Eu estava dormindo ele chegou e montou em cima, me estupro várias vezes (...) sou traumatizada com isso (...) ele tentou com minhas irmãs, mas, não conseguiu, a mãe as mandava dormi na casa das avós. Conte pra minha mãe, ela não acreditava, ele fazia a cabeça dela! Só que uma vez ele me molestou e ela chegou rápido, aí eu deixei o short abaixado, eu estava todo melado (...) foi horrível! Ninguém da minha família gosta dele, foi uó!” (Relato informal, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

De acordo com o site Agência Brasil, o Disque Denúncia Nacional (Disque 100<sup>47</sup>) registrou, em 2015, que mais de 17,5 mil crianças e adolescentes foram vítimas de abuso sexual e violência doméstica física e psicológica no Brasil. Os dados mostram que, 64,5% dos casos ocorrem na residência da criança, a faixa etária de 4 a 11 anos de idade é a mais acometida com 40% dos casos. Considerando a intersecção entre gênero e raça, as meninas somam 54% dos casos denunciados e meninos e meninas negros ou pardos, 57,5%.

Dama da Noite continuou narrando

minhas irmãs iam para a escola e eu vestia as roupas delas, mas, chegou um tempo que eu achei interessante na faixa dos 11/12 anos eu não queria mais saber dessas coisas de ficar vestindo as roupas das minhas irmãs eu dei uma pausa o que eu queria era brincar com os meninos. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

Os processos de violência física e psicológica e as formas de tratamento degradantes que as trans- travestis sofreram no interior da família coadunam com o que Butler (2002) afirma ser a abjeção. Nestas experiências, a abjeção advém da performatividade do gênero que não é

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/denuncias-de-violencia-sexual-chegam-quase-50-por-dia>> Acesso em: 20 mai. 2018.

condizente com as expectativas geradas pela cultura e reproduzidas no interior das famílias como as corretas, normais, higiênicas e sãs.

Butler (2002, p. 9-10) afirma que “(...) la performatividad debe entenderse, no como un ‘acto’ singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra (...)”.

Dama da Noite complementa:

(...) eu sabia que havia algo estranho comigo, mas eu só queria brincar... Eu brincava de soltar pipa, jogar peteca, essas coisas de menino mesmo. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

Na experiência de Flor de Monique houve problemas com um tio alcoólatra que não aceitava sua identidade de gênero. Ela se assumiu como travesti mais cedo que as outras e sofreu o ônus da exclusão intrafamiliar.

(...) quando tive amizade com a Pétala Negra e Dama da Noite cheguei pra minha mãe e contei, na hora ela chorou um pouco e depois perguntou porque não tinha contado para ela antes, mas também teve um pouco de preconceito ela não queria que eu me vestisse de mulher por nada, eu sou filho único entendeu? Mas foi de boa, ela foi aceitando... agora meus tios, Ave Maria! Eu vivia correndo de casa porque minha mãe morava no Maranhão numa cidade chamada São Mateus e eu morava lá em Jacundá com a minha avó e dois tios, um deles tinha muito problema com álcool, então, ele chegava em casa e queria me bater ele queria bater nas ‘bichas’ que estavam comigo, botava para correr... então, eu passei um tempo assim nessa confusão com ele, até chegar os meus 18 anos... (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 20 de outubro de 2017).

A amizade com Pétala Negra e Dama da Noite fez com que Flor de Monique se sentisse apoiada para assumir sua identidade de gênero a família. Estávamos gravando a entrevista de história de vida de Monique numa tarde chuvosa de outubro, em uma área isolada no fundo da casa onde ficam as aves de Margarida e, nesse momento, seu galo de estimação cantou. Ela cria muitas galinhas e justifica: “é para os momentos de crise porque todo dia tem ovo (...) se não tiver dinheiro tem galinha pras bichas comerem”. (Relato informal, casa, 20 de outubro de 2017).

Apesar da competição existente seja pela beleza ou por clientes, elas se organizam na casa e no ponto de forma cooperativa. Presenciei inúmeras situações no campo, em que se ajudavam mutuamente com conselhos, dinheiro, etc.

### **3.4 “A escola foi legal até eu me vestir de menina” - adolescência na espacialidade cidade e escola**

Margarida relatou sobre sua vivência na escola.

As meninas me adoravam porque eu desenhava eu era uma ‘gayzinha’<sup>48</sup> popular todo mundo gostava de ficar perto de mim principalmente as meninas, aí uma vez a menina falou assim: ‘O [nome civil suprimido] é o aluno mais inteligente da sala’ aí minha melhor amiga disse: ‘é não, mas é o melhor da gente ficar perto!’. Porque eu não era ousado com as meninas, então, elas gostavam... os meninos quando me viam com as meninas me chamavam de mulherzinha tinha uns que brincavam (...) teve umas briguinhas, eu já briguei com meninos na escola, teve um que me arreventou e eu reagi dei um tapão no ouvido dele, deu uma briga esse dia na sala, não tinha como esconder eu já pulava, eu ficava pulando [ela está se referindo aos trejeitos femininos que sua corporalidade possui] então, isso incomodava! Da oitava para o primeiro ano do ensino médio foi quando eu fui mais discriminada [fase da adolescência] mas, na minha infância não, eles falavam muitas coisas, mas, eram coisas de criança”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 25 de novembro de 2017, grifo meu).

De acordo com Louro (2010, p. 64), a escola possui mecanismos “sutis” de fabricação dos sujeitos. Existem “regras, manuais e teorias que imprime a marca distintiva entre meninos, meninas, professores e alunos”, tornando as relações neste âmbito extremamente hierárquicas.

A separação entre os gêneros nas brincadeiras e trabalhos escolares é naturalizada pela concepção de que existe lugar, coisas, atitudes e demais comportamentos que são de homem e outros que são de mulher (LOURO, 2010, p. 58).

Os corpos desviantes dessa norma heterossexual, bem como negros, obesos, pessoas que usam próteses e/ou que tem mobilidade reduzida, dentre outros são alvos de bullying frequentemente na escola (LOURO, 2010).

Louro (2010, p. 64) afirma que “(...) currículos, normas de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são seguramente *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, classe, etnia- (...) são seus produtores”.

Como afirma essa autora, é a linguagem que precisa ser (re)configurada para que a desigualdade (de gênero) diminua porque ela institui e demarca “(...) os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos”. (LOURO, 2010, p. 64). Ainda segundo a autora, a escola opera como um dispositivo que mantém a reprodução e reforço das desigualdades sociais de todas as ordens. (LOURO, 2010, p. 82).

Ghailm menciona a produção da alteridade a partir de “(...) elementos culturais misóginos, machistas e homofóbicos na escola (...) Em pesquisa com jovens estudantes masculinos o ‘outro’ são as mulheres e os gays; e que ao mesmo tempo, eles deveriam expulsar de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade”. (GHAILLM apud LOURO, 1966, p. 82).

---

<sup>48</sup> As trans- travestis da pesquisa costumam posicionar os pronomes de tratamento e adjetivos, na maioria das vezes, no feminino. Mesmo com os homens é algo automatizado no discurso delas.



Flor de Monique relatou sua experiência na escola evidenciando que não há espaço para travestis em um ambiente educacional que reproduz a lógica heteronormativa, machista e misógina.

A escola foi legal até eu me vestir de menina (...) de 12 para 13 anos veio sim realmente o preconceito porque eu era já era grandinha... aí todo mundo via, todo mundo vê a minha feminilidade, eu andando, eu falando, pegando as coisas, etc. [risos]... Então, os ‘bofes’ não aceitaram (...) jogavam piadas, falavam coisas quase na cara e as bichas não podiam fazer nada isso é uó! O preconceito maior foi do povo masculino. (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 20 de outubro de 2017).

A narrativa de Flor de Monique coaduna com a afirmação de Louro (2010, p. 68) sobre a invisibilidade e negação das pessoas LGBTI’s nos espaços escolares que

(...) acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos [culminando em evasão escolar].

De acordo com a Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, nosso país concentra 82% da evasão escolar de travestis, transexuais e transgêneros. As experiências de exclusão e violências causadas pela falta de implementação de políticas públicas educacionais, bem como a omissão do corpo gestor e de docentes para com essas práticas, são as principais causas dessa evasão. Monique explica porque evadiu tão cedo da escola.

Eu desisti [da escola] por causa disso porque eu não suportava entrar numa sala de aula e todo mundo olhar para mim... você acredita que quando eu entrava todo mundo ficava olhando? Não só olhavam eles se cutucavam e falavam: ‘Olha aí a tua!’ Eu já tipo trans estava me transformando, eu já tomava hormônios. Aí logo conheci as meninas porque foi tudo junto com elas entendeu? Quando eu as conheci nós estudamos quatro anos juntas na mesma sala eu a Dama e a Pétala (...) Com 16 anos, a gente já se ‘montava’ usava um gloss na boca, já tava assim mais ou menos menina (...) quando eu virei ‘trava’ nós fomos ainda umas duas ou três vezes para escola eu acho! Mas, eu não ia de vestido, eu ia de calça com cabelo arrumadinho toda maquiada, aí todo mundo olhava, as meninas era de boa, porque lá é pertinho da nossa casa, então, todo mundo me conhece. A Dama me chamou para sair da escola e Pétala disse: não, vamos continuar! Eu só sei que nós passamos de ano e, no ano seguinte na primeira semana que fomos nós desistimos. Entramos dentro da escola e os ‘pila’ da cidade estava tudo na nossa sala, na escola pública a realidade é essa, todo mundo é igual, lá fora não, a gente sabe quem é quem! Era muita xoxação<sup>49</sup>! Quem mais sofreu xoxação foi a Pétala e a Dama, só que eu ajudava muito elas a gente se ajudava muito nesses tempos da escola. (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 20 de outubro de 2017).

A Flor de Monique narrou que o preconceito vivenciado por elas não decorria somente da identidade de gênero, mas também da raça, da cor da pele.

<sup>49</sup> Xoxação significa fazer caçoada, implicar, zombar, fazer chacota, etc.

A Pétala sofria...nossa! o povo a chamava de Vera Verão, Mussum era todo tipo de nome. Ela só vivia saindo da sala de aula chorando... a Dama sofria porque era grandona ela aprontava demais na sala de aula os bofes empurravam ela da escada no recreio era uma penca de bofe esperando fora da sala... (...) era uma coisa incontrolável todas na mesma semana saíram da escola isso foi por causa do preconceito (...). (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 25 de outubro de 2017).

A raça é o conceito chave de análise da colonialidade do poder pois “(...) é o instrumento mais eficaz, duradouro e universal de dominação social (...)”. (LUGONES, 2014). Nos estudos decoloniais, o gênero é produtor de diferenças assimétricas de poder conferindo aos sujeitos racializados/subalternos os estigmas, historicamente construídos, pela “lógica binária do sexo”. Assim, raça e gênero são “ficções interdependentes”. (LUGONES, 2014).

A globalização capitalista moderna é fruto da exploração de povos e territórios, principalmente da África e América. O conceito de colonialidade pressupõe que houve a dominação europeia desses povos baseado na ideia de raça, para marcar a diferença e a suposta inferioridade de seus fenótipos e culturas.

Para controlar suas colônias, os países europeus criaram o que Mignolo (2008, p. 8) chamou de “instância enunciativa” composta por atores sociais, instituições e uma série de pressupostos conceituais e ideológicos que garantiram a dominação desses territórios e povos.

Esse controle opera em dois níveis: o político e o econômico, ancorado no patriarcado e no racismo, justificando a dominação. O autor afirma que

para regular es necesario una instancia enunciativa (...) en siglo XVI en ele proceso de gestión en el control de las Índias Occidentales, la instancia enunciativa estuvo anclada en los principios rectores: el patriarcado y em racismo. o control de lá economia; control de la autoridade; control del género y de la sexualidade; o control del conocimiento y de la subjetividad, (...) el patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferências sexuales y lo hace en relación a la autoridad e a economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes puede y devem saber. (...) el racismo regula las clasificaciones de comunidades humanas em base a la sangrenta y al color de la piel. (Mignolo, 2008, p. 8-9).

Pétala Negra sofria duplamente a opressão no ambiente escolar, pela homofobia/transfobia e pelo racismo. Essa vivência de exclusão e estigma na escola contribuiu para que as trans- travestis adentrassem no mercado da prostituição e no subemprego.

Perguntei a Flor de Monique o significado de sair da escola tão nova, ela narrou

Nada! Só foi ruim porque a mãe da gente fala que estudo é para sempre que isso ninguém vai tirar. Ah! Eu não sei te dizer! Eu não consigo, eu não penso em voltar a estudar, não penso! Porque os bofes vem ‘tirar’ a gente dentro da sala de aula (...) então, é muita ‘tiração’ (...) não aguento isso não! Prefiro ficar assim mesmo, ser travesti, ralar e ganhar a vida, voltar o estudo para quê? (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 25 de outubro de 2017).

Neste relato de Monique fica nítido que sua desistência da escola está intrinsecamente ligada a homo/transfobia, e, no caso de Pétala Negra, com o racismo que passaram ao tentar vivenciar sua identidade de gênero na escola. Para elas, as marcas da exclusão foram tão

profundas que nem sequer cogitam a possibilidade de voltar a estudar, afirmando que ser travesti e estudante é algo muito difícil emocionalmente.

Logo após esse forte relato, Monique afirmou que, em sua concepção, este modelo de escola “não foi feito para LGBTI’s” e segue desabafando

se existisse escola para nós, se o governo fizesse, se existisse, se quisessem que o povo não tivesse preconceito e fizessem todas as travestis, os homens trans, lésbicas e os gays voltarem a estudar seria muito mais legal se tivesse uma escola para nós... O povo fala, mas tem que ser com os outros juntos enfrentando o preconceito. Eu acho negativo já estamos em 2017 de lá para cá são muitos e muitos anos o povo morrendo e matando tentando enfrentar o preconceito que está do mesmo jeito... (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 25 de outubro de 2017).

No Tocantins ainda não existe iniciativa análoga a essa que promova a (re)inserção da população trans- travesti na educação básica, com vistas a acessarem o nível superior. Entretanto, existem algumas políticas públicas por meio de resoluções como a nº 32, de 26 de fevereiro de 2010, que versa sobre “Inclusão de nome social de travestis e transexuais em registros escolares nas unidades de ensino de educação básica do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Tocantins” e a Resolução do Consuni nº 25-2015 que regulamentou a utilização do nome social na Universidade Federal do Tocantins.

Já para Dama da Noite, a adolescência foi a fase em que se consolidou o processo de identificação com o feminino. Porém, ela rememorou que foi na infância que ocorreu a identificação com esse “universo”.

Eu fiquei uma temporada em que só andava com menino/macho, eu lembro que com 13/14 anos eu comecei a conhecer os gays, aí comecei a fazer amizade, depois desse tempo minha amizade era só com gay, comecei a me sentir diferente de novo entendeu? E foi assim que eu comecei, eu sempre quis ser trans, ser travesti! Eu usava muita roupa da minha mãe, ela saía eu pegava a saía dela e minhas irmãs ficavam loucas que eu pegava as bonecas delas quebrava, desde criança, desde pequenininha, não tem esse negócio que depois de grande virou gay ou depois de grande virou travesti é uma coisa que é desde pequeno, que vem de berço, a gente já nasce sentindo prazer pelas coisas femininas entendeu? E aí você se sente uma menina... (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

Esta afirmação de Dama da Noite que “se nasce sentindo prazer pelas coisas femininas” é consensual no grupo. Todas afirmaram não recordarem exatamente quando se identificaram com a feminilidade. Porém, todas admitem que “imitavam” a mãe, a irmã, a prima, etc., isto é, foram compondo sua identidade a partir dos referenciais femininos com os quais conviviam.

Nesta direção, a teoria de gênero sustentada por Butler (2003, p. 59) coaduna com o que elas narraram sobre suas vivências, que “o gênero é a estilização repetida do corpo” assim ele é sempre (re)inventado e (re)construído a partir de referenciais.

Dama da Noite, Flor de Monique e Pétala Negra estudaram juntas na mesma escola, porém, somente Dama começou o ensino médio. Ela relata as situações de preconceito e exclusão que passou por ter assumido sua identidade de gênero no âmbito escolar.

Eu ia para a escola maquiada! Nós colocávamos lápis de olho na cara e íamos para a escola e lá a gente sofria muito preconceito, os outros alunos chamavam: Olha o gay! Olha a Mariquinha! Olha lá o viado! Olha lá o viado passando! Elas ficavam loucas! Eu fui até o ensino médio, do primeiro para o segundo e parei, não quis mais saber de estudar”. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

Dama relata que o desejo de acessar suas modificações corporais era primordial a ponto de focar todos seus esforços em consegui-las. Foi quando conheceu o mercado da prostituição.

Esse processo da desistência [da escola] não tem a ver com preconceito é porque eu não tava me sentindo bem, o que eu queria o que passava pela minha cabeça era viajar para fora, era o silicone, mega hair, essas coisas que eu sempre ia lá na internet e via a história de travestis que viajavam que saíram da casa das mães, que saíram do interior que iam para cidade grande que se faziam e que voltavam todas “feitas”, de próteses silicone e bem hormonizadas... eu assistia aqueles vídeos, ficava ‘louca’ e dizia: vou embora! É tão tanto que a primeira vez que eu fui embora foi na intenção de colocar silicone, passei um ano fora fui para casa da minha irmã e não deu certo (...) aí voltei para Jacundá quando voltei me matriculei, mas, não quis estudar de novo. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

Na experiência de Dama da Noite, a internet possibilitou o acesso a outras experiências semelhantes à sua, no que tange ao desejo de trans- formar-se e às dificuldades de acesso às tecnologias de gênero necessárias, principalmente por residirem em cidades interioranas onde, a cultura patriarcal, sexista e misógina, expurga todos os tipos de expressões de gênero desviantes da norma heterossexual.

A estadia de Dama da Noite na casa de sua irmã não foi longa e por falta de educação formal, ela foi trabalhar em atividades informais ligadas ao ramo da estética, que, para elas é um fecundo horizonte de trabalho.

Eu não quis estudar de novo, aí fui fazer um curso de cabelo eu fiquei no salão estagiando entendeu? Fiquei lá uns quatro, cinco meses com ela [irmã] aí não deu certo eu tranquei o curso porque eu sabia que não era aquilo que eu queria eu não estava me sentindo bem (...). (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de novembro de 2017).

A diáspora, nas experiências das trans- travestis possibilitou a saída do contexto de opressão para, a partir de seus trabalhos, realizarem seus objetivos, principalmente a melhoria financeira para conseguirem fazer o corpo. Mas, não só isso. Presenciei no campo, elas enviando quantias monetárias para seus parentes, principalmente para suas mães. Outrora, elas representavam um “peso”, uma vergonha, mas após adentrarem no mercado da prostituição se tornam uma das principais fontes de renda familiar. Como explicitado nestas narrativas

todos eles me pedem ajuda até o que é casado (...) oh querido! Você acha que eles iam querer eu desse jeito aqui na casa deles? Iam falar: ah viado véi! acho que a única que aceitaria seria minha mãe. Porque você acha que sou revoltada do jeito que sou! Qualquer transexual que mora com a família se não tiver condição é humilhada, é chicoteada pela família. (Entrevista oral, Margarida, casa, 10 de outubro de 2017).

você acha que tô aqui por que? Já fui tão humilhada por não ter nada dentro da minha casa”. (Entrevista oral, Margarida, casa, 28 de agosto de 2017).

Assim, foi explicitado nas experiências destas três trans- travestis que a distância das relações familiares e a participação financeira ocasionada pela diáspora ajudou a reverter os processos de intolerância e discriminação intra- familiar.

A interseccionalidade entre a identidade de gênero, a classe e a raça, posiciona as trans- travestis desta pesquisa em maior situação de vulnerabilidade, se comparado a outros segmentos da sigla LGBTI. Carrara e Vianna (2006, p. 235), em estudo sobre violência transfóbica apontando o perfil sociológico, afirmaram que as travestis são em maioria

negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos estratos mais pobres da sociedade brasileira, enquanto entre os gays, ou seja, homossexuais que não exibem tão claramente as marcas de sua “diferença”, predominam indivíduos classificados como brancos, com alta escolaridade e oriundos das camadas médias urbanas.

Presenciei no trabalho de campo, as trans- travestis economizando dinheiro para mandarem às suas famílias numa prática de economia doméstica que elas denominaram de “mocós”. O “mocó” era basicamente um saco plástico em que guardavam (escondiam) essas quantias. De todas as integrantes, apenas Margarida possuía conta bancária.

## CAPÍTULO 4: “É UM LUXO SER TRAVESTI” – CORPO, GÊNERO E DIÁSPORA NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO

Quero iniciar este capítulo posicionando o/a leitor/a acerca do título da dissertação ora delineada, “Corpo feito no olho”. Este se refere às técnicas de fabricação dos corpos em que as “bombadeiras” – geralmente mulheres cisgênero ou travestis – utilizam para a aplicação do silicone industrial.

A trajetória das trans- travestis até o estágio da “bombaço” é longa e árdua. O “fazer-se” travesti, inclui a diáspora e a prostituição, bem como, a construção da feminilidade e dos sentidos culturais de seus corpos.

No livro *Abjeção e desejo*, Pelúcio (2004, p. 22) define o papel das “bombadeiras” e das “cafetinas” no que chamou de “cultura sexual”. Portanto,

a “bombadeira” é uma personagem central na vida das travestis. Ela detém o conhecimento do corpo, as técnicas para aplicar o silicone líquido e os cuidados necessários para se evitar efeitos colaterais. A “bombadeira” e a cafetina, figuras que por vezes confundem-se na mesma pessoa, ocupam uma ascendência na estrutura das relações internas às vivências travestis. Ela é a mãe, a que cuida, protege, castiga. A família construída, deslocada de referências biológicas, tem suas regras.

Estas sujeitas utilizam técnicas rudimentares para introjeção do silicone nos músculos. Geralmente, começam pela aplicação nas nádegas, em que utilizam a metáfora “deitar para acordar belíssima”, simbolizando a “dor da beleza”.

O autor Don Kulick (2008, p. 86) afirmou que a fabricação dos corpos das travestis brasileiras possui um padrão, “(...) um produto milagroso, ou ‘revolucionário’, como algumas dizem – pelo fato de proporcionar a aquisição de atributos sociais femininos que as tornam, em muitos casos, conforme elas mesmas dizem, mais bonitas que muitas mulheres”.

Kulick (2008, p. 90) afirma que as travestis brasileiras reforçam, em suas corporalidades, os estereótipos de beleza feminina edificado na cultura “(...) a atração erótica no Brasil está focalizada na bunda, as travestis se preocupam primeiramente com isso, e só injetam silicone nos seios mais tarde”.

Corroborando com Pereira (2017), a fabricação dos corpos das travestis no contexto de prostituição pode ser interpretada como uma agência que ocorre na fronteira entre discurso e prática médica, assumindo um caráter simbólico performático pautado na “capacidade artística” que a bombadeira possui para desenhá-lo, conforme os estereótipos de beleza considerados adequados.

Para o autor supracitado,

quem se envereda nos tortuosos caminhos do tema “corpo”, depara-se inevitavelmente com múltiplas definições: situacionalidade carnal para modos de vida; lugar de tensões realizadas abaixo e além da pele; entidade tecnoviva multiconectada; multiplicidade de técnicas de poder e de representação; estranha ficção política. E, ainda, carne viva e lugar de subjetivação, objeto e sujeito; órgãos geridos por regimes biopolíticos; hierarquia e disposição em termos de raça, diferença de sexo e gênero; lócus de dominação, de técnicas corporais e de processos de internalização de normas; potência que torna possível a incorporação de gêneros; o corpo – trazido à existência, que age, performa e é performado nos processos de invenção dos corpos de travestis. (PEREIRA, 2017, p. 138).

Nas narrativas sobre a “bombaço”, traduzidas metaforicamente pelo grupo como a “dor da beleza”, a dor significa uma espécie de crivo para efetivação da identidade travesti, que geralmente é efetivada a partir da “hiperbolização de seus corpos” através das tecnologias de gênero como: vestimentas, adornos, próteses, silicone industrial, perucas, mega-hair, maquilagem, etc. (PELÚCIO, 2009, p. 21).

Butler (2003, p. 209) afirma que o gênero é performativo e que a agência do/a sujeito/a é regulada por regras

(...) as quais governam a invocação inteligível da identidade (...) o sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas, antes um processo regulado de repetição que tanto oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes.

Margarida e Flor de Monique narraram, no trabalho de campo

“É tudo feito através do olho e dos sentidos, a “bombadeira” fura nos locais específicos que a travesti quer aumentar, daí coloca o silicone e vai modelando com as mãos, pra fechar os furos usa cola super bonder® (...) o silicone quando entra forma bolsas que vão preenchendo o músculo (...) se a bicha for bem de saúde quando corta a pele o silicone parece gordura de porco, bem branquinho separada da pele, mas, quando a bicha é ruim de saúde ele fica ‘pretinho’ e dá rejeição.” (Entrevista oral, casa, 16 de outubro de 2017).

Pereira (2017, p. 145-146) afirma que “(...) há uma relação entre essa subjetividade e a própria ‘bombaço’: um artifício criado entre a precariedade e o desejo, como se nota no documentário Bombadeira<sup>50</sup> (...)”. A dor atua com o desejo e conforma o corpo, estando relacionada à possibilidade de reinventá-lo. (PEREIRA, 2017, p. 147).

As técnicas rudimentares incluem a utilização de agulhas de uso veterinário e o uso de anestesia local possibilitando a introjeção na pele. Nestes procedimentos, não há utilização de qualquer máquina de raio -x ou ultrassom que permita a visualização da alocação do silicone industrial no músculo. Por isso elas narraram metaforicamente que “silicone é sorte”, pois, ao introjetar o produto, não há garantia de manutenção da integridade de vasos sanguíneos e nervos, por exemplo.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D1bAppRiK9E>> Acesso em: 28 jun. 2018.

No preparo da introjeção, elas relataram terem utilizado barreiras de contenção improvisadas, como calcinhas fio dental para auxiliar no desenho das nádegas e glúteos, e “ligas de baladeira” hiper- apertadas para que o silicone não percorresse pelo corpo, o que poderia atingir órgãos vitais e levar a pessoa à morte.

Em seu estudo com travestis paulistanas, Pereira (2017) afirmou que elas conhecem os efeitos colaterais que o silicone industrial causa ao corpo humano.

Há, como já mencionado, relatos recorrentes de escoamento de silicone para membros inferiores, especialmente para pernas e pés. O processo faz surgir problemas circulatórios como varizes, trombozes, hipertensão, diabetes. As complicações após as injeções de silicone líquido industrial vão desde alterações na coloração e consistência da pele (com a formação de nódulos e granulomas) até processos inflamatórios (com necrose e ulcerações, formação de abscessos e fístulas, retrações e deformidades cicatriciais). Esses problemas, corriqueiros em serviços de saúde, acabam sem terapêutica adequada, uma vez que geralmente os profissionais não os relacionam ao uso de silicone (2017, p. 144).

Os problemas de saúde decorrentes do uso de silicone industrial foram detectados no trabalho de campo principalmente nos relatos da trans- travesti Margarida, que afirmou sentir uma dor crônica nas pernas, acompanhada de câimbras e bastante desconforto. Como evidencia este relato

sinto minhas pernas pesadas, parece que puxa o nervo, claro que são os efeitos do silicone! Tenho 14 litros no corpo, eu era magrinha, magrinha! Esse corpão que você ver foi feito no silicone, meu amor! Imagina aí o peso que carrego... (Relato informal, Margarida, casa, 4 de junho de 2017).

Margarida relatou os problemas de saúde imediatos advindos da introjeção de silicone

as feridas contraídas pela calcinha na minha bombação cabiam um dedo, eu fiquei 15 dias deitada para o silicone não subir [para os órgãos vitais]. (Entrevista oral, Margarida, casa, 18 de outubro de 2017).

Margarida, que é uma trans- travesti totalmente “feita” com silicone industrial, relatou a causa da disseminação desse procedimento entre elas

Olha, elas não se contentam só com os hormônios porque não veem inchar elas querem inchar, bombar, chamar atenção. (Entrevista oral, Margarida, 18 de outubro de 2017).

As indicações das mudanças corporais são feitas no interior do grupo pela via da oralidade. Presenciei, no campo, as trans- travestis comparando seus corpos, uma indicando à outra o que fazer, o quanto de silicone colocar, tudo pela dedução, pelo olhar, através das experiências que vivem.

De acordo com Pelúcio (2009, p. 21), “(...) o perigo de morte que elas correm é pela falta de condições de adquirirem as próteses atualmente comercializadas e que têm preços elevados. Entre o risco e não ter um corpo travesti, corre-se o risco”.



Elas se apropriam de alguns conhecimentos médicos e os (re)significam de forma leiga para lhes possibilitar suas mudanças corporais. Assim, burlam a legalidade do Estado e decretam sua autonomia enquanto sujeitos histórico-sociais conscientes dos riscos que estão expostas mediante o uso de silicone industrial que chamam de “óleo de avião”<sup>51</sup>.

A escolha pela técnica do silicone industrial em detrimento do uso exclusivo de hormônios se dá pelo efeito volumétrico que proporciona. Esse efeito instantâneo agrega valor ao trabalho da trans- travesti no contexto de prostituição. No limite, essas pessoas buscam construir uma feminilidade pautada nos padrões de beleza sancionados socialmente pela cultura brasileira, conforme demonstra a foto abaixo.

---

<sup>51</sup> Ver estudo clínico sobre os riscos da introjeção de silicone industrial por seres humanos. Disponível em: <[http://www.fcmsantacasasp.edu.br/images/Arquivos\\_medicos/2007/52\\_1/vlm52n1\\_3.pdf](http://www.fcmsantacasasp.edu.br/images/Arquivos_medicos/2007/52_1/vlm52n1_3.pdf).> Acesso em: 06 mar. 2018.

**Foto 4-** “Corpo feito” da trans- travesti Pétala Negra



Fonte: Pétala Negra, autorretrato, enviado via WhatsApp®, 20 de fevereiro de 2018.

Seus corpos possuem dimensões aumentadas por causa do silicone industrial. Esse efeito é justamente o que Flor de Monique chamou de “corpo feito no olho para o olhar”.

Essas categorias nativas utilizadas pelo grupo foram de fundamental importância para a produção desta dissertação. Os usos que fazem no cotidiano, demonstram a sofisticada capacidade de significação que estas sujeitas possuem sobre suas vivências.

O que fizemos no trabalho de campo, através do método de etnografia colaborativa, foi articular os nossos saberes (os meus e os delas), produzindo categorias que abarcassem semanticamente a complexidade da problemática da fabricação do corpo em contexto de prostituição. Esses saberes produzidos na fronteira do discurso hegemônico sobre corpo, gênero e sexualidade, evidenciam que esta dissertação possui cunho transdisciplinar.

A construção hiperbolizada dos corpos trans-travestis, pautada nos estereótipos femininos, torna-os notáveis para o olhar, hegemonicamente para o olhar masculino.

Neste viés, Butler (2003, p. 211) afirma que

(...) como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródia de si mesmo, a autocríticas e aquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantástico (...) pois o fato de uma identidade ser um efeito significa que ela não é nem inevitavelmente determinada nem totalmente artificial e arbitrária (...).

Interpreto essa construção sob a ótica de que a dominação masculina produz a abjeção dos corpos que não se encaixam no padrão social estabelecido por ela, (re)modelando e criando, novas corporalidades, de acordo com os estereótipos que ela mesmo cria, para olhá-los, admirá-los, escolhê-los, usá-los e descartá-los. “(...) as diferenças corporais são construídas de acordo com a visão androcêntrica (...)”. (BOURDIEU, 2002, p. 16).

A compreensão de Bourdieu (2002, p. 9) revela que as relações sociais são intercambiadas pelos gêneros, simbólica e materialmente, nas quais a dominação masculina possui caráter de “representação consciente” (ideologia e discursos), isto é, “(...) a dominação masculina dispensa justificáveis e se pretende neutra”.

Para Bourdieu (2002), a diferença biológica entre os sexos, está edificada na anatomia sexual em que a dominação masculina criou discursos, posicionando o falo (pênis) na economia simbólica como dotado de potência, virilidade (*virtus*) e ocupante da esfera pública. Enquanto a vagina foi historicamente representada como “falo invertido”, parte corporal do corpo feminino interdita. O autor afirma que “(...) a vagina deve, sem dúvida, seu caráter funesto, maléfico, ao fato de que não só é vista como vazia [pois não infla, endurece como o pênis demonstrando poder], mas, também como o inverso, o negativo do falo (...)”. (BOURDIEU, 2002, p. 13).

Em suas trajetórias, estas sujeitas são assediadas, admiradas e odiadas, por negarem o privilégio da masculinidade, embora a presença do falo as coloque, dentro da economia simbólica, em uma posição de pseudo igualdade com os homens cisgênero.

A trans- travesti Flor de Monique narrou, no trabalho de campo, que

não é tanto o rosto, já vi travesti feia que só o diabo ganhar milhões na pista! É o corpo que eles procuram. Eles vê uma mulher feminina do pauzão e gostam disso! Eles vê a gente mulher, mas sabem que também somos homens. (Diário de Campo, ponto, 18 de agosto de 2017).

Existe, neste relato, uma clara divisão corporal entre a significação da frente do corpo, que Bourdieu chamou de “lugar da diferença sexual” e das costas “(...) sexualmente indiferenciadas e potencialmente femininas, ou seja, algo passivo, submisso (...)”. (2002, p. 13).

Compreendo que isto possa explicar o porquê de as trans-travestis começarem a construir seus corpos pelas nádegas e glúteos, seguindo da fabricação dos seios com silicone industrial ou próteses. Desde suas infâncias, suas corporalidades e trejeitos foram taxadas pela economia simbólica masculina como desviantes. Assim, passaram pelo que Bourdieu (2002, p. 19) chamou de “(...) trabalho psicossomático que, aplicado aos meninos, visa virilizá-los, despojando-os de tudo aquilo que poderia neles restar de feminino (...)”.

Contudo, como seus processos de identificação ocorreram pela via da feminilidade, elas sofrem diretamente os resquícios das violências (simbólicas, físicas e psicológicas) destinadas às mulheres cisgênero. Mas, elas também a reforçam, através da linguagem do “imaginário” que não é uma criação consciente “(...) dado que tende particularmente a esquecer que o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental [mas, sim] (...) uma estrutura duradouramente inscrita nas coisas e nos corpos (...)”. (BOURDIEU, 2002, p. 26-27).

Bourdieu explica que a psicanálise estabeleceu “(...) o vínculo entre falo e o *logos*: os usos públicos e ativos de parte alta, masculina do corpo, fazem frente a enfrentar, olhar nos olhos, a honra (...)”. (2002, p. 13; grifo do autor).

Haraway (1995, p. 36) afirma que

(...) o “Patriarcado Capitalista Branco” (como deveríamos nomear essa Coisa escandalosa?), que transforma tudo num recurso para ser apropriado, na qual um objeto de conhecimento é, no limite, ele mesmo apenas matéria para o poder seminal (...) A natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista. De modo análogo, o sexo é apenas a matéria do ato de gênero; a lógica da produção parece inescapável nas tradições dos binarismos ocidentais.

Ao mesmo tempo que a produção de seus corpos se traduz em autodeterminação e agência, também são resultado de uma lógica que combina a dominação masculina e o

capitalismo, atuando em conjunto, produzindo a abjeção (BUTLER, 2002), culminando em baixa expectativa de vida (35 anos em média).

Como afirmou Bourdieu

*(...) as estruturas de dominação (...) são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais homens, com suas armas com a violência física e simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado". (2002, p. 23; grifo do autor).*

Nas experiências estudadas, a agência que move os processos da trans-formação está ligada a busca pelo sentir-se bem, pela identidade, mas também para agregar valor ao corpo que, como uma mercadoria passa a ser supervalorizado no contexto de prostituição.

Flor de Monique relatou que seus ganhos monetários melhoraram consideravelmente após a “bombaço”.

*Estou me sentindo ótima, melhorou muito, lógico que eu não chego a escolher clientes, mas dispensar, dispenso! Domingo mesmo fiz 4 programas ligeirinho e nenhum foi “varejo” tudinho foi de 50 para cima até de R\$ 80 eu fiz (...) subiu o preço se jogar 70 os homens pagam tem uns que dá R\$ 100 (...). (Entrevista oral, Flor de Monique, 15 de setembro de 2017).*

No trabalho de campo, pude acompanhar o processo de trans-formação dos corpos destas sujeitas através da “bombaço” de glúteos, nádegas e rosto; de implantes de próteses de silicone nos seios; implantes de cabelos e da hormonização sem acompanhamento médico. A exceção foi Margarida, que já era uma trans- travesti “feita”, mas, que relatou desejar colocar próteses de silicone nos seios em breve e que pretende realizar cirurgia de transgenitalização quando estiver mais velha.

Como afirma Pelúcio (2009, p. 19), os corpos das travestis são “(...) artefatos inacabados, projetos inclusos que estão em processo contínuo de construção. Para as travestis, o processo de fazer-se em corpos femininos implica uma disciplina que lhes consome horas de cuidado”.

A jornada de trabalho das trans- travestis desta pesquisa ocorre em período integral, pois, não raro, elas encontram oportunidades de programas em situações corriqueiras como ao ir à padaria, ao centro da cidade etc. Todas elas relataram melhoras nos ganhos monetários após a “bombaço”.

#### **4.1 A diáspora e a prostituição como possibilidades de resistir e existir**

O conceito de diáspora edificado por Hall (2003) diz respeito aos processos de migração, isto é, da saída de povos dos seus lugares de origem, por problemas econômicos,

políticos, sociais etc. Isto reflete no modo como serão conduzidas as relações sociais no novo território que ocuparam, pois todos carregam consigo suas culturas regionais, seus costumes, religiosidades etc. “(...) na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas (...)”. (HALL, 2003, p. 29).

Para o autor supracitado, o termo diáspora se derivou da

(...) história moderna do povo Judeu, cujo destino no Holocausto- um dos episódios histórico mundiais, comparáveis em barbárie com a escravidão moderna (...) [sendo assim] (...) uma questão conceitual e epistemológica (...) além de empírica (...) a pobreza, o subdesenvolvimento e a falta de oportunidades (...) podem forçar as pessoas a migrar, o que causa espalhamento- a dispersão”. (HALL, 2003, p. 28).

A maioria das trans- travestis desta pesquisa são oriundas de cidades interioranas do Maranhão, Pará e Tocantins, sendo que Araguaína-TO tornou-se uma possibilidade de acesso às modificações corporais pela fama que possui nesses interiores de “cidade bem” para as travestis de que trabalham na rua. Esse jargão foi mencionado por todas as travestis de Jacundá-PA, significando que o fluxo de programas na cidade é bastante relevante.

A primeira a chegar em Araguaína-TO, ao Castelo das Bonecas, foi a Lírios, de Itinga-MA. Depois chegou a Flor de Monique, que estava em São Geraldo do Araguaia-PA, através da indicação da travesti araguainense Violeta. Posteriormente, vieram Dama da Noite e Pétala Negra, por indicação de Monique, estas oriundas de Jacundá- PA.

Nesta direção, narrou Margarida

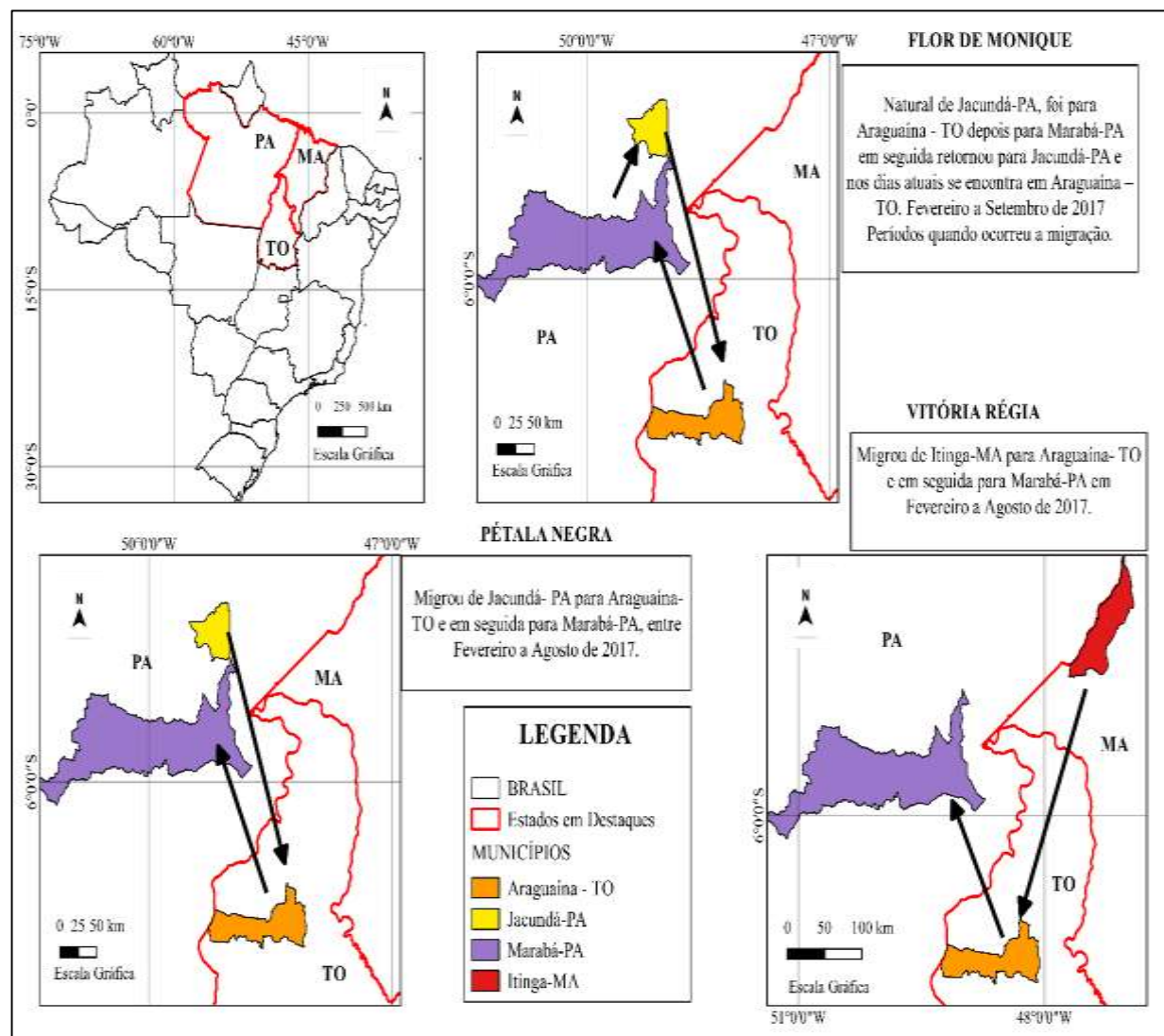
“Araguaína é a cidade mais rica do Tocantins, aqui rola muito dinheiro! A rua daqui solta bastante, com exceção dos meses de férias. Mas, mesmo assim é boa pra ganhar dinheiro”. (Entrevista oral, casa, 18 de outubro de 2017)

Nas narrativas das trans- travestis, a dimensão da espacialidade cidade de origem aparece ligada à questão do preconceito e discriminação, e pela impossibilidade de acessarem as tecnologias de modificação corporal.

A realização da diáspora ocorreu primeiro para as cidades polos regionais, como Araguaína-TO, Marabá-PA, Tucuruí-PA e Parauapebas-PA, em busca de aumentarem sua capacidade financeira para realizarem a primeira das modificações definitivas: a “bombaço”.

Abaixo, têm-se um mapa com as migrações que ocorreram entre fevereiro e setembro de 2017, demonstrando as trajetórias espaciais percorridas pelas trans- travestis.

**Mapa 4- Trajetórias das trans-travestis**



Fonte: SEPLAN-TO (2012); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69; Elaboração gráfica: FRANÇA, Andison (11/17).

As trans- travestis Pétala Negra, Dama da Noite e Flor de Monique, que vieram de Jacundá-PA, e Margarida, de Babaçulândia-TO, relataram que:

“Minha vida melhorou muito depois que saí de casa. A cidade é pequena, lá não tem emprego para tanta bicha (...) foi obrigado nós sairmos de lá para conseguir ajuda para poder ter conhecimento de como era trabalhar assim. Aí nós saímos eu vim aprender mesmo para cá!” (Entrevista oral, Flor de Monique, 25 de agosto de 2017).

“Lá trabalhamos normal, vida normal, mas lá nós fazia ponto também era sofrido...” (Entrevista oral, Pétala Negra, 26 de agosto de 2017).

“Às vezes à noite eu me vestia de mulher, eu já me montava<sup>52</sup>, mas isso era muito escondido porque a cidade que eu moro é muito preconceituosa. Quando eles vê um homem vestido de mulher eles ficam em pânico! Eles não têm muito costume com travesti ou trans (...)”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 06 de outubro de 2017)

“Na minha adolescência foi quando comecei a perceber realmente que estava tudo ao contrário e que eu tinha que sair dali [Babaçulândia] para eu ser o que eu sou hoje (...). Então, fui embora para Goiânia eu precisava sair daquela situação de espancamento (...) fui morar com minha tia só que ela descobriu que eu era gay e me expulsou de casa (...) fui expulso duas vezes (...), mas, depois voltei para Goiânia, dessa vez, para trabalhar em um restaurante e morar com um amigo”. (Entrevista oral, Margarida, 25 de outubro de 2017).

Foi na fase da adolescência que elas exteriorizaram suas identidades de gênero através de adornos, roupas, maquiagem etc., mas, também através do uso esporádico de hormônios femininos, o que dificultou suas permanências na escola e na família, isto é, em suas respectivas cidades natal.

O preconceito que, não raro, incorria em situações de violências (físicas, verbais e psicológicas), a pobreza e a consciência da diferença, fizeram com que essas trans- travestis saíssem de suas cidades de origem para buscarem a exteriorização de suas identidades de gênero, bem como a melhoria de suas sobrevivências.

A exemplo desta fala de Margarida,

Quando eu era pequenininho eu colocava lençol na cabeça imaginando meu cabelão! Eu precisava ser uma mulher ‘belíssima’! Com 14 anos eu já vestia roupa de mulher escondido (...) eu passava na avenida Goiás e comecei a conhecer as travestis que trabalhavam lá. Eu ia no ponto, fiz amizade com elas, eu admirava as travestis tinha umas mulheres lindas e eu ficava assim pensando: ‘elas não nasceram assim, mas é muito lindo eu vi um brilho nelas entendeu?’ Eu queria aquele brilho para mim! [risos]. Aí foi quando comecei a ter intimidade com as travestis e fui para casa de algumas, isso com 17 anos (...). (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 19 de novembro de 2017).

Nestas experiências, a identificação com a feminilidade ocorreu na infância, nos contextos da casa e da escola, mas a construção da “mulher belíssima” só pode se concretizar no contexto de prostituição. O grupo de trans- travestis é uma rede de relações coletivas que propicia a afirmação e a concretização de suas identidades.

<sup>52</sup> Refere-se ao estágio inicial da trans-formação do corpo, quando elas eventualmente utilizam adornos, roupas, maquiagem, etc., mas ainda não realizaram nenhuma intervenção cirúrgica e/ou hormonal no corpo.



Como afirma Benedetti (2005, p. 35), “a ambiguidade constitui o *ethos* da travesti (...) estes indivíduos estão vinculados a paisagem urbana do mundo contemporâneo, operando uma rede que opera e trabalha em torno dele”.

Em suas narrativas, o uso de hormônios femininos é listado como a primeira prática para a feminização do corpo e, geralmente, ocorre por indicação de travestis mais experientes, pela via da oralidade ou pela internet.

“Eu tomava hormônio escondido porque não queria que minha pele ficasse igual a de menino, queria a minha pele mais fina. Eu não pensava em ser totalmente uma mulher eu tinha aquela coisa de adolescente de saber como que é a vida dessas pessoas, ou seja, eu tinha curiosidade por que muita gente falava mal de travesti, que eu ia morrer (...) foi quando comecei a tomar meus hormônios, de 18 para 19 anos, vestido de menino, mas tomando hormônios escondido. Lembro que pedi pra minha tia tocar em meu peito e que tinha uma pedra (...) eu sabia que era os hormônios que estavam fazendo efeito. Eu me sentia muito feliz viajava em frente ao espelho e pensava: daqui uns dias eu tenho um peito! Meu Deus, como vou fazer?” (Entrevista oral, Margarida, 18 de outubro de 2017).

Dama da Noite também narra seu processo com a utilização dos hormônios:

“(...) descobri a possibilidade de me transformar em mulher através da história de vida das outras, que serve de espelho para a gente porque a gente vê elas começando a se hormonizar, colocar peito, aí vê o resultado se inspira! Eu sempre via elas na internet, mas eu tive ajuda de uma amiga minha que ela falava: vai mulher, vai tem jeito! você vai se hormonizar, você vai ficar bonita! (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de outubro de 2017).

O uso deliberado de hormônios femininos sintéticos, pode causar inúmeros problemas de saúde, principalmente “(...) eventos tromboembólicos, pois o sangue fica mais coagulável”. (BRASIL, 2015).

Durante o trabalho de campo, Dama da Noite encontrava-se no início de sua transformação, e relatou que utilizou anabolizantes para formar seios e que conseguiu adquiri-lo em uma academia, em Marabá-PA. Ela relatou:

eu apliquei um chamado ADE<sup>53</sup> e não tive bons resultados, pelo contrário, muitas vezes eu sinto uma dor por dentro picando, latejando. Eu tomo muito hormônio, tomo Perlutan®, tomei Diane 35®, mas eu gosto de tomar Perlutan® com Ciclo 21®. O ciclo 21® tomo desde os meus 15 anos. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de outubro de 2017).

Dama da Noite contou-me sobre os efeitos psicológicos causados pelo uso de hormônios femininos

“o nosso pensamento fica mais feminino a gente fica mais sentimental, ficamos com mente de mulher tem umas trans- travestis que qualquer coisinha tá chorando, se emociona facilmente, às vezes me emociono [risos]”. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de outubro de 2017).

<sup>53</sup> Esse produto é de uso veterinário exclusivo, sendo indicado para a engorda do gado ou no período de pós-parto de vacas. Disponível em: <<https://treinomestre.com.br/ade-efeitos-colaterais/>> Acesso em: 06 mar. 2018.

De acordo com o Ministério da Saúde (2015), a hormonioterapia adequada às mulheres transexuais e travestis

possui dois focos: bloquear a produção e a ação da testosterona e repor o hormônio feminino, que é o estrogênio. É preciso ter muito cuidado com o uso do estrogênio, para que seja o mais seguro e eficaz possível. Uma forma segura de uso desse hormônio é deixar de usar o anticoncepcional e passar a usar o mesmo estrogênio que é usado na reposição hormonal pós-menopausa. Também precisa existir opções de uso do estrogênio de forma não oral, como em gel ou de forma a ser absorvido pela pele, para casos em que o uso oral não é recomendado. Para homens transexuais, a reposição hormonal é relativamente mais simples. Não são todos os casos em que o estrogênio deve ser bloqueado. A testosterona no homem é produzida de forma contínua e não cíclica, e o intuito do tratamento é tentar imitar esse comportamento. Deve-se tentar evitar os picos de testosterona, que podem ser comuns no início do tratamento. (BRASIL, 2015, p. 95).

Tanto Dama da Noite como Margarida relataram que não tiveram “madrinhas”, isto é, que os conhecimentos para a utilização dos hormônios advieram da internet e de profissionais farmacêuticos que elas conheciam. Dama da Noite narrou:

“eu via na internet, mas, não era aquela coisa de todos os dias. Eu ia tomando porque na minha cabeça eu pensava: um dia me tornarei travesti! Eu tomava escondido da minha mãe, ficava tomando, ia na farmácia e tomava! Pedia para aplicar em mim no ‘truque’, passava um bom tempo sem tomar e voltava para tomar de novo e vi os processos de feminização no meu corpo. Eu era muito masculinizado, muito, muito mesmo! Tinha barba, não tinha nada feminino não! Quando a gente começa a se hormonizar a pele muda até o tom, a textura da pele, muda os sentimentos, eu acho que muda sim”. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de outubro de 2017).

A trans- travesti Lírios relatou sua experiência com os hormônios femininos, apontando, em sua narrativa, que há efeitos nesses medicamentos que nem sempre são benéficos à saúde, pois afetam seu trabalho por acometer a ereção, e, assim, o sexo ativo, que é o serviço mais requisitado pelos clientes. Entretanto, os hormônios ajudam a compor a externalização da identidade de gênero feminina.

“Tomei bastante injeção, remédio para evitar, Perlutan®, entendeu? No começo sempre foi uma coisa que me deixava com muito enjoo, cansada com sono. É aquela coisa mesmo de ‘Patrícia’, me sentindo bem menininha [risos]. O hormônio ajuda muito”. (Relato informal, casa, Lírio, 10 de março de 2017).

A hormonioterapia, oferecida no âmbito do SUS, é o procedimento médico que consiste em administrar hormônios sintéticos para feminizar ou masculinizar o corpo, modificando os caracteres sexuais secundários da pessoa transexual ou travesti. Esses procedimentos são resguardados por várias portarias<sup>54</sup> do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina que versam sobre o Processo Transexualizador no Brasil. A última delas é Política Nacional de

<sup>54</sup> Ver o estudo de Lima e Cruz (2016) com título: Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. Este artigo cita todas as legislações pertinentes ao Processo Transexualizador no Brasil.

Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011).

No relato feito no trabalho de campo por Flor de Monique, percebe-se a dimensão que o uso de hormônios ocupa na trajetória de construção das suas identidades de gênero.

“É através dos hormônios que as trans começam a andar para frente. Ela se hormoniza bastante para poder ter uma aparecer boa. Aí junta dinheiro para a prótese, põe silicone na bunda igual as minhas amigas aí têm, depois bota nos seios (as próteses), aí pronto! Já se sente praticamente uma mulher entendeu? Aí pronto! Muitas ficam sem a cirurgia, mas outras tira, faz a cirurgia [transgenitalização]”. (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 25 de outubro de 2017).

Ocorre que, na experiência das integrantes desta pesquisa, pela região em que moram, o acesso às suas especificidades de saúde no âmbito do SUS é inexistente, pois não há, nos municípios de origem, e tampouco em Araguaína-TO, a implantação efetiva dos serviços do Processo Transsexualizador (BARROS, 2016).

Em contrapartida, elas se apropriaram e (re)significaram técnicas que não são reconhecidas pela medicina para que, em seu próprio contexto, pudessem se “fazer”, muito por conta, do alto valor monetário dos procedimentos, que são considerados estéticos em consultórios médicos legalizados.

Outrossim, a legislação exige que haja laudos chancelados por uma equipe multidisciplinar (psicólogos, psiquiatras, dentre outros) para a realização de cirurgias e acompanhamento da hormonioterapia, tornando o acesso inviável na realidade social estudada do interior do norte do Brasil, na qual esses serviços especializados no âmbito do SUS são inexistentes.

O silicone proporciona a melhoria no comércio do corpo, tanto na pista quanto no site, mas também no cotidiano, conforme relatou Jasmim

“quando vou comprar pão, em todo lugar os homens param pra mim me chamando pra beber, pra sair, isso depois que aumentei o silicone do meu bumbum (...)”. (Entrevista oral, Jasmim, casa, 27 de outubro de 2017).

No trabalho de campo, Dama da Noite afirmou com veemência que

“a prostituição é um mercado, e quanto mais investimento em maquiagens e acessórios, mais você chama atenção do cliente (...) eles gostam de coisa boa, conforme ela vai se modificando vai aumentando o preço. Eles valorizam muito isso (...)”. (Entrevista oral, Dama da Noite, ponto, 20 de outubro de 2017).

Ela relatou que a prostituição ajuda a ter acesso às modificações corporais porque é uma maneira mais “fácil” de se conseguir os objetivos

“É na prostituição que eu vou conhecer diversas travestis, que eu vou aprender, que eu vou ter várias dicas de como agir com as outras travestis... é como se fosse uma escola: a travesti mais

antiga que ensina a gente é assim que funciona”. (Entrevista oral, Dama da Noite, casa, 20 de outubro de 2017).

De acordo com as integrantes desta pesquisa, para se tornar uma travesti, é preciso ter passado pela “dor da beleza”. É uma prerrogativa do grupo para ser considerada como tal. Em último grau, a perspectiva de toda travesti para consigo mesma é tornar-se belíssima, como afirmou Dama da Noite

“uma travesti sem silicone não é considerada uma travesti, nem pelas outras travestis”. (Entrevista oral, Dama da Noite, pista, 20 de outubro de 2017).

Existem parâmetros éticos estabelecidos pelo grupo para que sejam enquadradas nesta identidade. Ser “belíssima” é “ter brilho”, é suar/ralar na “batalha” para conseguir conquistar um cabelo (picumã) bonito, é poder andar bem vestida e maquiada. É tornar-se “feita” através do silicone, seja por próteses ou industrial injetado. É modificar-se através de cirurgias plásticas. É ultrapassar as barreiras psico-sócio-políticas para conquistar seus objetivos e serem felizes.

Donna Haraway, em seu livro *Antropologia Ciborgue* (2013, p. 26), afirma que “(...) com a tecnologia é possível construir nossa identidade, nossa sexualidade e até mesmo nosso gênero exatamente como quisermos. (...) ser ciborgue não tem a ver simplesmente com liberdade de se autoconstruir, tem a ver com redes”.

Os corpos “ciborgues” trans- travestis são um resultado da produção de discursos da área médica e das ciências psic’s (Psiquiatria, Psicologia, Psicanálise, Sexologia, etc.) e do desejo de pessoas que não se reconhecem no fenótipo advindo de sua biologia. Elas se apropriaram desses saberes, (re)significando-os, para produzirem seus “novos” corpos alterados e modificados, entretanto, mais condizentes com o que desejam ver e mostrar de si mesmas.

Estes corpos alterados que, no dizer de Haraway (2013), são ciborgues, burlam a ideia de continuidade, estabilidade e naturalidade que, supostamente, a cisgeneridade confere à autoimagem dos sujeitos.

Elas se tornam belíssimas em seu próprio contexto através do comércio de seus corpos e prazeres. Potencializam seus ganhos materiais, se constroem enquanto identidade e grupo, tudo a partir do desejo de se verem, de se reconhecerem enquanto femininas, enquanto humanas.

## 4.2 “Vivi minha vida de menino e hoje vivo minha vida de mulher” – Narrativas da trans-travesti Margarida, a “toda feita” do Castelo das Bonecas

A trajetória de uma trans- travesti até galgar o status de “feita” requer muito trabalho e foco. Margarida narrou sua história de vida referenciando todo o processo de sua feitura até chegar ao status de Mona-chefa.

Decidi disponibilizar sua narrativa na íntegra pela importância social, para que o/a leitor/a entenda como ocorre o processo de “bombaço”, os artefatos rudimentares utilizados e os riscos a que estas sujeitas estão expostas, bem como para que conheça os significados que as trans- travestis atribuem aos seus corpos, antes, durante e após este processo.

Com a palavra, Margarida:

“Quando falei para mim mesma, eu sou uma travesti, nossa pra mim foi tudo! No meu grupo de gays eu era a única que falava que queria ter o cabelo grande, que falava de travesti e todos eles falavam ‘não, só tenho coragem de me montar e fazer um showzinho’, mas, eu dizia ‘não! Eu tenho coragem eu quero e eu vou!’ Eu dizia ‘ainda vou ser assim’ e muitos tentavam colocar barreiras no meio, me falavam o que ia acontecer comigo. Não me abalou e fui com sede para conseguir ser daquele jeito, eu abracei a oportunidade, eu não queria saber, eu esqueci de todo mundo, eu lembrei só de mim! Pensei: ‘ninguém me impede!’ Daí fui trabalhar na rua em Goiânia. Eu me vestia de mulher à noite e de dia de menininho, trabalhei um mês e depois coloquei meu primeiro silicone, coloquei 4 litros, primeiro bombei meu bumbum. Quando bombei eu sabia que era um produto que poderia ter reações químicas dentro do meu corpo, mas, eu torcia para que tudo desse certo, e deu graças a Deus! Quando eu levantei que eu olhei no espelho e me vi de bunda e quadril, eu fiquei encantadíssima e pensei tenho que fazer mais! Tem muita coisa ainda para fazer! Aí eu trabalhei, depois fiz as pernas... aí bombei a bunda de novo, depois fiz os peitos”. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

Nos relatos obtidos no trabalho de campo, as trans- travestis narraram que, no início de suas trans- formações, o trabalho com prostituição era esporádico. À medida que foram acessando e aprofundando seus processos corporais, necessitaram cada vez mais se fixarem no contexto, tanto para conseguir seguir com as trans- formações, quanto pela exclusão do mercado de trabalho formal.

Margarida narrou sua trajetória de vida até chegar ao posto de Mona-chefa:

“Eu comecei na casa [de sua mona-chefa] como ‘puta’, fui a quarta travesti a entrar na casa dela, ela confiou em mim, ela percebeu que eu era diferente das outras. Eu cheguei na casa dela ainda como gay né! E ela me disse: ‘você vai ser a primeira travesti que eu irei fazer dos pés à cabeça!’ Quando eu ia para a rua, todas as travestis ficavam em rodinhas, eu ficava no escuro sozinha. Ela me mandou ir para o claro e levar o meu banquinho para sentar, ela passava a noite e me via sozinha. Então, ela viu em mim uma ‘bicha’ que queria alguma coisa para a vida. Com 3 meses eu estava com peito, com quatro meses eu coloquei outro cabelo que custou R\$ 4.700,00, muito lindo loiro/branco, aqui assim ela [mostra o meio das costas]. Eu pensei ‘agora vou ganhar dinheiro e descer na rua ‘belíssima’!’ Eu ganhei ‘milhões’ como puta”. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

Quando Margarida enuncia “(...) ela percebeu que eu era diferente das outras (...)”, demonstra que as relações das putas com as cafetinas são permeadas pelo poder. Nesse estudo, a figura tradicional da cafetina fora deslocada para a da Mona- chefe, como Margarida se auto intitula. De acordo com o artigo 230 do Código Penal Brasileiro, o rufianismo, popularmente conhecido como cafetinagem, consiste na atividade de exploração sexual e financeira de outros sujeitos. A mona-chefa desta pesquisa exerce as atividades de controle e gestão da territorialidade que as cafetinas dos grandes centros tradicionalmente executam.

A cafetina é uma denominação popular bastante utilizada entre as travestis que, no Direito Penal, é chamada de Lenocínio ou Rufianismo. Geralmente, as cafetinas são travestis mais velhas que possuem influência e controle dos territórios em cidades maiores como Goiânia-GO. Não raro, as “cafetinas precisam que a travesti desenvolva um trabalho sexual intensivo, já que, em geral fica com um percentual dos ganhos (...) é uma relação de interdependência, pois, a travesti precisa da indicação positiva que uma cafetina pode fazer a outra” (ORNAT, 2003, p. 218).

No trabalho de campo, as atividades que presenciei a Mona-chefa exercer tem a ver com a organização do grupo para autoproteção na territorialidade; organização do Castelo das Bonecas, inclusive estabelecendo rotinas de cuidado doméstico entre elas; articulação com monas-chefas de outras localidades para receberem as trans- travestis em suas casas em momentos de baixa no fluxo de clientes; além de deter o conhecimento sobre o acesso às modificações corporais em outras localidades.

A categoria puta diz respeito a trans- travesti que se prostitui no ponto, podendo residir na casa, mas que não ocupa nenhuma posição hierárquica na organização social travesti.

“Então, logo eu fiz plástica. Eu fui a primeira travesti dela que ela deixou toda feita do jeito que ela queria! Disso não posso reclamar que ela fez eu me sentir realizada muitíssimo rápido. Me tornei mona-chefa após um atentado contra minha cafetina lá em Goiânia. Uma outra travesti que era de sua confiança atirou nela, e saiu falando na rua: ‘agora é tudo meu!’ Aí minha cafetina falou comigo: ‘monta uma casa e vai cuidar das meninas’. Nisso eu tinha ido com ela para o hospital e ela me ofereceu para que eu tomasse de conta de uma casa. Assim, me tornei Mona-chefa depois que ela levou os tiros. Porque ela me viu forte e não a abandonei, mesmo ela não reconhecendo meu potencial. Então, ela viu uma pessoa forte do lado dela desde o início eu disse: ‘é eu e a Girassol’<sup>55</sup>, se ela não for eu não vou! Não abandono ela por nada! Ela disse: ‘Está bem! Então, eu você e a Girassol’. Foi quando nos tomamos Monas-chefas, mesmo sobre todas as ameaças naquela área que você viu lá em Goiânia. No São Francisco tem eu, a Girassol, minha cafetina e várias outras. O território é todo dividido”. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

---

<sup>55</sup> Margarida relata que ela e mais duas travestis começaram juntas a carreira de Mona-chefas, e que Girassol se tornou a irmã que ela não teve, pela empatia e amor construídos entre elas. Margarida abriu mão de seu ponto em Goiânia-GO para que Girassol tomasse conta.

Através desta narrativa fica nítido que, para se tornar uma Mona-chefa, a trajetória da trans- travesti é bastante árdua e ela precisa construir uma história de vida que signifique o que é atingir o maior status entre as travestis em contexto de prostituição. Essa trajetória precisa ser pautada na construção do corpo na “batalha”, ou seja, no contexto da prostituição. Geralmente, o status de Mona-chefa é adquirido através da titulação simbólica que outra Mona-chefa, atuando no papel de “mãe”, atribui.

Essa conquista ocorre através do fortalecimento das relações afetivas de parceria, consideração e potencial de liderança que a “mona-chefa mãe” vê em sua “filha”. Basicamente, quando Margarida se refere às trans- travestis do Castelo como “filhas”, está querendo dizer que elas estão sob seus cuidados tanto na pista como em sua casa. Entretanto, quando ela enuncia “filha” significa também que houve sua participação no processo de construção corporal da trans- travesti. Estas relações são afetivas e econômicas, como Margarida narrou no campo:

“tenho filhas na Europa<sup>56</sup>, lá na Itália se dando muito bem!” [disse ela orgulhosa]. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

Essa participação se dá na forma de financiamento das modificações corporais em que a prática de empréstimos de somas monetárias entre elas na casa é bastante comum. Presenciei relatos de empréstimos para compra de cabelos, próteses, “bombaço”, translado e outras necessidades.

Como a nova autoimagem do corpo é esculpida através do olho (da visão), os sentimentos de satisfação gerados pela melhoria da autoestima e, até mesmo, pelo aumento no fluxo de clientes, confere à Mona-chefa o status de liderança e referência no grupo. Fazendo com que ela ocupe o “topo da pirâmide travesti” (PELÚCIO, 2004).

Margarida narrou em detalhes como foram os processos de modificação do seu corpo no contexto de prostituição em Goiânia- GO:

“Eu tenho silicone industrial que não é recomendado, mas a gente coloca porque fica mais feminino, a pele fica mais fina, feminina. No peito tem como você colocar a prótese normal que o médico recomenda. Para bombar, colocamos um aro de ferro amarrado no pescoço que circula toda a caixa torácica. Ele é puxado para trás pelas costelas e pelo pescoço para que o aro entre na carne e o silicone não desça e fique localizado somente na região do peito. O aro fica ali durante 25 dias dentro da pele, aí faz aplicação, só que é pouco, não é muito, isso daqui é um processo, tem que fazer duas ou três vezes para ficar o resultado que você almeja. Já a prótese não, ele colocou ficou bem, já fica ali localizado. Escolhi o peito com silicone industrial porque minha cafetina tinha um peito muito bonito, era muito feminino, não tinha marcas da prótese porque a prótese deixa marcas. Quando coloca o sutiã ele fica uma marca dividida em cima, fica ‘seco’ parecendo que está dividido. É como se fosse colocado mesmo e o injetado não, fica natural! Nos

<sup>56</sup> O movimento diaspórico das trans- travestis a nível internacional não foi detectado nesta pesquisa. Somente Margarida e Flor de Monique relataram quererem sair do Brasil em direção a Europa.

meus seios tem um litro de silicone industrial. Eu quero colocar próteses e mandar drenar, são duas cirurgias que faz: primeiro drena e depois coloca a prótese. A drenagem é uma raspagem que eles fazem a laser, então, fere, queima muito. Eles vão cortar e levantar a pele e cortar todo esse tecido gorduroso, depois coloca a prótese. Isso eu quero fazer porque eu era muito novinha quando coloquei silicone industrial eu não pensava nas consequências. Hoje em dia, eu sei que pode acontecer que pode necrosar. A [nome suprimido], o silicone dela vira e mexe fica vermelho. Tem que cuidar! O meu não é de ficar vermelho, graças a Deus, isso quando tem alguma infecção localizada tem que cuidar rápido porque senão pode necrosar<sup>57</sup>. Tem os antibióticos, mas se você for no médico e falar o que está sentindo eles não atendem só dizem: ‘Porque você não foi no médico que colocou? Eu não estudei sobre isso!’ Hoje em dia, já tem médicos que estudam sobre silicone industrial no corpo de seres humanos porque tem muita gente que faz isso. E não só travestis. Eu coloquei silicone industrial pelo desejo de me ver mais feminina, só com os hormônios não daria certo porque ia demorar muito e eu não queria, eu queria me ver logo! Eu queria o resultado mais imediato, não queria esperar. Eu já tomava hormônio, o silicone industrial é para acelerar o processo. Todas as plásticas que nós fazemos é para acelerar o processo. Só para você ver tem travesti que logo depois de feita ainda fica procurando plásticas’’. (Entrevista oral, Margarida, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

A falta de aparato público de saúde que incorre em negligência médica, a necessidade financeira e o desejo incessante de verem-se na forma física feminina, colocam a integridade de saúde das trans- travestis em risco.

“Tá vendo meu nariz? Fiz no médico porque não tinha jeito, paguei R\$ 7.000,00 para arrancá-lo. Ele era imenso! Paguei na clínica para o otorrino, meu nariz era estilo italiano... ah, era uó! Meu rosto é todo feito no silicone! Coloquei na testa, nas maçãs e nos lábios, meu rosto era ‘seco’ e quadrado. As agulhas do rosto são mais finas, coloquei no rosto porque queria modelá-lo, eu queria ele mais feminino. Os 14 litros de silicone que tenho no corpo, simbolicamente significam vitória e sorte, digamos assim... porque é sorte um ser humano ter esse tanto de produto químico no corpo e até hoje não ter acontecido nada! O meu organismo se adaptou completamente a todo esse produto que foi lançado nele. A gente não sente o silicone no corpo é como se fosse uma carne normal. Para mim é como se tudo tivesse crescido dentro de mim. Não vejo como uma coisa que foi implantada eu sinto como se tivesse crescido entendeu? Por mais que eu sei que foi implantado, mas, mentalmente para mim foi natural que era o que eu queria que acontecesse e aconteceu!’’.

Margarida, ao enunciar que não entende o silicone como uma “coisa” que foi “implantada”, mas que sente mentalmente que algo “cresceu”, isto é, se desenvolveu em seu corpo, faz uma analogia ao processo de desenvolvimento corpóreo da infância para a adolescência. Ao realizar a trans-formação ela “deixa sua vida de ‘menino’ para viver sua vida de mulher”, trazendo à tona a instabilidade contemporânea da rigidez das oposições binárias entre natureza/cultura, homem/mulher e, mais além, entre organismos e máquinas/tecnologias.

Neste sentido, corroboramos com Haraway, afirmando que

(...) um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção (...) é o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram um eu último, libertado, afinal de toda dependência- um homem no espaço (...). (2013, p. 36-38).

Margarida sintetiza nesta narrativa sua compreensão sobre identidade de gênero:

<sup>57</sup> Todas as trans-travestis desta pesquisa relataram conhecer os riscos da introjeção de silicone industrial. Os mais citados foram: trombose, embolia pulmonar, má-circulação e rejeição mediante infecção.



“Muita gente fala ‘Vocês são contra a Natureza’ Contra a natureza, que natureza? A minha natureza é essa, sempre foi, não tem outra! Agora, assumir os riscos de colocar para fora tudo isso é outra coisa! Eu acho que tinha que ser tranquilo o povo tinha que entender que é da vida, que é dos seres humanos que é da natureza e que é assim! Mas, muita gente não entende...”. (Entrevista oral, Bar Mesopotâmia, 18 de outubro de 2017).

As trans- travestis integrantes desta pesquisa afirmam não saberem demarcar temporalmente quando se identificaram com a feminilidade. O entendimento da diferença entre sexo e gênero, na maioria dos relatos, ocorreu por volta dos 7/8 anos de idade, quando elas começaram a se apropriarem conscientemente dos adornos, roupas e outros artefatos femininos de suas mães, irmãs, primas, etc.

Margarida demonstra, com sua experiência, o que Haraway (2013, p. 47) afirma: “(...) a consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias, do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (...) e quem é esse nós?”.

O corpo é um dado marcado por essas diferenças biológicas e sociais “(...) é a materialidade do sujeito reflexivo. A construção do corpo se produz o tempo todo socialmente”, sendo imutável em certas características biológicas e nomeado pela cultura através da oposição binária “macho ou fêmea” (BUTLER, 2003).

Em termos de gênero, a teoria lacaniana afirma que a produção da identidade de gênero se funda no estabelecimento da linguagem no infante. A diferença sexual é marcada pela presença do pênis (*phallus*) que funda a “lei do pai”.

Então, para selar essa lei, o menino precisa romper com a identificação que, a priori, possui com a mãe e passar a se identificar com o pai. O processo com a menina seria diferente, pois, na teoria psicanalítica lacaniana, a mulher é caracterizada pela ausência do pênis, sendo assim, “castrada”, ou (apenas) um não homem (LACAN, 1977).

Neste sentido, a violência executada pelos homens da família (padrastos e tios) que marca as experiências dessas trans- travestis, remete à fundação da “ordem simbólica marcada pela entrada da figura masculina [na vivência da criança] (...) a entrada no universo simbólico regido pelo princípio masculino, pela dominação masculina (...)” (CECCARELLI, 2010, p. 273).

Atualmente, a teoria lacaniana de base fálica freudiana é bastante criticada pelo feminismo e pela teoria foucaultiana que afirma ser o sexo um “dispositivo de poder”. Portanto, corroboramos com a compreensão de Butler segundo o qual o

(...) Gênero não deve ser concebido meramente como uma inscrição cultural de sentido um sexo pré-existente (concepção jurídica); gênero deve também designar o aparato de produção pelo qual os sexos são eles mesmos estabelecidos. Como resultado, o gênero não está para a cultura como

o sexo para a natureza; o gênero é igualmente um significado discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou o “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré discursivo” anterior a cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age (...) (2013, p. 27).

A fenomenologia afirma que os sentidos (órgãos sensoriais), principalmente a visão, contribuem no processo de identificação da criança (TUAN, 1983, p. 22). Quando Margarida enuncia “sempre fui assim”, está se referindo a não ter tido controle sobre a produção de sua identificação, que foi subjetivada e constituiu sua identidade feminina. Isto é, metaforicamente, o que ela chamou de “minha natureza”.

Porém, na compreensão de Butler (2003), a subjetividade se baseia numa noção de materialidade, a ideia é se distanciar da produção fenomenológica e psicanalítica para pensá-la como materialidade, para nada além da relação social. As produções das identidades de gênero nas experiências estudadas ocorreram nos espaços de socialização primária (BERGER, 2010), isto é, na fase da infância, no interior da família. As integrantes da pesquisa afirmaram, no trabalho de campo, que compuseram suas feminilidades na infância, a partir de referenciais próximos, isto é, “imitando a mãe, a prima, a tia, a professora”, se identificando com as expressões de gênero que elas carregavam.

Essa diferença sexual foi aprofundada na fase da adolescência, quando o controle social sobre seus corpos e performances aumentaram, também pela expansão de seus espaços de socialização, como a escola, por exemplo, e, principalmente, pelo desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, que materialmente, aprofundam as diferenças entre “moças” e “rapazes”.

Na entrevista de história de vida, foi evidente a marcação da temporalidade na vivência de Margarida, então a interpelei:

Pesquisador: Quando você disse “Vivi minha vida de menino e hoje vivo minha vida de mulher” o que significa?

Margarida: Era que eu não podia usar as coisas que eu queria usar só, isso! Mas, de certa forma eu me sentia como me sinto hoje, só que era uma coisa presa entendeu? Eu sentia isso! A diferença é que eu não podia usar as coisas que eu queria usar que eram as roupas de mulher, cabelo grande... eu não me desenvolvia como uma menina e eu queria que aquilo acontecesse comigo, eu não me reconhecia, principalmente quando ia numa festa e colocava uma roupa eu pensava comigo “eu não fico bem assim! Como que eu vou ficar bem? Hoje eu uso o que eu quero colocar, o que eu quero! Ninguém fala nada, os meus parentes todos me respeitam! (Entrevista oral, Margarida, casa, 28 de outubro de 2017).

Margarida, ao afirmar que buscou “(...) se reconhecer (...) se ver” nos remete a interpretação de Tuan (1983) do “corpo como lugar”. A ideia de Tuan sugere uma “autonomia de interdependência” do corpo com o homem e deste com o mundo. Assim, a noção de corpo é anterior à de homem, e a de espaço, anterior à de mundo.

A família da criança escolhe um nome, a veste, compra seus brinquedos, decora seu quarto e a chama com os pronomes que derivam do gênero acordante com sua genitália e, a partir disso, o sujeito é “moldado”, criado e educado por concepções de mundo “generificadas”, isto é, por concepções de mundo baseadas em uma oposição rígida entre os gêneros masculino e feminino, hierarquizando-os, relegando o feminino – a menina e a mulher –, a papéis, comportamentos, etc. ligados à esfera privada.

Kennedy (2010) promoveu um estudo com pessoas transexuais, travestis e transgêneros utilizando a metodologia de questionários. Participaram 120 pessoas do Reino Unido. Pode-se perceber, neste estudo, que, majoritariamente os sujeitos trans tomam consciência de sua especificidade entre 5 e 9 anos de idade. A autora afirma que as “crianças transgêneros tomam consciência de sua identidade por volta de 8 anos de idade. Ela utilizou (...) dados de uma pesquisa online de adultos transgêneros sobre suas memórias de infância escrevendo através de narrativas suas histórias de vida” (KENNEDY, 2010, p. 23).

A pesquisa identificou que, em média, os participantes perceberam o “desacordo” do seu gênero por volta de 7,9 anos de idade (KENNEDY, 2010, p. 25).

Ainda segundo Kennedy (2010, p. 25),

estes dados são importantes porque (...) nos resultados de Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978, p. 102), sobre as idades em que as crianças vêm a ter a percepção do gênero. (...) argumentam que as crianças começam a entender a identidade de gênero entre as idades de 3 e 4 anos, e que isto se desenvolve ao longo dos dois anos seguintes, como também se tornam conscientes de interpretações sociais de gênero como uma categoria de “invariáveis”. Além disso, o estudo de Margaret Intons-Peterson (1988), que sugere que a maioria das crianças está consciente da constância de gênero com aproximadamente 3 anos e 9 meses, também mostra que as crianças trans são suscetíveis de começar a tomar consciência de suas diferenças logo após esta idade.

Os relatos das integrantes desta pesquisa, explicitaram que a construção “invertida” de suas identidades de gênero foi vista pela socialização tanto primária (família), quanto secundária (basicamente a escola), como inaceitável, e, a partir disso, elas tentaram esconder as modulações de gênero e comportamentos com os quais se identificavam.

Muito embora, a aceitação ou não aceitação advinda da socialização irá depender de uma série de variáveis como a configuração familiar (religiosa, não religiosa, classe social, cultura inserida, etc.), tendência pedagógica da escola, etc.

Kennedy (2010, p. 36-37) esboça, através do relato de uma mulher trans, que “(...) no final da infância e início da adolescência era normal travestir-se na ausência dos pais”. É exatamente nesta fase que os corpos deixam de ser percebidos infantis e passam a ser generificados com mais contundência: a menina, ao menstruar, vira “mocinha”, e o menino começa a criar musculatura, pelos e voz grossa.

Corroborando com Carrie Paechter (2007 apud KENNEDY, 2010, p. 36), “(...) a diferenciação física entre meninos e meninas na infância é irrisória”. O que os diferencia socialmente em termos de gênero é a performance que eles executam, e o que dá vida a isso são os aparatos e adornos agregados aos seus corpos como roupas, sapatos, cortes de cabelos, cores, brinquedos e comportamentos.

Os corpos trans- travestis produzem um efeito reverso de nomeação. Defendo que estas experiências são geradoras de cultura à medida que os corpos dessas sujeitas são (re)significados, (re)classificados e (re)nomeados, tornando-se uma exceção à regra da linearidade sexo-gênero-sexualidade.

Na trans-formação de gênero, o corpo é experimentado como espaço que pode ser percorrido. A base material do corpo, isto é, sua estrutura biológica, a qual estou chamando de “espaço substancial” não se altera. O que muda é seu fenótipo, com a hormonioterapia e demais cirurgias, e o órgão genital se for submetido(a) à transgenitalização. Não se trata de o sujeito trans- travesti querer ser ou parecer outra pessoa, numa perspectiva que categoriza essas experiências como patologias. Entendemos as vivências trans como jeitos de ser, ou, nas palavras de Flor de Monique, como “formas de vida”.

O corpo é um espaço único e articulado. O corpo é do sujeito e o sujeito é do corpo. O corpo é normatizado e regido pela cultura, socialização e pelo Estado. O corpo, na perspectiva de lugar, requer que haja compatibilidade entre a forma como o sujeito se reconhece e como é reconhecido e vice-versa. Nesse espectro, as experiências trans são interpretadas como uma busca incessante do sujeito por esse lugar simbólico que é o sentir-se bem, compatível com o próprio corpo.

A trans- formação de gênero é o ato de compor e externar uma autoimagem idealizada internamente, é tornar o corpo um “lugar” com sua respectiva identidade. “Comparado com o espaço, o lugar é centro calmo de valores estabelecidos” (TUAN, 1983, p. 67). Paragonando o espaço e lugar de Tuan à trans-formação de gênero, a “calmaria” a que se refere, está ligada ao sentimento de refúgio e de pertença que ela proporciona aos sujeitos trans. A calmaria pode ser sinônima da satisfação gerada, a partir das mudanças corporais arduamente perseguidas.

Entretanto, o corpo trans sempre possuirá a característica mister da dualidade por ter sido ordenado por padrões biológicos (cromossomos, genitália, sistema endócrino, etc.), nomeados culturalmente como femininos ou masculinos que são socializados, a partir dessas premissas em que a ela/e são atribuídos papéis sociais “gendrados” (SAFFIOTI, 2015).

Ademais, quando o sujeito passa pela trans-formação de gênero, acontece uma “ruptura estética” em que seu corpo passará a ser lido socialmente como do gênero oposto, então, é como

se esse corpo possuísse duas roupagens e o/a sujeito/a vivenciasse o “lado A” e o “lado B” da vida.

Contudo, é preciso ponderar que a “ruptura estética” normatizada pelo discurso médico (incluindo as ciências psic’s e a indústria farmacêutica) socialmente regulado, não se aplica às trans- travestis desta pesquisa. A identidade delas é outra. Embora utilizem hormônios e silicone para comporem seus corpos, o processo não se dá pela via do controle de instituições de saúde públicas ou privadas. A “ruptura estética” traz um resultado que é almejado por grande parte daqueles/as que se submetem aos processos de trans-formação: a “passabilidade”.

Rodvalho (2017), autora travesti, explica que a categorização semântica dos termos “cis” e trans” advém do discurso médico e das ciências psic’s” (BENTO, 2009) e ocorre para normatizar aqueles que escaparam da linearidade entre sexo, gênero e sexualidade imposta no nascimento. Essa construção discursiva é para marcar a diferença. A passabilidade é a chancela social da nova autoimagem gerada a partir do uso das tecnologias de gênero (hormônios, cirurgias, silicone, etc.). Rodvalho (2017) afirma que

nosso direito de, como viriam a denominar, “cruzar” a tal linha que divide os gêneros só começa a ganhar corpo à medida que conseguimos dar legitimidade ao testemunho que explicava esse desejo: se era necessária a explicação, então o foco na auto identificação daria todos os porquês e, com a sensibilização que isso propiciava, iríamos conquistando o direito de começar a existir no outro gênero não mais apenas para si como também para uma comunidade mais ampla. (p. 367)

Essa autora se refere aos estereótipos utilizados na construção da identidade que a confere inteligibilidade nos sistemas simbólicos para significar sua existência. Caso não haja inteligibilidade, esse corpo passa a ocupar um lugar cultural chamado de abjeção (BUTLER, 2002).

Segundo Rodvalho (2017),

(...) cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência: eis a ideia (...) A luta não é simplesmente para acumular um máximo de estereótipos cis para conseguir a tal da passabilidade e camuflar-se na multidão, pôr-se ao abrigo da transfobia, mas, sim dar legitimidade ao discurso que enxerga a mulheridade trans como integrante da própria noção de mulheridade e a homenzidade trans da homenzidade plena, reorganizando os sentidos que as palavras “mulher” e “homen” comunicam. (p. 368).

Nas experiências estudadas, a busca da passabilidade não é o principal objetivo da trans-formação que incorre em transitar sem chamar atenção. A trans-formação de gênero destas trans- travestis não é nesse sentido. No trabalho de campo realizado, em todas as histórias de vida que gravei, o sentido que elas atribuem a seus corpos é o de “potência”, advinda da construção de uma autoimagem que é produzida para chamar a atenção, para “dar close”. Sem, necessariamente, invisibilizar o fato de terem nascido posicionadas no gênero masculino, mas

que, por tudo que passaram para construir seus corpos, se reivindicam mulheres, porque vivem o feminino.

Interpreto o significado de “potência”, a partir da concepção de Bourdieu (2002, p.10) que chamou de “potência fecundante” os significados interpostos aos atributos masculinos de acordo com a visão androcêntrica. E, principalmente, tem a ver com o fato de que, embora as integrantes desta pesquisa sejam femininas, suas corporalidades se articulam e se conecta diretamente ao olhar (chancela) dos homens – ocós, mariconas –, justamente pela presença do falo, significando virilidade, superioridade, força, etc., o que, na economia simbólica, não as coloca totalmente no polo oposto, por não terem vagina.

No limite, a identidade travesti pode ser interpretada como paradoxal, no sentido de que contraria as regras gerais de inteligibilidade cultural que orientam a percepção do que seja um corpo masculino ou feminino. Portanto, a ambiguidade é um traço fundamental dessa identidade, que fascina e causa furor, que instiga ódio e desejo.

A imagem física que o corpo trans- travesti possuía antes da trans- formação será lembrada por aqueles/as que conviveram com a/o sujeita/o, ainda que as mudanças descaracterizem essa imagem colocando-a em outro polo, isto é, na versão masculina (homem trans) ou feminina (mulher trans ou travesti).

Assim, podemos pensar que o espaço substancial, isto é, “a natureza do corpo” biológico e a própria materialidade do corpo, não se altera. O que muda é o significado edificado pela cultura desse corpo que, através da resignificação do gênero foi tornado um lugar, fidedigno a como o indivíduo se vê, se constrói, se nomeia e se comporta.

Ora, isso significa dizer que, se a identidade de gênero é construída social(mente) através dos estereótipos masculinos e femininos. Estes/as sujeitos/as antes da trans-formação encontravam-se “desterritorializados” de si mesmos, pois suas identidades de gênero construídas mental-socialmente é contrária à que lhe foi imposta tendo como base suas genitálias.

A possibilidade de se trans- formarem, representa a assunção de toda uma criação identitária reprimida na infância e na adolescência e, em vários casos, até na vida adulta. Transformar-se representa auto reconhecimento e a busca plena pelo conforto pessoal, o que, nas palavras de Margarida, representa “um desejo incontrolável de se ver, se reconhecer”.

Esta afirmação de Margarida me gerou importantes interpelações: como alguém que não se reconhece, conseguiria construir um lugar para si posicionado na cultura? Como alguém que não se vê e/ou nega sua autoimagem poderia viver? O corpo, na perspectiva fenomenológica

de Tuan (1987), é interpretado como o primeiro lugar que o sujeito ocupa. Como habitá-lo sentindo-se desconectado de si mesmo?

A maioria das experiências enunciadas no trabalho de campo coadunaram para esta perspectiva, de acordo com a hipótese inicial do projeto de pesquisa, de que a transformação de gênero promove o movimento de territorialização da nova autoimagem produzida que, se esboçando no corpo, promove o auto reconhecimento, projetando nos outros, isto é, requerendo da sociedade o reconhecimento de seu novo lugar.

As tecnologias médicas, como anabolizantes, inibidores de hormônios, silicone, etc. são veículos que propiciam às pessoas trans (aqui designando todas as identidades de trânsito) a externalização de seu sexo “interior ou psicológico” (MONEY, 1994).

Para Pelúcio (2004, p. 139), as travestis (re)constroem o feminino agregando a seus corpos estereótipos de feminilidade socialmente construídos. Assim, “a anatomia deixa de ser destino dado e passa a ser o destino procurado; alterar, em grande parte, essa anatomia é mudar seu destino, mas também é adequá-los a padrões estabelecidos pela heteronormatividade”.

#### **4.3 “As mulheres têm que se sentir lisonjeadas... Porque nós nos inspiramos nelas”**

Esta seção aborda as narrativas críticas das integrantes desta pesquisa acerca de suas compreensões sobre o gênero enquanto categoria não nativa das trans-travestis que vivem em contexto de prostituição, sendo uma criação do discurso acadêmico que não chega até elas e que, não raro, não representa legitimamente suas vivências.

No entardecer de um dia chuvoso em novembro 2017, estávamos eu e Margarida conversando sobre identidade de gênero, quando me surpreendi com sua narrativa:

“esse negócio de gênero veio mais para complicar do que para explicar!”. (Relato informal, Margarida, casa, 10 de novembro de 2017).

Então, pedi a ela para narrar pormenorizadamente o porquê de sua opinião.

“eu me sinto estudada, me sinto um extraterrestre... eu fico pensando para que todo esse estudo, para que isso? Só que hoje em dia já tem que ter isso pra mostrar que somos seres humanos igual a eles, mas, não precisava disso não é mesmo?” (Entrevista oral, Margarida 10 de novembro de 2017).

Este enunciado de Margarida demonstra que elas também produzem saberes sobre si e que estes não são considerados socialmente. A categorização dos sujeitos inaugurou, no ocidente, um processo de estigmatização das sexualidades “desviantes”, mas, em contrapartida, estabeleceu a heterossexualidade como norma.

Foucault (1993, p. 42) afirma que

esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. Passa de “problema jurídico” para personagem que se resume a sua sexualidade (...) nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (...).

Foucault (1993) defende que, no século XIX o poder conferido aos “agentes autorizados” através dos discursos era de controlar a sexualidade das pessoas, principalmente das crianças. A família, doutrinada pela igreja, os psiquiatras, pelo discurso da medicina, os pedagogos e a escola, todos edificaram o controle sobre os corpos e suas sexualidades, causando um efeito dúbio de proibição e incitação do proibido (FOUCAULT, 1993).

A produção de saber em torno do sexo foi desenvolvida a partir de normatizações que produziram discursos de acordo com as aspirações de cada campo científico. Foucault (1993) nos mostra que não há uma “verdade sobre o sexo” e que estas foram produzidas através de dispositivos de poder que o enquadraram em nomenclaturas, as quais se desdobraram em procedimentos médicos, jurídicos, pedagógicos, acadêmicos, etc. patologizando-os ou conferindo-lhes status de normalidade.

Margarida segue argumentando que

“O gênero é uma forma de explicar o ser que nós somos não é isso? Isso não tem explicação! A explicação está aí eu sou um homem feminino. Essa é a única explicação óbvia que eles poderiam usar. Você não quer ser um homem como eles, você não quer ser um macho [aqui no sentido de ser cisgênero e machista] você quer ser você! Você é feliz com sua aparência, com seu órgão genital entendeu?”. (Entrevista oral, Margarida 10 de novembro de 2017).

Na enunciação “sou um homem feminino” proferida por Margarida, ela está se referindo a como “eles”, isto é, a cultura ocidental heterossexual a nomeou, e a categorizou, o que Lugones (2008) chamou de “el sistema moderno-colonial de género”. Este sistema interseccional opera atribuindo significados aos corpos a partir do sexo biológico e da raça (color del piel) em que os sujeitos racializados, homens e mulheres dos países que foram colonizados sofreram a interferência sociocultural dos países hegemônicos europeus. Sendo assim, suas culturas e formas de organização sociais foram negligenciadas e outras dizimadas.

A perspectiva da colonialidade do poder nos explica que este sistema categorizou os sujeitos a partir da raça, do gênero e da classe hierarquizando as relações sociais

A «colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas (...) Las necesidades cognitivas del capitalismo y la naturalización de las identidades, y las relaciones de colonialidad, y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial han guiado la producción de esta forma de conocer (...) De acuerdo a una concepción de humanidad que se consolidó con esa



mitología, la población mundial se diferenció en dos grupos: superior e inferior, racional e irracional, primitivo y civilizado, tradicional y moderno. (LUGONES, 2008, p. 79-80-81).

No trabalho de campo, percebi que não existe uma negação do espectro masculino em que foram posicionadas “en el sistema moderno-colonial de género” (LUGONES, 2008), inclusive podendo ser acessado em situações específicas, principalmente, as que requerem o uso da força. Ela enunciou várias vezes: “olha por isso sou homem e sou mulher!” se referindo ao uso da força bruta, sustentada por este sistema como um atributo essencialmente masculino.

Nessa ocasião, que Margarida narrou se sentir como “um rato de laboratório”<sup>58</sup> eu pedi desculpa por qualquer entrave que a pesquisa possa ter lhe causado. Felizmente, ela enunciou:

“não meu amor, não é o seu, você é um de nós! Mas, às vezes a gente se sente um objeto de pesquisa dentro de um laboratório, aí confunde a cabeça de muitas trans porque ficam buscando aceitação, que muitas vezes não é como dizem, porque é uma coisa simples (...) só nosso desejo que é diferente (...)”. (Entrevista oral, Margarida 10 de novembro de 2017).

A trans- formação dos corpos trans- travestis tem como característica fundamental, nas palavras de Pelúcio (2004), “o poder de tensionar os padrões heteronormativos impostos a sua corporalidade”. Porém, incorre em paradoxo porque são construídos a partir deles.

Flor de Monique relatou, no começo do trabalho de campo:

“eu não sou muito, muito bem conformada com meu corpo (...) me incomoda eu quero fazer um tratamento logo para melhorar as coisas (...)”. (Relato informal, Flor de Monique, casa, 08 de agosto de 2017).

Após dois meses de realização da “bombaço”, nós gravamos sua entrevista de história de vida na qual expressou ter adquirido atributos como satisfação e felicidade pela conquista almejada. Flor de Monique narrou:

“Estou muito satisfeita e realizada com o silicone. É tão tanto, que acho que não vou querer bombar de novo, eu vou me hormonizar direito porque assim eu vou evidenciar mais o silicone, aí eu vou lutar para pôr minhas próteses. O hormônio feminino me feminizaria, mais homem não quer isso, homem quer corpo! Eles ficam loucos com a minha bunda teve um que pediu para tirar uma foto, eu tirei! Eu vestia a roupa masculina e elas ficavam folgadas, eu me senti incomodada não me sentia bem. Não de jeito nenhum! Aí eu comecei a deixar meu cabelo crescer e quando comecei a vestir roupa de mulher para mim já foi uma diferença entendeu? Já vi uma coisa melhor, então, sempre vou me sentir bem é assim, não do outro jeito! Não sinto vontade de fazer cirurgia [transgenitalização] não! Para mim, eu botando só silicone no seio e na bunda tá bom demais!”. (Entrevista oral, Flor de Monique, casa, 10 de outubro de 2017).

Na narrativa de Flor de Monique, quando ela enuncia que “(...) homens querem corpo”, diz respeito ao que Butler (2003) chamou de “heterossexualização do desejo”, isto é, o desejo

---

<sup>58</sup> No trabalho de campo, presenciei visitas de grupos religiosos pentecostais ao Castelo das Bonecas, nas quais rezavam e faziam “revelações” sobre possíveis perigos da rua e da noite. Presenciei a aproximação de grupos universitários de cursos como Psicologia que realizavam pesquisas sobre identidade de gênero e sexualidade.

de se tornar uma trans- travesti “feita” está imbricado à sexualidade e, colateralmente, à melhoria de seus ganhos financeiros.

No trabalho de campo, contei à Margarida que a autora Pelúcio (2005) em seu artigo *Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas* escreveu que “(...) As travestis são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens”. (p. 97). Margarida problematizou a afirmação da autora, narrando o seguinte:

“Bom, ela errou! Ela devia ter dito que nós temos a consciência que nascemos homens, com órgão masculino, só que para mim o nosso cérebro não consegue processar essa função que é a da masculinidade. Ele só consegue processar para o lado feminino entendeu? Para mim, assim como nasce o anão, nasce o gay e todos têm que ser incluídos porque somos todos seres humanos só que aí a política é desgraçada e a igreja é babado, você sabe já leva para o lado da maldade da safadeza (...)”. (Entrevista oral, casa, 10 de outubro de 2017).

Um estudo recente da Universidade de São Paulo (USP) publicado na revista *Scientific Reports*<sup>59</sup>, coordenado pelo Programa de Estudos em Sexualidade (Prosex) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, utilizou imagens de ressonância magnética de 80 voluntários, sendo 20 mulheres cisgênero, 20 homens cisgênero, 20 mulheres trans que nunca utilizaram hormônios e 20 mulheres trans hormonizadas há mais de um ano. Este estudo demonstrou uma alteração na ínsula, a parte do cérebro ligada à percepção corporal. Os pesquisadores afirmam que o estudo é preliminar, e que segue uma linha internacional de estudos sobre disforia de gênero.

As nomenclaturas utilizadas pelas trans- travestis para categorizarem suas identidades, em muitos casos, divergem das utilizadas na academia e nos movimentos sociais. Elas também mobilizam esses saberes, mas se valem de outros “saberes êmicos” para falarem de si mesmas. (PELÚCIO, 2009). Portanto, “mona”, “viado”, “bicha”, etc., são categorias utilizadas na fronteira entre o masculino e o feminino, o que caracteriza acertadamente a identidade travesti.

Na compreensão de Pelúcio (2004), a ambiguidade eminente na constituição da identidade travesti coaduna com antíteses sociais criadas através das diferenças de gênero pelo patriarcado, em que o sistema masculino (rua) / feminino (casa) é internalizado e reproduzido por elas cotidianamente, sem terem ciência que a opressão que sofrem advém em grande medida disso. Há uma reprodução dos padrões de feminilidade ligados à esfera privada. Assim escreve a autora:

---

<sup>59</sup> Grey and white matter volumes either in treatment-naïve or hormone-treated transgender women: a voxel-based morphometry study. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-017-17563-z>> Acesso em: 27 jun. 2018.

na rua as travestis são racionais, guardam dentro de si um “homem” que pode pular para fora sempre que necessário. De posse desse poder de serem homens e mulheres, podem escolher os clientes, segundo narram; impor o preservativo nas suas relações; exigir que lhes paguem o combinado ou simplesmente “usar a cabeça” para se livrar dos perigos da noite. E ali que “se cuidam”, “não se arriscam”, para se protegerem da AIDS, por exemplo. Na vida doméstica querem ser tratadas como “mulheres”. Isso significa para elas, serem “passivas” na cama, passionais no amor, saber fazer as tarefas do lar. (PELÚCIO, 2004, p. 143).

Presenciei, no trabalho de campo, um momento que significa o acima exposto<sup>60</sup>. Estávamos eu, Margarida e minha atual namorada dentro do meu carro, vindo de um barzinho, em novembro de 2017. Tínhamos tido uma noite agradável e voltávamos ao Castelo das Bonecas para deixar Margarida, por volta das 23 horas. Chegando em frente, nos deparamos com uma cena impactante: havia um homem com as calças abaixadas urinando no portão. Margarida desceu do carro enfurecida ordenando: “saia da minha casa agora!” O homem estava visivelmente bêbado e retrucou Margarida. Então, ela abriu o portão entrou na casa e voltou trazendo nas mãos um cassetete. Ela correu atrás do homem e os dois entraram em luta corporal. No final, ele acabou indo embora desolado.

Depois desse fato, ela narrou:

“você viram para que serve uma Mona-chefa? A Dama da Noite estava dentro de casa com medo porque aquele desgraçado ficava batendo aqui na porta, e ainda mijou meu portão... eu sou homem e sou mulher! Jamais ia deixar isso acontecer sem impor moral”. (Relato informal, Margarida, casa, 24 de novembro de 2017).

Ela narrou os significados de sua posição enquanto líder do grupo das trans- travestis do Castelo das Bonecas:

“Ser Mona-chefe para mim é como se fosse um título de capitalização, eu gosto de tudo, eu ensino as meninas. O negócio é o seguinte: ou você se acaba nisso ou você tira proveito para algo melhor e no meu caso não é ali [na pista] que eu quero estar, não é ali que eu quero acabar!”. (Diário de campo, Margarida, casa, 24 de novembro de 2017).

A auto aceitação foi uma dimensão recorrente nas narrativas das trans- travestis, a exemplo destas narrativas:

“Me aceito porque eu me acho linda com que sou, eu sou assim!”. (Diário de campo, Pétala Negra, 07 de agosto de 2017).

“Não foi fácil, a gente fica tentando descobrir o que está acontecendo. Hoje em dia, penso que são fases que eu passei e é tudo! Na outra encarnação se puder escolher serei uma travesti de novo (...)”. (Diário de campo, Margarida, agosto de 2017).

“Sou uma mulher trans, uma mulher travesti! Porque meu dia a dia é com fisionomia de mulher, 24 horas vestida de mulher. Então, para mim eu não me sinto um homem (...) eu descobri e logo assumi! Não tive dificuldades!”. (Diário de campo, Lírio, 11 de agosto de 2017).

<sup>60</sup> Id., Travestis e a (re)construção do feminino. Gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, v. 15 n. 1, p. 123-154, 2004.

Entramos em um ponto crucial para a análise a que se propõe esta pesquisa, que é a produção cultural dos corpos<sup>61</sup> trans- travestis femininas.

Por todo exposto, sabemos que os corpos das trans- travestis são produzidos pelos padrões estéticos de feminilidade da cultura ocidental, através do uso e apropriação de tecnologias médicas (re)significadas. Porém, como elas se identificaram como trans- travestis? Houve referências? São as perguntas que queremos responder no próximo tópico.

#### **4.4 “Para ser uma travesti no Brasil precisa ter muita coragem!” – Os significados da trans-formação de seus corpos**

Para as sujeitas integrantes dessa pesquisa, os processos de fabricação de seus corpos trans- travestis tem a ver com a composição da expressão de gênero, porque só se torna inteligível um corpo vestido em uma saia, por exemplo, se possuir um glúteo que valorize a vestimenta e que ela o evidencie. É uma relação de complementaridade, como afirmou Flor de Monique:

“Agora posso vestir saia e vestido! Agora sim valoriza o bundão”. (Diário de campo, 10 de setembro de 2017).

A maioria das narrativas evidenciaram que a construção da feminilidade que se concretizou nos corpos das trans- travestis advieram de modelos midiáticos de beleza, através da televisão e da internet, mas também do convívio cotidiano com mulheres que despertaram suas atenções, seja pela beleza, pela educação ou por serem “finas”. Assim, contornando o desenho da feminilidade de cada uma, como evidenciam estas afirmações:

“se eu te contar você não ri. Sabe a Mylla Karvalho<sup>62</sup>? Pela primeira vez que eu vi ela na televisão para te falar a verdade eu nunca vi ela pessoalmente, ela foi cantar em Jacundá e eu fiquei esperando ela no buraco de muro com a minhas amigas, nossa era muito linda! ela é meu ídolo, a mulher mais linda (...) Então eu imaginei “já pensei eu me tornar uma travesti belíssima e começar a dançar?” Aí eu comecei a montar um grupo de dança só que masculino. Eu me formei, eu tenho diploma de dança, tenho diploma de balé também, sou uma dançarina! Na minha cidade, tinha várias companhias de dança. Então, eu pensava de virar uma travesti belíssima e dançar e pensava “será que dava certo?” A partir do momento que eu vi a Mila eu fui botando para fora minha feminilidade através da dança, aonde eu chegava o povo me via, eu gostava, era muito ótimo. Aí todo mundo começou a falar se você virar uma travesti vai ficar legal aí eu fiquei botando na minha cabeça então, aí eu comecei...” (Entrevista oral, Flor de Monique, 18 de agosto de 2017).

“As mulheres têm que entender que não competimos com elas, elas deveriam se sentir lisonjeadas porque nos inspiramos nelas. Elas tinham que se sentir lisonjeadas que nós queremos ter uma imagem muito bonita que é das mulheres. Nós não temos ódio ou recalque das mulheres, jamais! Nós nos espelhamos nelas! Só pra você ver para compor a minha imagem, me inspirei na

<sup>61</sup> LOURO, G.L. et al. *Corpo, Gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>62</sup> Ex- vocalista da banda paraense Companhia do Calypso, atual cantora gospel.

Beyoncé. Eu tinha o desejo desde criança, mas quando vi ela me inspirou aquela beleza de construir a minha feminilidade a partir de sua referência. Já meu nome [suprimido] escolhi em homenagem a minha melhor amiga de infância. Eu achava ela muito linda! Depois de “feita” encontrei com ela e disse meu nome, fiquei emocionada!”

Margarida narrou veementemente que o contexto de prostituição é quem produz os corpos trans-travestis nos moldes exigidos pela cultura ocidental às mulheres cisgênero

“A minha trans- formação significa que eu tinha um desejo muito forte de ser uma mulher muito bonita e rica, mas rica em coisas boas no sentido bom, por exemplo, saúde. Eu tenho muito medo de passar fome, medo de não ter roupa, porque já não tive! A prostituição é um meio mais rápido e mais eficaz de nós nos tornamos mulheres. Se fosse pelo SUS por exemplo, eu estaria entre milhões de travestis porque a política não concorda. Se tivesse uma política que nos incluísse em tudo talvez não teria travesti na rua fazendo programa, talvez o silicone industrial não seria usado, seria usado outras técnicas que fora do Brasil existem. Elas fazem tudo muito certinho lá fora”. (Entrevista oral, Margarida, 18 de novembro de 2017).

Dama da Noite relatou:

“Essa feminilidade eu não me inspiro ninguém [famoso] eu me inspirava muito numa “amapoa” amiga minha. Eu queria ter aquela fisionomia, eu queria parecer com ela, pelo menos chegar perto dela”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 20 de agosto de 2017).

Margarida narrou sobre os significados sócio-políticos de vivenciar a travestilidade no Brasil:

“Ser uma travesti no Brasil significa ter muita coragem... significa ser uma pessoa querendo ter respeito, somos os seres de batalha! Batalhamos muito para termos um nível que os países europeus têm, que é aceitação dos nossos direitos, uma travesti brasileira não é fácil não! É uma luta, uma batalha que ela trava, para perceber que pode que ela tem como fazer escolhas de ficar ou ir mais para frente, é uma batalha uma batalha muito grande! Porém, uma batalha boa, uma batalha que a gente sabe que tem que viver”! (Entrevista oral, Margarida, 18 de novembro de 2017).

As narrativas sobre as modificações corporais das trans- travestis trazem à tona a falta de políticas públicas que garantam suas cidadanias plenas, e os significados subjetivos como superação, conquista, felicidade, autoestima e auto reconhecimento.

Todas as integrantes desta pesquisa afirmaram terem adquirido qualidade de vida após assunção de suas identidades, bem como terem potencializado sua renda financeira a partir do “corpo feito”.

“Olho para mim, para minha história e me sinto totalmente confortável tudo que eu construí pra ser eu mesma, foi para mim, não mudou em nada! Mudou a minha fisionomia, mas, igual falo às vezes esqueço que eu fiz tudo isso e penso que somente aconteceu e que foi uma coisa natural. Hoje em dia sou realizada sou destemida eu tive que ser assim! Me sinto uma pessoa fortíssima, muito general, muito professor, me sinto uma pessoa forte, muitíssimo forte! Por mais que as coisas me abalem eu consigo levantar e ficar de boa, hoje em dia eu não luto mais para ser a travesti, não luto para sentir os desejos que sentia por que já passou essa fase. Hoje em dia, me sinto um ser humano realizado e completo do jeito que era para ser e eu penso em evoluir, trabalhar e às vezes até esqueço que sou uma trans, às vezes paro no tempo e alguns segundos esqueço que sou trans que lutei muito para ser e que consegui! E hoje em dia não faz mais diferença! Estou livre, estou confortável comigo mesma eu me sinto assim...” (Entrevista Oral, Margarida, 19 de novembro de 2017).

“Tudo que eu faço no meu corpo é para meu bem-estar, eu não vou mudar a minha fisionomia meu jeito de ser para agradar ninguém, vou fazer o que eu gosto para me sentir bem, não vou mudar minha personalidade por ninguém (...) a fase que estou agora é a fase mais complicada é como se fosse uma escola a primeira que a gente passa entendeu? Agora estou no estágio. É como se eu estivesse estagiando, ainda vem a faculdade meu amor, a faculdade é quando viajamos para fora para ralar para colocar o peito [próteses de silicone] vamos supor que eu esteja estagiando, mas, lá para fora é a faculdade para lá onde as bichas vão colocar silicone...onde vamos colocar peito não “se fazer” entendeu? Aqui é como se eu tivesse estagiando [Dama da Noite relatou que pretende fazer suas intervenções cirúrgicas em Araguaína] vou ficar bonita vou ficar afrontosa sou muito puta nesse negócio de vestir, com a minha nova bunda vai valorizar a gata! A gente pensa que é um troféu algum prêmio que a gente ganhou”. (Entrevista oral, Dama da Noite, 22 de outubro de 2017)

Gravei a entrevista de história de vida de Flor de Monique na antessala do Castelo das Bonecas, onde existia um espelho grande, então tive a ideia de pegar em sua mão e perguntar: “Como você se sente, após a ‘bombaço’”? Ela narrou emocionada:

“me sinto realizada, muito satisfeita, a bombadeira ‘deu o nome!’<sup>63</sup> o significado do meu corpo é a conquista né! Eu quero correr atrás das minhas próteses e quero fazer algo de útil não quero viver só por viver! Vou ralar vou comprar um carro meus objetivos são bem...” (Entrevista oral, Flor de Monique, 05 de outubro de 2017).

Os corpos destas trans- travestis são marcados pela ambiguidade e fluidez, sem delimitações claras entre a feminilidade e a masculinidade, por isso um entre lugar e, ao mesmo tempo, um enlace entre as duas possibilidades de gênero.

Nas narrativas expostas, é notório que elas reivindicam o direito mesmo que de forma não-institucional de realizarem alterações em seus corpos, movidas pelo sentimento/desejo de insatisfação e com o lugar que foram posicionadas na cultura. Corroborando com Tuan (1977) e Haraway (2013), respectivamente: “o corpo é o primeiro espaço do homem” e pode ser percorrido, alterado e modificado através da lógica “econômica, industrial [...] midiática” e cultural.

Boneca foi a categoria nativa mobilizada pelas trans- travestis para significar a construção de seus corpos. O fazer-se travesti no contexto de prostituição tem como objetivo primeiro a fabricação de corpos que irão potencializar esse comércio para melhorar os lucros financeiros das envolvidas no contexto. Para além disso, a construção da autoimagem almejada está baseada em estereótipos de feminilidade produzidas a partir de referenciais midiáticos do que sejam mulheres belas e valorizadas, as “divas”, como narrado por Flor de Monique e Margarida.

A metáfora da Boneca é ideal para significar suas identidades. Elas buscam a plastificação de seus corpos para se tornarem belíssimas, porque, no ideário do grupo, os

<sup>63</sup> “Dar o nome” significa ter feito um serviço de qualidade, ter obtido êxito, ter sido importante.

estereótipos de feminilidade são ancorados nas concepções masculinas atribuídas às mulheres brasileiras: seios e glúteos fartos, lábios e cílios marcados e cabelos grandes. Os significados subjetivos que elas atribuem são importantes de serem mencionados porque conquista, felicidade e harmonia são adjetivos com os quais definem suas vivências quando conseguem, no contexto de prostituição, atingir o objetivo primordial que é o de “se fazerem”.

Assim, a composição das modificações estético-corporais das trans- travestis só se tornam possíveis através desses processos, que incluem a diáspora das cidades interioranas para as cidades polos regionais ou capitais, acessando a prostituição em larga escala e construindo relações que possam levar-lhes até as “bombadeiras”.

Elas afirmaram em todas as narrativas que não se reconhecem como homens, porém, não houveram narrativas de negação do sexo biológico, não raro, elas se categorizaram como “mulheres de pau”, atribuindo significados benéficos ao órgão genital como algo prazeroso, ferramenta de trabalho, dentre outros.

Elas feminizam os adjetivos para se referirem aos aspectos ditos masculinos que ainda persistem em seus corpos como buço em detrimento do bigode e “neca” ou “bucetinha avantajada” significando o pênis. Lau (2015, p. 95-96) afirma que a comunidade LGBTI brasileira se utiliza de gírias que são ressignificadas para o feminino, como forma de protesto à linguagem formal que posiciona os sujeitos primeiramente no lugar de fala masculino, a exemplo de “os senhores”, “os professores”, “os presentes”. Assim,

As gírias utilizadas foram reunidas em um dicionário, porém, a comunidade LGBT adota a maioria das palavras ou quase todas elas no feminino, ou seja, ela possui “dicionária” que, em sua 24ª edição, possui 1300 verbetes reunidos de cada estado e de alguns países que utilizam o bajubá. O nome do livro que catalogou todos estes verbetes intitula-se “Aurélia”, a dicionária da língua afiada, reunindo também alguns termos chulos e impróprios como os que os falantes utilizam normalmente.

Partindo do pressuposto que há um esquema sequencial entre sexo biológico, gênero e sexualidade no qual o/a sujeito/a impreterivelmente terá que seguir, como uma espécie de compromisso inato com a natureza, com Deus, com a família e com a sociedade, o que as trans-travestis fazem é subverter essa norma “por dentro” utilizando os mesmos padrões que as posiciona no discurso e na realidade social como seres abjetos. O conceito de performatividade de Judith Butler, é essencial nesta compreensão, porque tem como escopo o sujeito na centralidade da composição de sua masculinidade e/ou feminilidade, a partir de referenciais externos a ele/a.

Segundo Butler,

(...) o gênero não decorre necessariamente do sexo e do desejo, e a sexualidade em geral não decorre do gênero (...) nenhuma reflete a outra (...) atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas, o produzem na superfície do corpo [ou seja não revelam a identidade de ninguém] eles são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (...) não possui status ontológico separado dos vários atos que compõe a realidade (...). (2003, p. 194-195, grifo meu).

Isto significa que gênero pode ser uma identidade ou múltiplas identidades e que cada um constrói a sua tendo como base outros modelos, sendo o gênero discurso. Butler afirma que a verdade sobre o gênero enquanto fabricação, elimina o pressuposto da natureza binária (alma feminina ou masculina), em que as travestis estão incluídas. Ela afirma:

(...) as identidades parodísticas (...) como o Drag e o [?] travesti (...) [possuem] três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero (...) por mais, que crie uma imagem unificada da “mulher” (ao que seus críticos se opõem frequentemente), o [?] travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizadas como uma unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual (...). (2003, p. 196, grifo meu).

O corpo fala, e os sujeitos são compostos por várias intersecções de identidades que o formam, assim, eles e elas são negros, brancos, índios, homens, mulheres, etc. Louro (2010, p. 25) afirma que “(...) as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também constituintes de gênero. Estas práticas e instituições ‘fabricam’ os sujeitos”.

Portanto, corroboramos com a compreensão de Pelúcio (2009, p. 70) quando afirma que “é nas esquinas que muitas vezes, as travestis [em contexto de prostituição] tem a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de uma outra travesti”. A exemplo de Margarida, que afirmou ver Roberta Close e Rogéria na TV no final da década de 90, e se sentia representada, e Dama da Noite, narrando que via travestis no programa Super Pop<sup>64</sup> e que “aquilo era seu objetivo”.

Em nome destes objetivos, elas abriram mão do convívio familiar, da escola e de outras sociabilidades, justamente por não estarem de acordo com a norma heterossexual e serem acolhidas no contexto de prostituição fazendo dele um espaço de relações sociais, econômicas e afetivas para assim trans- formarem seus corpos em um “lugar” (TUAN, 1983).

Para elas, o auto reconhecimento de que são femininas e que possuem o direito de externar essa feminilidade é a principal dimensão de suas vidas. Elas desafiam seus estados de saúde, suas integridades físicas e psicológicas, seus laços afetivos, dentre outras questões, apenas para sentirem-se bem e condizentes consigo mesmas, e o mais importante de tudo, para se tornarem belíssimas.

---

<sup>64</sup> Superpop é um programa de televisão do Brasil sendo apresentado por Luciana Gimenez desde 15 de novembro de 1999.



## **PALAVRAS FINAIS**

Este trabalho procurou compreender a problemática da articulação entre as categorias corpo e a territorialidade, que são perpassados e constituídos através do gênero, tornando-os lugar.

As trans- travestis constroem corpos “chamativos” numa sociedade que não suporta ser tencionada em suas bases de estabilidade, que estereotipa e relega a abjeção os diferentes. Assumir isso, significa que é necessário construir, em seus próprios corpos, um lugar, sendo essa minha hipótese inicial no projeto de pesquisa que foi confirmada no trabalho de campo.

O que se busca com todos os processos da trans-formação de gênero é o auto reconhecimento, é a construção de um lugar simbólico e material, no caso delas, um “entre lugar”. Os processos da trans-formação de gênero que utilizam, territorializa, no corpo, esse novo lugar, fazendo com que o sujeito arque com os ônus e os bônus de toda essa construção, isto é, com o preconceito e a discriminação, incorrendo em abjeção, e falta de políticas públicas que contemplem suas especificidades, principalmente, de saúde e educação.

Porém, entendemos que os significados positivos que elas atribuem a estes processos, como aumento da autoestima, autoconhecimento, felicidade, conquista etc., contrabalanceiam a exclusão social que enfrentam.

O objetivo geral deste trabalho foi atingido com êxito. Objetivamos compreender a produção cultural dos corpos trans- travestis no contexto de prostituição de Araguaína-TO interpretando o emaranhando de relações que ordenam a produção destes corpos, e os seus significados simbólicos. Ademais, conseguimos interpretar, através das narrativas de histórias de vida, os processos experienciais na infância, adolescência e na diáspora, justificando que a constituição da identidade de gênero é algo processual que pode começar na infância e adolescência. Compreendemos os processos de exclusão e vulnerabilização que essas sujeitas passam em suas sociabilidades como a casa e a escola.

Portanto, defendemos a relevância social deste trabalho acadêmico pelo fato de ter sido produzido genuinamente por pessoas trans e travestis através de suas próprias experiências, demonstrando a(as) implicação(ões) da assunção dessas identidades em uma sociedade racista, machista, misógina e LGBTfóbica.

A experiência da etnografia colaborativa foi muito produtiva porque nós construímos as compreensões juntos. No trabalho de campo, elas me explicavam literalmente o que significava cada processo, cada palavra em Bajubá. Então, posso dizer que tive integrantes, e não objetos

de pesquisa, que me ensinaram tudo o que puderam sobre a identidade de gênero que estão incessantemente construindo.

Portanto, a realização deste trabalho de cunho antropológico e humanístico ocorreu por acreditarmos que pesquisas dessa natureza vêm a calhar no momento político que o Brasil está passando, pela temática de gênero estar sendo tolhida das escolas em detrimento de ideologias religiosas.

Estas experiências de exclusão, mas também de agência, nos mostram como estas sujeitas se apropriam e reivindicam suas existências enquanto femininas, (re)significando procedimentos médicos, à margem do sistema jurídico dominante.

Pudemos perceber com as experiências vivenciadas no campo e com as histórias de vida das integrantes desta pesquisa, uma amostra do que a cultura machista, misógina e LGBTfóbica é capaz de impactar nas sociabilidades de sujeitos identificados pela “diferença” de gênero e sexualidade. Nestas experiências é nítido que a exclusão material e simbólica que passaram na família, o total despreparo no âmbito educacional de professores e demais servidores, reforçando a reprodução de preconceitos sociais enraizados, ajudou a posicioná-las, como narrou Flor de Monique, na “forma de vida” que possuem hoje. No Tocantins, ainda não há uma iniciativa política que promova a (re)inserção da população trans- travesti na educação básica, com vistas a acessarem a profissionalização e o nível superior.

Ter realizado um trabalho de campo etnográfico com as trans- travestis foi muito importante para minha formação acadêmica e para o fortalecimento dos estudos de gênero e sexualidade no Tocantins. Acreditamos que este trabalho tenha conseguido ser transdisciplinar pela articulação entre as categorias científicas e nativas, o modo de investigação etnográfico colaborativo em que as trans- travestis foram protagonistas da pesquisa, e as teorias de diversas ciências que mobilizamos para lastrear a base teórica de nosso trabalho.

Interpretamos que há uma falta expressiva de políticas públicas que promovam o combate à discriminação transfóbica, que é o maior ônus da trans-formação de gênero. A investigação da fabricação dos corpos nas narrativas e experiências da trans-formação de gênero destas sujeitas demonstrou-nos a complexidade dos fatores sociais que elas precisam (re)significar para conseguirem externar materialmente em seus corpos essa identidade. Elas se reconhecem femininas e têm, no contexto de prostituição, um meio rápido, porém arriscado, de se construírem, acoplando no corpo os estereótipos interditados aos corpos culturalizados como masculinos, tornando-as suscetíveis a múltiplas violências, riscos de contração de doenças, dentre outros fatores, que as posiciona como uma das populações mais vulnerabilizadas socialmente.

Os objetivos específicos também foram alcançados. Entendemos a articulação da categoria corpo com as territorialidades ocupadas como um processo de enlace que desemboca em vulnerabilidade e abjeção, mas também em agência, pois elas se constroem trans- travestis nesse contexto, cotidianamente em jornadas de trabalho indefinidas. Elas são profissionais que investem em seus corpos e decretam suas autonomias corpóreo-identitárias através de suas performances.

A contribuição deste trabalho para o meio acadêmico reside no fato de haver, nestas experiências, aspectos que confirmam que a produção cultural das diferenças está edificada nos processos de estereotipagem que o sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014) ancorado no machismo e na misoginia produz.

A riqueza empírica e científica deste se centra nas experiências das trans- travestis que servem de modelo para pensarmos como são produzidas nossas identificações que edificam a identidade de gênero e o quão é subversivo reconhecer-se e construir-se contrariamente ao que é imposto socialmente. Vale ressaltar, que o discurso acadêmico e militante não é vivenciado plenamente por elas, mas, estrategicamente, elas se utilizam dessas categorizações para acessar seus direitos civis.

As etnografias que li para composição deste trabalho (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009) demonstraram que há muitos pontos de conexão entre elas e este. As narrativas das trans- travestis coadunam em suas vulnerabilidades, pobreza, discriminação e exclusão da esfera pública e privada. A exclusão social parece ser uma marca atribuída a esta população em todo o Brasil.

A interpretação que fazemos do “Corpo feito no olho” e “para o olhar”, nos leva a entender que há uma escandalosa ausência de políticas públicas e atuação dos movimentos sociais para promoverem a conscientização dos riscos de saúde mediante o uso do silicone industrial, bem como de ações mitigadoras que ajudem a minimizar os impactos biopsicossociais a curto, médio e longo prazo de saúde dessa população.

Contudo, “Corpo feito no olho” nos leva a entender o nível de sofisticação que possui a construção destas identidades. Ressignificando as técnicas médicas, elas decretam suas autonomias individual e grupalmente, porque, para ser considerada uma delas “precisa ter passado pela dor da beleza”, tudo isso realizado no contexto da prostituição. E “para o olhar” significando os processos relacionais que constituem esta identidade (HALL, 2000).

Dentre os aspectos já mencionados, elas fabricam seus corpos num enlace entre o desejo de se tornarem mais femininas, dentro dos padrões estéticos edificados pela cultura brasileira, a consumação do desejo sexual dos homens clientes, a heterossexualização de seus desejos

(BUTLER, 2003), a subversão das identidades binárias (homem x mulher; macho x fêmea) sustentadas no sistema colonial-moderno de gênero (LUGONES, 2014) e a necessidade de aumentarem seus ganhos financeiros advindos do comércio autônomo do corpo.

A atividade econômica da prostituição não é regulamentada pelo Estado Brasileiro, estando fora da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Sendo assim, as trans- travestis estão à margem do sistema das leis trabalhistas que regem os direitos dos trabalhadores no Brasil. Uma problemática que merece ser melhor explorada em trabalhos posteriores.

Corroboramos com a definição de identidade que a Secretária de Articulação política da ANTRA, a trans Bruna G. Benevides, publicou em seu Facebook®, no dia 19 de agosto de 2018. Com sua autorização, reproduzo na íntegra:

“Travesti é uma identidade transgênero feminina, reivindicada politicamente (...) ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti não se resume ao uso da vestimenta do gênero designado no nascimento, a modificação corporal ou meramente expressão de gênero feminina. É o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, para além do que é normatizado, é a constituição de uma identidade social e política. Essa mesma identidade política é produtora de cultura e rompe com os signos binários de macho e fêmea, homem ou mulher para assim afirmar-se travesti. Expressa-se como pertencente ao gênero feminino, mas, não reivindica a identidade “mulher”. Tal ruptura às normas sociais tradicionalmente colocam as travestis as margens sociais, as expondo ou naturalizando práticas de violência estrutural, simbólica, psicológicas e até físicas (travesticídio); além da exclusão comumente praticados contra elas (...) não é possível diferenciar uma mulher transexual ou uma travesti apenas olhando para suas expressões de gênero. Não existe hierarquia entre elas. Não existe diferença física aparente. É uma forma íntima e pessoal de se perceber na sociedade”.

Ademais, com estas vivências podemos entender as nuances que a falta de gestão de políticas públicas adequadas pode ocasionar num grupo populacional. Às trans- travestis, falta reconhecimento de suas cidadanias de acordo com as leis vigentes no país. Considero que houveram avanços, como a última lei<sup>65</sup> aprovada no Supremo Tribunal Federal que regulamentou a retificação civil do nome e gênero de travestis, transexuais e transgêneros, pela via administrativa diretamente nos cartórios. Entretanto, o país precisa avançar nas políticas de educação e saúde para conseguir gerir esta problemática social.

Suas vulnerabilidades são de cunho biopsicossocial, há implicações porque há questões biológicas importantes, como as últimas pesquisas apontaram na formação genética do cérebro da pessoa trans- travesti. Outra implicação é o uso prolongado de silicone, hormônios e outros fármacos a longo prazo e os efeitos que estes químicos podem fazer ao corpo humano.

---

<sup>65</sup> “O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, encerrado na sessão plenária realizada na tarde desta quinta-feira, 1º de maio de 2018”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085> Acesso em: 29 jul. 2018.

A população trans- travesti possui altos índices de suicídio, uso de drogas, automedicação, automutilação, depressão, estresse e ansiedade. A discriminação e o preconceito podem causar problemas de ordem psicológica nas pessoas trans- travestis com ou sem predisposição a desenvolvê-los. Por isso, fomos favoráveis à implementação, em caráter de urgência, da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Estado do Tocantins, para que nossa população tenha seu direito de ser assistida no SUS de forma adequada à sua especificidade.

A questão é social, pois a identidade de gênero parece ser constituída através da identificação, primeiramente com as expressões de gênero nas relações sociais. Os/as sujeitos/as se identificam com o que chama atenção, com o que se entendem, como se entendem dentro da masculinidade ou feminilidade, ou ainda, em ambas, transitando entre elas ou com nenhuma delas. O sistema colonial-moderno de gênero (LUGONES, 2014) gira em torno desse binarismo. O que as integrantes desta pesquisa fazem é tencionar esse estigma exatamente por dentro, porque elas não se identificam totalmente como mulheres, mas, também não negam os atributos de masculinidade existentes em seus corpos.

As trans- travestis buscam, com suas trans- formações de gênero, constituírem-se como humanas, socialmente emancipadas da imposição que a dominação masculina (BOURDIEU, 2002) fez a seus corpos. Elas são sujeitas cognoscentes capazes de qualificar e ressignificar a linguagem e seus cotidianos para serem cada vez mais belíssimas e com “muito brilho”.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.

ARAGUAÍNA- TO. DECRETO 059, DE 26 DE JANEIRO DE 2018. **Disciplina o nome social de travestis, transexuais e transgêneros em toda a administração pública direta e indireta do Município de Araguaína**. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficial/pdf/1496.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2018.

ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>> Acesso em: 05 out. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARROS, Lídia P. V; CHAVES, Gislaine da N. A geografia feminista e as relações de gênero: algumas reflexões sobre o espaço paradoxal familiar homoafetivo. In: MANIERI, Dagmar; CHAVES, Gislaine da N (Orgs.). **Abordagens sobre a cultura histórica**. Rio Grande: Pluscom, 2012.

BENEDETTI, M. R. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: PELÚCIO, Larissa Maués. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BISSOLI, Michelle de F. Desenvolvimento da personalidade da criança: O papel da educação infantil. UFAM, Manaus-AM. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 4 p. 587-597, out./dez. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n4/1413-7372-pe-19-04-00587.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, n. 26, jan./jun. 2006: p. 329-376.

BRASIL. PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008. **Dispões sobre o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html)> Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, 28 de abril de 2016.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**. Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan** – sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARDOSO, Bruna da Silva. **Narrativas como fontes de conhecimento: da relação com o saber à construção do ser professor e professora em Araguaína- TO**. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – Universidade Federal do Tocantins – UFT, Araguaína, 2017.

CECCARELLI, Paulo R. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: Rial, C.; Pedro, J.; Arende, S. (Org.) **Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 269-285.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação brasileira de ocupações**. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean- Jacques; VIGARELLO, George. **História do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DELEUZE, Giles; GUATARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FERNANDES, Felipe B. M. Por uma genealogia do conceito de homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. *Passages de Paris* 7 (2012) 97–104. Disponível em: [http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7\\_artigo10.pdf](http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7_artigo10.pdf) Acesso em: 20 de outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Homofobia Mata**. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUERRERO, Alba Lucy; BARBOSA, Alexandra; BERTOLI, Anny. **La etnografia colaborativa, uma alternativa metodológica para compreender la construcción de la subjetividade de los niños y niñas del Movimiento Gestores de Paz em Colômbia**. s/d

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. SP: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Ed. Vozes, pp. 103-133, [1996] 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995, p. 07-41.

\_\_\_\_\_. **Antropologia do Ciborgue**: vestígios do pós-humano. Tadeu, T. (org.). 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2013.

HIRSCHFELD, Magnus. **Transvestites** – the erotic drive to cross-dress. New York: Prometheus books, 1991.

IRINEU, Bruna Andrade; FROEMMING, Cecília Nunes. **Gênero, sexualidade e direitos**: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas, 2012.

JOSSO, Marie-Christine. Corpo autobiográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan/abr. 2012.

KENNEDY, Natacha. #Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista do programa de pós-graduação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Dossiês. v. 11. n. 2, 2010.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LACAN, Jacques. **O Seminário VII** – a ética da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 1977.

LAU, Héilton Diego. A (des) informação do bajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT para a sociedade. **Revista Temática**. Ano XI, n. 02, fev. 2015 - NAMID/UFPB. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 15 out. 2017.

NICOLESCU, Basarab. **Manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MIGNOLO, Walter. et al. **Género y descolonialidad**. Colección Pensamiento crítico y opción descolonial. Ediciones del Signo. 2008

MONEY, John. **Sex Errors of the Body and Related Syndromes: a guide to counseling children, adolescents, and their families**. 2. ed. Baltimore: P.H. Brooks Publishing Company.

PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. **As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína-TO**. 2017. 86f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Tocantins - UFT, Porto Nacional, 2017.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re) construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 8, v. 15, n.1, p. 123-154, 2004.

\_\_\_\_\_. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids**. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. **“Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistanas**. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PEREIRA, Fábio Q.; GOMES, Jordhana Maria C. Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. **Rev. direitos fundam. democ**, v. 22, n. 2, p. 210-224, mai./ ago. 2017. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/800/509>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. As incorporações e suas poéticas. **Debates do NER**. Porto Alegre, Ano 18, n. 31, p. 137-131, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas públicas para a Amazônia. 2. ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; RJ: IUPERJ, 2014.

ORNAT, Márcio J. A instituição do território paradoxal na atividade da prostituição travesti. In: SILVA, Joseli Maria JÚNIOR; Alides B. C. **Geografias Malditas**: corpo, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 183-206.

\_\_\_\_\_. **Sobre gênero, sexualidade e geografia feminista** [online]. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1182/894>> Acesso em: 20 ago. 2017.

OTONI, Isadora. O preconceito afasta as pessoas transgêneros da escola, reduz oportunidades de trabalho e abre as portas da prostituição. **Revista Fórum Digital Semanal**, São Paulo, v. 132, jan. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/132/sem-emprego-para-trans/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Darnival. **Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História oral**. 2018.

RANOCCHIARI, Dario. **Participar em quê? Reflexões sobre o conceito de colaboração** – participação em etnografia, a partir de uma experiência de coprodução de vídeos musicais. s/d

RODOVALHO, Amara M. O cis pelo trans. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 25 n. 1, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: ORNAT, Márcio; JÚNIOR, Alides B. C. **Geografias Malditas: corpo, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 143-182.

\_\_\_\_\_. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis. O negócio do desejo. **Cadernos Pagu**, v. 31, p. 535- 546, jul./dez. 2008.

SOUZA, Thiago Romeu de. **Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar** – A perspectiva da experiência. SP: Difel, 1983.

VIEIRA, Yvone M. et al. Identidade do homem na sociedade patriarcal. In: **Macho masculino homem**. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 26-33.

VILELA, Flávia. **Denúncia de violência sexual contra crianças chegam a quase 50 por dia**. Disponível em:< <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/denuncias-de-violencia-sexual-chegam-quase-50-por-dia>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

## GLOSSÁRIO DE PAJUBÁ (BAJUBÁ)

**Aqué:** significado de dinheiro em Bajubá.

**Aquendar:** Prática de colocar o pênis e testículos em direção ao próprio ânus, para simular um aspecto reto análogo a uma vagina. O Aquendar compõe as expressões de gênero que as travestis utilizam para comporem suas identidades femininas.

**Amapoa:** significado de mulher em Bajubá.

**Axé:** significado de bênçãos e sorte em Bajubá.

**Batalha:** significado que as trans- travestis atribuem ao trabalho nos pontos de prostituição.

**Belíssima:** adjetivo atribuído as travestis e mulheres trans que obtiveram êxito em suas trans- formações de gênero de acordo com os estereótipos de feminilidade que o grupo julga ser belo/bonito.

**Brilho:** Usado como adjetivo pelas trans- travestis, simboliza os significados de satisfação, felicidade e beleza que as trans- formações de gênero trazem as suas vivências.

**Boneca:** categoria nativa que tem por significado, o aspecto plástico que o silicone industrial causa na pele.

**Chuchu:** significado de barba por fazer.

**Close:** significado de chamar atenção. Geralmente close compõe a expressão “dar close”, isto é, chegar em um ambiente chamando atenção.

**Coraje:** variação da palavra coragem é utilizada amplamente pelas trans- travestis significando uma negação afirmativa. Geralmente utilizam nos finais de frases, pode ser entendida como um “claro que não!”.

**Deitar:** ato que compõe o processo de “bombaço” com silicone industrial. A trans- travesti se deita, geralmente de bruços quando vão “bombar” glúteos e nádegas, para “acordar belíssima”.

**Doce:** sinônimo de enganação, cilada.

**Feita:** significado atribuído a uma trans- travesti que passou pela maioria dos processos da trans- formação de gênero no contexto de prostituição, principalmente aquelas que injetaram silicone industrial.

**Grudar:** sinônimo de roubo ou furto. Mas, tem uma significância peculiar na relação entre a travesti e o cliente, em que “grudar” pode ser utilizado como sinônimo de multar, esse significando as ações que uma trans- travesti precisa executar para receber o dinheiro de seus programas quando os clientes não querem pagar.

**Lacrar:** sinônimo de êxito; arraso.

**Malacos:** significado de malandros; bandido.

**Mapô:** significa mulher em Bajubá.

**Mocó:** é um pequeno saco feito de pano ou plástico que serve de bolsa em que se guarda moedas e dinheiro “amocozado”, isto é, guardado; escondido.

**Mona:** significa a trans- travesti totalmente “feita” e que ascendeu na escala de categorização social nativa em que desenvolvem suas relações.

**Montada:** estágio inicial da trans- formação de gênero do masculino para o feminino em que utilizam somente roupas femininas.

**Neca:** significado de pênis em Bajubá.

**Óco:** significado de homem em Bajubá.

**Penosa:** categoria nativa que significa avarenta.

**Picumã:** significado de cabelo em Bajubá.

**Taba:** significado de maconha.

**Vício:** categoria nativa que significa as relações entre uma trans- travesti e um cliente ou “peguete” - homens que se encontram eventualmente; sem a cobrança de valores monetários.

**Xoxação:** achincalhamento; gozação; humilhação.